



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

**ARILSOM MARTINS DO NASCIMENTO**

**MOEDA PALMA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONJUNTO  
PALMEIRAS ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**FORTALEZA  
2011**

**ARILSOM MARTINS DO NASCIMENTO**

**MOEDA PALMA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONJUNTO  
PALMEIRAS ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

**Orientador:** Prof. Dr. Maurício Benegas

**FORTALEZA  
2011**

**ARILSOM MARTINS DO NASCIMENTO**

**MOEDA PALMA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONJUNTO  
PALMEIRAS ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

**Data de Aprovação:** 21 / 02 / 2011

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Maurício Benegas  
Orientador

---

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares  
Membro

---

Prof. Dr. Ricardo Antonio de Castro Pereira  
Membro

*Dedico este trabalho à minha mãe Eunice, minha avó Euny, à minha amada filha Andressa, e ao meu patriarca César Augusto.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o ser supremo.

Para citar todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para realizar este trabalho, um sonho, que vem desde a graduação e passando por momentos que se contar ninguém acredita, tive a certeza de que Deus estava ao meu lado e torcendo por mim, teria que fazer outra dissertação só de agradecimento. Daí, meu obrigado a todas as pessoas cujos nomes não constarão aqui, e que de alguma forma participaram deste projeto de vida, saibam que estarão em minhas lembranças e no meu coração.

À minha mãe Eunice por orações e compreensão.

À minha querida e amada Avó Euny pelo apoio.

Ao meu grande Pai César Augusto pela educação e incentivo.

Ao Prof. Dr. Maurício Benegas, meu orientador, por sua dedicação e colaboração.

A todos os professores do CAEN/UFC, pelo conhecimento que me acrescentaram.

Aos colegas do curso, pelo companheirismo durante toda essa jornada.

A Sandra Magalhães, gestora do Banco Palmas, obrigada pela atenção.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o Palma, uma moeda social, com validade restrita ao Conjunto Palmeiras, bairro de baixa renda da periferia de Fortaleza – Ce. De acordo com esse trabalho, buscou-se mostrar que a política de Economia Solidária, complementada com o uso da moeda própria, implementada pelo Banco, alimenta a rede de solidariedade local, como uma ferramenta paralela facilitando a comercialização dos produtos da comunidade fazendo a renda circular no próprio bairro e promovendo o crescimento econômico. Para o desenvolvimento deste trabalho pretendeu-se trabalhar com artigos produzidos pela rede brasileira de economia solidária, bem como livros, pesquisa de campo e matérias sobre o Banco Palmas. A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, constatou-se que: A assistência dos gestores do banco com seus clientes, juntamente com a moeda social funcionando como um bônus local, que impactam de forma positiva no faturamento das empresas analisadas, e o empréstimo concedido a estas empresas atuam de forma direta no aumento de produtividade das mesmas.

**Palavras-chave:** Banco Palmas; Economia Solidária e Moeda Palma.

## **ABSTRACT**

The work analyzes Palma, a social currency, which is valid only to the Palmeiras Complex, low-income neighborhood on the outskirts of Fortaleza - Ce. In accordance with this work sought to show that the policy of Solidarity Economy, complemented with the use of the currency itself, implemented by the Bank feeds the network of local solidarity, as a parallel tool facilitating the marketing of the community by income circulate in the neighborhood and promoting economic growth. To develop this work was intended to work with articles produced by the Brazilian network of social economy, as well as books, materials and field research about Palmas Bank. From the data collected in field research, it was found that: The assistance of the managers of the bank and its customers together with the social currency functioning as a bonus site, impacting positively on sales of the companies analyzed, and the loan these companies operate in a direct increase in the productivity from them.

**Keywords:** Palmas Bank, Solidarity Economy and Palma Currency.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Tabela de créditos.....	42
TABELA 02 - Encaminhamento ao Mercado de Trabalho Estatísticas Descritivas.....	60



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01-	Sexo.....	118
GRÁFICO 02-	Escolaridade .....	119
GRÁFICO 03-	Faixa Etária.....	119
GRÁFICO 04-	Conhece a Moeda Palma.....	120
GRÁFICO 05-	Uso da Moeda Palma.....	121
GRÁFICO 06-	Motivos Para o Uso da Moeda.....	121
GRÁFICO 07-	Consequências do Uso da Moeda Palma.....	122
GRÁFICO 08-	Quantidade de Moeda Palma Utilizada.....	122
GRÁFICO 09-	Tipo de Negócio.....	123
GRÁFICO 10-	Tempo de Atividade Comercial.....	124
GRÁFICO 11-	Atividades Remuneradas.....	124
GRÁFICO 12-	Quantidade de Funcionários.....	125
GRÁFICO 13-	Salário em Palmas.....	125
GRÁFICO 14-	Porcentagem de Palmas.....	126
GRÁFICO 15-	Atividades no Setor Formal ou Informal.....	126
GRÁFICO 16-	Uso de CNPJ.....	127
GRÁFICO 17-	Localização do Negócio.....	128
GRÁFICO 18-	Principais Dificuldades.....	128
GRÁFICO 19-	Banco ou Financeira.....	129
GRÁFICO 20-	Melhoria de Vida Com o Uso da Moeda.....	129

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. DESCRIÇÃO AO CONTEXTO</b> .....	19
2.1. Microfinanças.....	19
2.1.1 Instituições de Micro finanças.....	20
2.2 Microcrédito.....	20
2.3 Microsseguro.....	21
2.4 Revisão bibliográfica sobre bancos comunitários.....	22
2.4.1 Muhammad Yunus: O Banqueiro dos Pobres .....	22
2.4.2 Um Novo Tipo de Banco .....	24
2.4.3 Social Empresarial .....	26
2.5. Revisão bibliográfica sobre bancos comunitários no Brasil .....	27
2.5.1 Satisfação.....	29
2.5.2 Rede de Bancos Comunitários.....	30
2.5.3 Muro, uma barreira que mantém o circulante.....	31
<b>3. BANCO PALMAS - UMA PRÁTICA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	34
3.1. Área de atuação do banco palmas: conjunto palmeiras.....	35
3.1.1 Gerência do Banco Palmas: ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras.....	36
3.2 Rede solidária de produção e consumo local do banco palmas.....	38
3.2.1 Sistema Integrado de Microcréditos.....	39
3.2.1.1 Microcrédito Para Produção, Comércio ou Serviço.....	40
3.2.1.2. PalmaCard.....	40
3.2.1.3. Microcrédito para Mulheres.....	41
3.2.1.4. PalmaCasa.....	41
3.3 Política de créditos.....	41
3.3.1 Os Juros.....	41
3.3.2 O Acesso às Linhas de Crédito do Banco.....	42
3.3.3 Créditos Evolutivos.....	43
3.4 Cartão de crédito palmacard.....	43
3.5. Mapeamento da produção e do consumo local.....	44
3.5.1 Os Objetivos do Mapeamento.....	45
<b>4.DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	47
4.1 Programas de desenvolvimento social.....	52
4.1.1 Incubadora Feminina.....	52
4.1.2 PalmaTech - Escola Comunitária de Sócio-economia Solidária.....	54
4.1.2.1 Cursos Realizados Pela Palmatech.....	54

4.1.3 Laboratório de Agricultura Urbana.....	56
4.2 Unidades produtivas.....	57
4.2.1. PalmaFashion.....	57
4.2.2. PalmArt.....	58
4.2.3. PalmaLimpe.....	58
4.2.4. PalmaNatus.....	59
4.2.5. PalmaCouros.....	59
4.3 Balcão de empregos e trocas de serviços.....	59
4.3.1 Encaminhamento ao Mercado de Trabalho.....	60
4.3.2 Troca de Serviços.....	60
4.4. Clube de trocas com moeda social.....	61
4.5. O sistema de moeda social circulante no conjunto palmeiras.....	62
4.6. A feira comunitária e a loja solidária.....	64
4.7. Projeto fomento.....	64
4.8. Sistemas de compras coletivas.....	66
4.8.1 Os Objetivos das Compras Coletivas.....	66
4.9. PALMATUR.....	68
4.10. Avaliação dos projetos.....	68
<b>5. MOEDA PALMA - ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>71</b>
5.1. Moeda social.....	71
5.1.1. Moedas Sociais Promovem o Acesso aos Direitos Sociais Segundo a CRFB <sup>2</sup> .....	73
5.1.2. A Moeda Social e a Comunidade Local.....	75
5.1.3. O Terceiro Setor e a Moeda Local.....	77
5.1.4. Moeda Social Circulante e o Banco Comunitário.....	78
5.1.5. Dinamismos da Moeda.....	79
5.2. A moeda palma.....	80
5.2.1. Antecedentes.....	80
5.2.1.1. Projeto Fomento.....	83
5.2.1.1.1. Objetivos.....	84
5.2.1.1.2. Como Funciona.....	84
5.2.1.1.3. Dificuldades.....	85
5.2.2. Lastro Para o Circulante Local.....	87
5.2.2.1. Como Assegurar o Lastro.....	88
5.2.2.2. Setores Estratégicos Para Aceitação da Moeda Circulante.....	88
5.2.3. Setores Estratégicos Para o Bairro na Aceitação da Moeda.....	89
5.3. Moeda palma e os bancos comunitários.....	90
5.4. Circulante local e a relação com as empresas.....	92
5.5. A estrutura financeira do circulante local.....	95
5.5.1. Como Um Morador Pode Conseguir o Circulante Local.....	95

5.5.2. Em Que Circunstância Um Produtor ou Comerciante Pode Trocar Palmas Por Reais.....	96
5.5.3. Quais são as Linhas de Créditos em Circulante Palma.....	97
5.5.4. Quantidade de Giros Dados com O Palma.....	97
5.5.5. Como Gerar Riqueza com uma Moeda Local.....	98
5.6. Proposta de investigação aplicada.....	100
5.6.1. Método.....	101
5.6.2. Pesquisa Qualitativa.....	101
5.6.3. Pesquisa Quantitativa.....	102
5.7. Análise da proposta de investigação aplicada.....	103
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO1: Entrevista Qualitativa.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO2: Questionário Quantitativo.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO3: Dados Coletados.....</b>	<b>118</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Conjunto Palmeiras é um bairro com cerca de 35 mil habitantes, situado na região Sul de Fortaleza-Ce, com 36 anos de existência e conta com uma área de 120 hectares. O Conjunto Palmeiras foi formado inicialmente por 1.500 famílias pobres transferidas, em 1973, de zonas de risco da cidade, teve crescimento rápido, principalmente em virtude da abertura de novos loteamentos em 1979.

O terreno para onde foram transferidas as famílias distava 20 km da cidade, era encoberto por uma vegetação densa e com áreas alagadas. Sem apoio da prefeitura, cada família adquiriu e pagou um lote de terras, no qual construiu seu barraco. Formou-se, então, uma grande favela sem serviços e infraestrutura básica, tais como saneamento, água tratada, energia elétrica e escola.

Diante das dificuldades de atendimento das reivindicações por serviços básicos, o grupo utilizou diversas formas de pressão. Mobilizações com passeatas e concentração de pessoas em frente à sede do governo estadual foram algumas das estratégias adotadas pelo grupo.

Entre os anos de 1977 e 1981, a população conseguiu a instalação de uma escola, um centro social urbano e um posto de saúde. Em 1981, um grupo decidiu se unir em torno de uma associação dos moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), momento a partir do qual as ações passaram a ter um núcleo de organização. Desde então, o bairro tem contabilizado muitas conquistas.

Hoje o conjunto conta com escola, postos de saúde e redes de água, esgotos e energia elétrica (construídas com recursos estaduais), um canal de drenagem de 1.700 metros, construído em regime de mutirão, com o apoio financeiro da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), e linhas de transporte urbano. Todas essas conquistas são fruto da organização desses moradores em torno da ASMOCONP, que consegue articular os “planos” políticos, social e econômico em busca de melhoria de condições de vida. Uma das instituições mais

importantes do bairro é fruto desse trabalho da associação. Trata-se do Banco Palmas, um banco comunitário criado em 1997.

Em 1991, já existiam 26 organizações populares no Conjunto Palmeiras, ocasião em que foi organizado um seminário sob a denominação de “Habitar o Inabitável”, resultando em duas deliberações importantes: criar uma entidade de congregação das inúmeras associações existentes no bairro e elaborar um plano estratégico de urbanização do bairro com metas a serem atingidas em até 10 anos.

Em janeiro de 1997, a Associação dos Moradores realizou um seminário de Planejamento Estratégico, contando com participação de 300 pessoas, onde identificou que boa parte da população começava a vender suas casas (como fonte de renda) e ir morar em favelas mais longínquas, ou em barracos na beira de rios. Para garantir a permanência das famílias em suas casas necessitava-se oferecer uma alternativa de renda localmente. Foi decidido em assembleia, que a grande prioridade para o bairro nos próximos cinco anos seria um projeto de combate à pobreza, com geração de renda e desenvolvimento local.

Para avaliar os avanços após as deliberações do seminário, seis anos depois, a Associação contratou uma pesquisa, na qual se constatou que, apesar de alguns avanços, a população do bairro continuava na pobreza e havia pouca circulação de riqueza. A pesquisa mostrou que 80% dos moradores do conjunto estavam desempregados, 90% das famílias economicamente ativas ganhavam menos de dois salários mínimos e as dificuldades de obtenção de crédito inviabilizavam o desenvolvimento das microempresas locais. Em torno de 1.200 crianças perambulavam pelas ruas por falta de vagas na escola. Além disso, 75% dos moradores eram analfabetos (BCB, 2008). Pensou-se, então, num projeto de geração de trabalho, que posteriormente se transformou no Banco Palmas.

Finalmente, decidiu-se criar um banco popular de inclusão social. Em janeiro de 1998 o Banco Palmas foi inaugurado e implantou uma rede de solidariedade entre os moradores.

O objetivo do banco é garantir micro-créditos para as famílias, a juro muito baixo, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos passam a dar a garantia ao tomador do crédito, assumindo se a pessoa é responsável ou não.

O banco busca proporcionar o desenvolvimento local e solidário do Conjunto Palmeiras, a baixo custo e de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores. Para alcançar seus objetivos, o Banco Popular criou vários programas complementares que articulados entre si formam a Rede de Prosumidores (produtores e consumidores) do bairro, a saber: uma escola de capacitação, uma incubadora para mulheres em situação de risco, um laboratório de agricultura urbana, clubes de trocas com moda social, uma moeda própria que circula nos comércios do bairro, sistemas de feiras com os produtores locais e uma loja solidária.

Atualmente o Banco Palmas desenvolve novas modalidades de intervenção, que visam fortalecer as ações locais e criar mecanismos de superação da pobreza, incluindo o incentivo à produção, prestação de serviços e comercialização. Para tanto, implementa feira de produtores locais, balcão de emprego, trocas solidárias de produtos e serviços, confecção com grife própria, dentre outros, onde ocorre, de fato, negociações entre os produtores e consumidores, a tal rede de "prosumidores", para assim difundirem e repassar melhor o dinheiro corrente do bairro o Palma.

Este trabalho analisa o caso do Banco Palmas como instituição de desenvolvimento sustentável através da economia solidária que atua no Conjunto Palmeiras, bairro de baixa renda da periferia de Fortaleza-CE. Dessa forma, busca-se mostrar que a política sócio-econômica de moeda local e micro-crédito "implementada" pelo Banco Palmas no Conjunto Palmeiras é capaz de gerar renda e desenvolvimento para a população local.

A moeda social surge no desenvolvimento social através da economia solidária como alternativa ao escambo, e possui características próprias. É considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o

mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local. Sempre observando o lastro (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor).

A moeda (Palma) é um dinheiro alternativo, de uso exclusivo no Banco Palmas, que circula somente no bairro, paralelamente à moeda oficial brasileira. Quem compra com palmas nas lojas do comércio local tem um desconto que varia de 2% a 10%. A ideia da moeda surgiu da necessidade de fazer circular a riqueza gerada dentro do próprio bairro. Cada Palma equivale a R\$ 1,00 e os moradores conseguem a moeda com o próprio trabalho ou fazendo empréstimo no Banco. O empréstimo funciona num sistema de crédito e juros baixos (2% a 4% a.m.), porém evolutivos, de modo que os que dispõem de mais renda pagam mais, como forma de subsidiar o empréstimo dos menos favorecidos.

O circulante local objetiva fazer com que o dinheiro circule na comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante no bairro, gerando trabalho e renda. Dessa forma, a moeda social torna-se componente importante nas estratégias do Banco Palmas, são as moedas sociais que asseguram o desenvolvimento ao favorecer que a riqueza gerada circule dentro do Conjunto Palmeiras. Devido a essa situação pessoas puderam ter acesso ao Palma com seus produtos ou serviços, e se necessário ter o real, moeda nacional, como troca, pois devido ao lastro um real é igual a um palma, qualquer comunidade, cidade, país precisa se relacionar com outras economias para se desenvolver, com a permissão de troca de Palmas por Reais, os empreendedores do Conjunto Palmeiras têm essa possibilidade a mais para trazer de fora tecnologia, insumos, equipamentos, e outros serviços fundamentais para alavancarem seus empreendimentos.

O circulante local pode ser instrumento dinamizador nessa estratégia, pois impulsiona a criação de corredores comerciais entre as comunidades, promovendo a oferta de produtos e serviços feitos por empresas comunitárias cadastradas no sistema. No futuro, quando outras comunidades também tiverem



implantado sistemas de Circulantes Locais, teremos milhares de consumidores de baixa renda, estimulados a comprarem nessas empresas utilizando suas moedas sociais.

A abrangência sobre o Desenvolvimento Sustentável Através da Economia Solidária vem conquistando uma visibilidade cada vez mais importante. Principalmente por sua dinâmica no âmago da sociedade civil e dos movimentos populares que conhecem a emergência crescente de novas iniciativas neste âmbito, ou ainda no decorrer de inúmeras experiências de políticas públicas empreendidas de modo progressivo em diferentes cantos do Brasil.

Essa ênfase crescente pela temática tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando o desenvolvimento sustentável através da economia solidária, um objetivo sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão enquanto assunto.

Importantes reflexões sobre o sentido do agir econômico em sociedade é possível por conhecer o tema no padrão conceitual. Nessa paridade de discussão, o tratamento do desenvolvimento sustentável através da economia solidária pode caminhar por meio de diferentes abordagens, entre enfoques economicistas e outros olhares mais antropológicos. O intuito aqui é de fortalecer uma compreensão teórica do assunto.

No diálogo contextual o desenvolvimento sustentável através da economia solidária é abordado a partir de sua manifestação concreta na realidade, como um problema da sociedade na contemporaneidade do capitalismo.

Salienta-se, neste sentido, como se situa o assunto em relação à luta pela desigualdade social e modos de desenvolvimento local sustentável, entre outros. Busca-se analisar a economia solidária como fenômeno e práticas investigativas situadas em contextos societários específicos. Procura-se, também, compreender o desenvolvimento sustentável através da economia solidária enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas singulares.

Sobre a metodologia, o desenvolvimento sustentável através da economia solidária é abordado como uma tecnologia social, um instrumento ou recurso para geração de trabalho e renda em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. Neste aspecto, a ideia é de discutir o desenvolvimento sustentável através da economia solidária no nível da operacionalidade mesmo das iniciativas, no sentido da formatação de técnicas ou tecnologias sociais para o fomento de transformações sociais.

O propósito do trabalho é, antes de tudo, didático, no sentido de apresentar o tema para o leitor principiante no assunto. Diante desse panorama apontado, a presente dissertação tem intuito de transversalidade no sentido de fixar um recorte de apresentação do tema da sua dimensão teórica à sua apreensão enquanto prática.

Ressalta-se o desenvolvimento sustentável através da economia solidária abordada como um campo de práticas em constituição no Brasil.

Assim, este trabalho apresenta o funcionamento do sistema de desenvolvimento sustentável através da economia solidária de uma moeda social – PALMA – no Conjunto Palmeiras e mostra, na prática, como esta moeda vem melhorando a qualidade de vida dos 35 mil moradores do bairro.

Para o desenvolvimento da dissertação utilizaram-se artigos produzidos pela rede brasileira de economia solidária, bem como livros, pesquisa de campo e matérias sobre o Banco Palmas, que se constitui em um sistema financeiro integrado, que atua de forma estratégica nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável em áreas de baixa renda, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo. A metodologia Palma compreende que na ausência de um destes elementos não é possível alcançar desenvolvimento econômico local.

A dissertação foi elaborada através de leitura dos diversos livros abordando o assunto e estudos de caso publicados nos mais diversos meios de

comunicação: revistas, livros, internet, etc. Divide-se o trabalho nos seguintes capítulos:

O Capítulo 2 apresenta uma Descrição ao Contexto, definindo Microfinanças, Microcrédito, Microseguro e abordando uma revisão bibliográfica sobre Bancos Comunitários Mundiais e Brasileiros.

O Capítulo 3 faz uma abordagem geral sobre a criação do Banco Palmas, com um pequeno histórico do bairro, a justificativa para criação do Banco, as principais dificuldades, seus parceiros, os produtos e serviços desenvolvidos e oferecidos pelo Banco, dando ênfase a moeda utilizada.

O Capítulo 4 descreve alguns aspectos relacionados a empreendimentos solidários locais, abordando os programas de desenvolvimento social, balcão, clube de trocas com moeda social, o sistema de moeda social circulante no Conjunto Palmeiras, a feira comunitária e a loja solidária, projeto fomento, sistemas de compras coletivas e uma avaliação dos projetos do Banco Palmas.

O Capítulo 5 aborda o tema Moeda Palma - Estudo de Caso, sob alguns de seus aspectos: crédito, risco, política, processo e economia solidária. Conclui-se o capítulo com uma análise da pesquisa de campo.

## 2. DESCRIÇÃO AO CONTEXTO

### 2.1. Microfinanças

“Um sistema de microfinanças pode prover os cidadãos de diversos serviços financeiros, dentre os quais empréstimos, poupança e seguros”. (CALDAS 2003:3) Assim, a expressão Microfinanças significa o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes.

A questão do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros tem sido tema de destacada importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas, nos últimos anos. Prova disso é a instituição, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), do Ano Internacional do Microcrédito 2005 e a escolha do senhor Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank, de Bangladesh, como Nobel da Paz. (SOARES 2007:4)

Embora existam iniciativas históricas que possam ser enquadradas dentro das microfinanças, sua fase moderna se iniciou apenas nos anos 1970, com iniciativas de Organizações não Governamentais (OnGs) especializadas e alguns poucos bancos. Estas iniciativas se baseavam em empréstimos pequenos sem garantias, taxas de juros de mercado, negócios de curtíssimo prazo e uso de agentes de crédito para ir aos clientes (SOARES 2007:14).

Os principais produtos das microfinanças são os de microcrédito (baseados em empréstimos flexíveis), as micropoupanças (de curto, médio e longo prazo), os microseguros (particularmente de vida e saúde), além de outros, como Transferências de valores, Finança imobiliária e Investimento financeiro.

### 2.1.1. Instituições de Microfinanças

Dentro das Microfinanças, os principais agentes são conhecidos por Instituições de Microfinanças (IMF). As IMFs são organizações que oferecem serviços financeiros para pessoas de baixa renda. (LEDGERWOOD 1999:1) Também se enquadram no conceito de IMFs as Sociedades que realizam operações de Crédito aos Microempreendedores.

Dentro desta definição se encaixam diversos tipos de organizações que variam em sua estrutura jurídica, missão, metodologia e sustentabilidade, mas que têm por ponto em comum a oferta de serviços financeiros para uma clientela que simplesmente não é alcançada pelos bancos tradicionais.

## 2.2. Microcrédito

Microcrédito é o termo usado hoje para designar uma variedade de empréstimos cujas características comuns são: 1. serem de pequeno valor (usualmente entre US\$ 50 e US\$ 5.000, dependendo do país); 2. serem direcionados a um público restrito, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não têm acesso às formas convencionais de crédito.

O microcrédito se encontra, necessariamente, num contexto de microfinanças, sendo esta entendida como sendo o “fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes”.

O microcrédito, por ser um empréstimo de valor muito baixo, é oferecido a desempregados, pequenos empresários e outras pessoas vivendo na pobreza, que cuja condição impede o acesso a bancos e aos meios tradicionais de financiamento, por não possuírem bens que possam oferecer em garantia e/ou histórico de créditos. Frequentemente o MC liberta pessoas de baixa renda das garras dos agiotas.

Esse novo conceito de crédito proporcionou, com grande sucesso, o desenvolvimento de projetos de pequenas empresas e "autoemprego", o que proporcionou, às pessoas que tiveram acesso ao crédito, a possibilidade de gerar renda e, em muitos casos, melhorar sua condição de vida e sair da condição de pobreza.

Existem hoje várias espécies de microcrédito, que se divide basicamente em dois tipos principais: o tipo original, que se destina a reduzir a pobreza, e o tipo comercial, que é o modelo adotado pelo Brasil. Este último é um instrumento de financiamento para microempresas e empresários informais.

### **2.3. Microseguro**

Microseguro "é a proteção da população de baixa renda contra perigos específicos em troca de pagamentos regulares de prêmios proporcionais à probabilidade e custo do risco envolvido." (CHURCHILL 2006:12)

As principais características do microseguro são: a população de baixa renda como alvo, oferecendo proteção a riscos específicos (determinados nas condições da apólice), tendo como contraprestação a esta proteção o pagamento de certa quantia, o "prêmio", que por sua vez deverá guardar uma relação de proporcionalidade com relação às chances de o risco segurado ocorrer mais custos.

Há, atualmente no mercado mundial, uma tendência de se perceber o microseguro sob dois pontos de vista diferentes: um focado em estender proteção social para os pobres, de forma a amenizar a desigualdade social; outro, focado em oferecer um serviço financeiro essencial para as famílias de baixa renda, ao desenvolver um modelo de negócios apropriado que permita que os pobres se tornem em um segmento de mercado rentável para o seguro comercial. Estes dois pontos, entretanto, não se excluem mutuamente, o que significa que seria possível uma abordagem comercial com responsabilidade social.

## **2.4. Revisão Bibliográfica Sobre Bancos Comunitários**

Bangladesh é um país de 120 milhões de habitantes que está entre os mais pobres do mundo. Quarenta por cento de seu povo vive na mais absoluta miséria. A cada década algum infortúnio de enormes proporções - inundações, ciclone ou terremoto - deixa milhões de desabrigados. Porém, as catástrofes naturais que assolam este pequeno país asiático não são nada perto da fome que fustiga seus habitantes. Por causa da desnutrição, a média de peso e altura da população está diminuindo. Boa parte das crianças não chega à idade adulta. Além disso, um número assustador de pessoas vagam pelas ruas todos os dias em busca de comida e de um teto para passar a noite.

### **2.4.1 Muhammad Yunus: O Banqueiro dos Pobres**

Foi a partir desse cenário desolador que o economista Muhammad Yunus teve uma ideia não apenas brilhante, mas revolucionária. Em 1974, logo após a terrível estiagem que se abateu sobre o país, Yunus era o chefe do departamento de economia na Universidade de Chittagong, um pequeno distrito no sudeste do país. Em suas aulas, ele ensinava as teorias que se propunham a resolver os grandes problemas da humanidade. Falava-se em milhões de dólares como se fosse nada. Fora do campus, a realidade era outra, bem mais cruel. Era impossível não ver as hordas de famintos que estavam por toda parte. O que separava essas pessoas da morte era apenas um punhado de comida. Yunus passou a ficar incomodado com a distância entre o conteúdo de suas aulas e a vida do lado de fora. "Comecei a achar que minhas aulas eram uma sala de cinema onde podíamos relaxar, tranquilizados pela vitória certa do herói. (...) Mas a partir do momento que saía da sala de aula me confrontava com o mundo real. Lá os heróis eram moídos de pancadas, selvagemmente pisoteados", conta no livro. (YUNUS MUHAMMAD, 2006).

Então, tomou, como ele próprio admite, a decisão mais importante de sua vida. Largou a faculdade e foi descobrir o que estava acontecendo com aquelas

peessoas. Yunus queria compreender a realidade do pobre, entender a economia da vida real. "O banqueiro dos pobres" escrito por ele (com a ajuda de Alan Jolis), em 1997, é a história dessa decisão e de tudo o mais que ocorreu - não só em Bangladesh, mas em todo o mundo - por conta dela. A empreitada valeu-lhe o Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006.

Yunus começou seu trabalho pela pequena aldeia de Jobra, que ficava perto da universidade. Aproximando-se das famílias, começou a perceber como funcionava a economia doméstica naqueles lares e chegou a uma triste constatação: a de que cada trabalhador ganhava no final de uma longa e extenuante jornada, em média, o equivalente a dois centavos de dólar. O grosso da produção ficava todo nas mãos dos intermediários, que obviamente pagavam muito menos do que o valor de mercado. Era exatamente esse sistema de produção que estava, havia décadas, gerando a pobreza de uma população quase inteira. A diferença entre viver decentemente e morrer de fome era dois *cents*. Yunus, então, decidiu emprestar aos moradores da aldeia o valor que precisavam para não depender mais dos intermediários. Não seriam cobrados juros e eles poderiam pagar quando pudessem. Estava, assim, lançada a ideia que aos poucos foi crescendo e se transformou no Grameen, o primeiro banco da história criado para os pobres. A instituição que, há três décadas, vem concedendo microcréditos a pequenos produtores e comerciantes como uma estratégia vitoriosa para combater a pobreza.

O que se sucedeu a partir daí é a história de uma transformação, muito bem narrada nas páginas de "O banqueiro dos pobres". O Grameen é um banco completamente diferente dos demais, ele é destinado aos deserdados da sociedade, àqueles que, à primeira vista, não oferecem nenhuma garantia para pagar os empréstimos concedidos e que, por isso, são sempre rejeitados pelos bancos comuns. Yunus constatou que, por mais difícil que seja a situação dos financiados, os empréstimos são sempre pagos, ainda que leve algum tempo. O sucesso do Grameen foi tão grande que colocou por terra os argumentos dos economistas do mundo todo, que não davam nada ao projeto. Os números não deixam dúvidas: de um punhado de dólares emprestados a 42 pessoas da aldeia de Jobra em 1976 até os bilhões de dólares concedidos a 100 milhões de famílias em 2005, com a ajuda do Banco Mundial, foi um longo caminho percorrido. O grande diferencial do



Grameen é que ele é baseado em princípios humanistas, não apenas econômicos. Sua ação e seus valores não veem os pobres como sobra da sociedade, mas como seres humanos que merecem alcançar a cidadania, a vida digna. "Nós acreditamos que a pobreza não tem lugar numa sociedade civilizada, e sim nos museus", afirma Yunus a certa altura do livro, com a certeza de quem sabe o que está dizendo.

"Uma das coisas interessantes que iam acontecendo, os moradores foram para as agiotas por pequenas quantidades de Taka [moeda de Bangladesh], que os forçou a venderem os seus produtos de volta para as agiotas em taxas no montante de trabalho escravo. Yunus fez uma lista de 42 nomes e encontraram que o montante total emprestado foi de US\$27.

"Eu não podia acreditar que as pessoas tenham que sofrer tanto por tão pouco dinheiro", diz ele. "De repente, me veio à mente que o problema é difícil, mas a solução é tão simples. Eu posso resolver esse problema sozinho. Eu não tenho que falar com ninguém." Ele emprestou o dinheiro para pagar as dívidas.

Yunus, em seguida, visitou bancos para saber o que poderia ser feito para oferecer pequenos empréstimos, US\$30 ou US\$40, mas foi recebido com rejeição a sua ideia. Se os bancos se recusaram a emprestar dinheiro aos pobres, então ele faria isso. Ele seria o banqueiro dos pobres.

#### **2.4.2 Um Novo Tipo de Banco**

Yunus continua a sua história enquanto ele viaja de um público para outro, desta vez como parte do Austin College Posey Leadership Award 2010, reconhecendo-lhe a liderança servidora global.

"As pessoas me perguntam 'Como você descobriu como fazer esse tipo de coisa?' É muito simples, realmente. Sempre que eu precisava de uma regra, um procedimento para fazer isso, eu só olhava para os bancos convencionais, o que

eles fazem, como eles fazem isso, porque estive no negócio há muito tempo. “Depois que eu aprendi como eles fazem isso, eu só fiz o oposto”.

Os bancos haviam decidido que os pobres não eram dignos de crédito. Yunus perguntou: "Os bancos são dignos de pessoas?" A resposta é "não", ele decidiu que era hora de criar um novo tipo de banco, e é assim que Grameen (uma palavra que significa "da vila") começou. O que o tornou revolucionário foi a mudança no pensamento que ele representava.

Os bancos emprestam dinheiro aos ricos. Yunus estendeu a mão aos pobres. Bancos concedem empréstimos para os homens. Yunus centrava nas mulheres, que eram boas na adaptação à auto-ajuda e focadas nas necessidades da família. Os bancos fazem negócios nos centros urbanos; Grameen ficaria nas aldeias remotas. Bancos exigem caução. Grameen oferece empréstimos sem garantias e sem advogados ou resmas de documentos legais. Os bancos são de propriedade do rico; Grameen seria de propriedade de devedores, com os lucros indo de volta para eles como dividendos.

"Quando você está frustrado, você faz coisas loucas", ele diz ao público, "e é isso que eu fiz. Eu fiz um monte de coisas malucas. O engraçado é que elas funcionam".

Os pequenos empréstimos desde um ponto de partida para as indústrias caseiras e outras atividades produtivas, usam suas habilidades já existente para empreender e gerir seus negócios. Para sua surpresa, os pobres sem garantias pagaram os seus empréstimos a uma taxa maior do que aqueles que emprestaram contra ativos garantidos. Não só os pobres podem ser empresários individuais, mas também podem criar empregos para os outros.

### 2.4.3 Social Empresarial

Em 2006, Yunus e o Grameen Bank de Bangladesh dividiram o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços para criar desenvolvimento econômico e social a partir do zero. Yunus fundou o Grameen Bank com base em um conceito conhecido como microcrédito, a prática de emprestar pequenas quantias de dinheiro aos pobres para uso em pequenas empresas de partida.

Hoje o Grameen Bank tem 8 milhões de mutuários, com uma taxa de reembolso de 97 por cento. Além do microcrédito, o Grameen também está trazendo uma nova tecnologia para os pobres, a partir de telefones celulares à energia solar, serviços de Internet e centros de oftalmologia.

Como diretor do Grameen Bank, em Dhaka, Yunus viaja bastante para conversar com estudantes universitários, CEOs – Executivos Empreendedores de Sucesso - e líderes políticos das nações grandes e pequenas, explicando como ele começou e porque ele não pode parar até que a pobreza no mundo encontre o seu lugar de direito, por trás do vidro em um museu.

Grameen América é uma organização sem fins lucrativos de microcrédito que oferece empréstimos, programas de poupança, de estabelecimento de crédito e outros serviços financeiros para os empresários que vivem abaixo da linha da pobreza nos Estados Unidos. O primeiro ramo lançado na área de Jackson Heights Queens, Nova Iorque, em 2008, e está se expandindo para outros locais da cidade, como a de Omaha. Outras filiais potenciais estão em estudo, incluindo Carolina do Norte, Arkansas, Washington, Califórnia, Massachusetts e Nova Jersey.

A proposta do Grameen pode ser trabalhar em qualquer lugar, mesmo no país mais rico do mundo, porque o programa foi construído na confiança, diz Yunus.

"Hoje, os programas de microcrédito estão por todo o mundo, e eles fazem muito bem. A crise financeira ainda não tocou. As pessoas dizem 'Por quê?'

Digo talvez porque nós confiamos uns nos outros, e especialmente porque estamos tão perto da economia real. Nós não construímos uma espécie de economia de fantasia no ar, perseguindo papéis. Quando você voltar para o básico do sistema bancário, não há um problema. Nenhuma crise pode bater em você”.

A experiência com o microcrédito Grameen e Yunus levou a outra ideia que representa uma mudança histórica na teoria econômica. "A maximização do lucro é a missão da empresa. Por que será isso? "Yunus pede. "Os seres humanos não são máquinas de fazer dinheiro, não robôs. Eles são muito maiores do que isso. Não é unidimensional, mas multidimensional. Nós gostamos de fazer dinheiro, mas muitas outras coisas, também, que nunca são faturados dentro"

Ele começou a pensar em outra dimensão, onde as pessoas podem criar um novo tipo de econômico-social uma atividade empresarial, ele escreve em *O Banqueiro dos Pobres*. O negócio social é uma empresa que é a perda não-dividendo e não-criado para trazer mudanças positivas, sem expectativas de curto prazo do lucro. “Empresas sociais podem abordar questões como a pobreza, trabalho infantil, falta de moradia, saúde, meio ambiente. Vemos que nada precisa ser alterado para ter um mundo melhor, e não temos de colocá-lo sobre os ombros do governo para resolver isso para nós”, diz ele.

## **2.5. Revisão Bibliográfica Sobre Bancos Comunitários no Brasil**

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

Os Bancos Comunitários atuam com três produtos financeiros: correspondente bancário, crédito para a produção em Reais (R\$) e crédito para o consumo em Moeda Social Local Circulante.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários constitui-se pela articulação de todos os Bancos Comunitários criados no Brasil, que seguem ao termo de referência e ao marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários.

Comunidades quilombolas, grupos indígenas e periferias dos centros urbanos têm em comum a dificuldade de acesso ao sistema financeiro e aos bancos. A partir deste cenário, pequenos grupos de moradores de diferentes partes do país resolveram se unir e criar entre eles alternativas para amenizar essa dificuldade. São os Bancos de Desenvolvimento Comunitário e suas moedas sociais.

O primeiro passo dado e que desencadeou o crescimento desse mecanismo financeiro alternativo foi a criação, em 1998, do Banco Comunitário Palmas, em Fortaleza (CE), e sua moeda social, 'Palmas'.

A coordenadora de projetos do Instituto Banco Palmas, Sandra Magalhães, apresentou os resultados da sondagem das experiências de moedas sociais realizada pelo instituto em 2007. De acordo com ela, as moedas alternativas podem funcionar de duas formas: Clubes de Trocas e Bancos de Desenvolvimento Comunitário.

“Todos têm normas regimentais, existe lastro e eles buscam se cercar de toda segurança necessária para o oferecimento do serviço. Eles existem onde os bancos oficiais não estão presentes” explica. Os Bancos Comunitários atuam como correspondentes bancários, em sua maioria do Banco do Brasil; facilitadores de crédito produtivo, utilizando a tecnologia do microcrédito; e com a comercialização das moedas sociais.

Atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários conta com apoio de fundações e instituições da sociedade civil, como OXFAM e Rede Cearense de Socioeconômica Solidária; tem também uma forte interação com o Governo e

trabalha com parceiros como SEBRAE, Secretaria de Ação e Trabalho (Governo do Estado do Ceará), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Universidade do Ceará, entre outros. O volume financiado da rede é de R\$ 3,2 milhões, beneficiando duas mil famílias.

### **2.5.1. Satisfação**

Em uma recente pesquisa realizada pelo Governo do Ceará, por meio da Universidade Estadual, apontaram-se os seguintes resultados após o desenvolvimento das atividades do Banco Palmas na comunidade: as vendas nos pontos comerciais aumentaram em 40%; o número dos sócios na Associação aumentou de 500 para 1.300 em dois anos; 300 novas ocupações diretas e 600 indiretas foram geradas a partir da implantação da política de créditos; 40 mil Palmas (moeda social) estão sendo usadas no bairro.

As mulheres aumentaram em 30% suas participações nas atividades da Associação a partir da Incubadora Feminina. Com relação aos clientes do Banco Palmas, 82% se sentem mais responsáveis; 95% consideram o Banco Palmas um agente erradicador da fome e promotor de emprego e renda; 54% se tornaram mais solidários.

O Brasil possui, hoje, 52 bancos comunitários em 9 estados, organizações que têm o objetivo de promover a inclusão financeira de populações marginalizadas, através de moedas sociais e do microcrédito. A Secretaria Nacional de Economia Solidária estima que instituições desse tipo possam chegar a 180 nos próximos anos.

### 2.5.2. Rede de Bancos Comunitários

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários consiste na articulação de todos os Bancos Comunitários do Brasil. Estão cadastrados na Rede todos os bancos que após um rigoroso processo de formação, recebem o selo de certificação da Rede de Bancos Comunitários. Todos os Bancos comunitários têm obrigação de "prestar contas" de suas atividades, anualmente, no Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários. A maioria desses bancos concentra-se na Região Nordeste, mas a experiência tem atraído várias comunidades, como o bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que já está levantando informações sobre a utilização da moeda social.

A primeira experiência brasileira aconteceu há 11 anos no bairro de Palmeiras, na periferia de Fortaleza, com a criação de uma moeda local, o Palma. Joaquim Melo, criador do Banco Palmas, diz que vem conversando com o Banco do Brasil e a Casa da Moeda para que façam a emissão dos palmas.

O sucesso foi tão grande que a experiência espalhou-se, como é o caso do Banco Verde Vida, em Vila Velha (ES), que instituiu a moeda Verde, cujo valor de troca são resíduos recicláveis. Marcada por um alto índice de analfabetismo, a região compreende 29 comunidades com cerca de 89 mil habitantes. A renda das famílias não ultrapassa três salários mínimos e o déficit habitacional, registrado em 2003, chega a 12.074 moradias.

Segundo o coordenador do banco, o pedreiro João Ribeiro, para cada quilo de material reciclável, a pessoa recebe o equivalente em moeda verde, que só é aceita nos estabelecimentos credenciados dentro da região. "Temos um pequeno supermercado solidário com produtos da cesta básica e algumas pequenas empresas que recebem a moeda".

O banco tem regras rígidas. O comércio é proibido de vender bebidas alcoólicas ou cigarros com a moeda verde. Além disso, todas as moedas possuem

número de série e um selo do Banco Verde. “Isso é para a segurança. As pessoas não falsificam porque moram na própria comunidade e respeitam o trabalho”.

O objetivo do banco é promover a conscientização ambiental e melhorar as condições da região, vítima de frequentes enchentes por conta do lixo acumulado nas ruas. “É uma comunidade pobre que precisa ser conscientizada”, diz o coordenador. O trabalho ainda é de formiguinha, já que menos de 1% da população participa da proposta. “Mas temos depoimentos de pessoas que praticamente vivem da entrega de resíduos”.

As parcerias vêm aumentando e com elas a responsabilidade do banco. Todo o material reciclado é vendido a uma empresa da própria Vila Velha. Com o dinheiro, em reais, o banco compra os alimentos para o supermercado solidário e gerencia o projeto. Além disso, grandes empresas, como a Arcelor, são parceiras e promovem doações em massa para o banco.

“Temos também o envolvimento da Universidade de Vila Velha, que este ano fez o trote da cidadania, com a doação de alimentos ao supermercado”, afirma Ribeiro. O banco conta também com 70 acionistas que doam mensalmente um quilo de alimento. Cerca de duas toneladas de resíduos são recolhidas por mês na região, o que movimenta algo em torno de R\$800,00.

O resultado tem sido animador, segundo o pedreiro Ribeiro. Nas últimas chuvas que atingiram a comunidade o número de casas alagadas e o mau cheiro diminuíram. Ele defende leis que ajudem a desenvolver os bancos comunitários no país.

### **2.5.3. Muro, uma barreira que mantém a circulante.**

Em entrevista à Agência de Notícias Lusa, o coordenador-geral do projeto de bancos comunitários do Ministério do Trabalho e Emprego, Haroldo Mendonça, disse que os bancos comunitários movimentaram, nos últimos dois anos, cerca de



R\$ 1,2 milhão, e que o índice de inadimplência não ultrapassa 2%, quatro vezes menor que a taxa do mercado financeiro convencional.

Os bancos comunitários não visam ao lucro e funcionam como um muro para o dinheiro não sair da comunidade. Por detrás desta iniciativa, há a intenção de realizar o desenvolvimento local e recuperar a economia de comunidades empobrecidas. “É muito mais que a experiência de Bangladesh de microcréditos”, disse Mendonça.

Segundo o coordenador-geral do projeto, “Existe uma fiscalização dentro da própria comunidade, que é a dona do negócio. A fofoca é o instrumento mais eficiente neste caso. Os vizinhos ajudam o agente de crédito do banco a conceder o aval para os empréstimos”.

Cada banco comunitário conta na sua criação com a parceria do Banco do Brasil, que empresta 30mil reais a juros muito baixos. Recebe também o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que capacita lideranças locais e realiza encontros com empreendedores das comunidades.

Segundo o ministério, a intenção do governo brasileiro é criar mais 150 bancos comunitários até o final de 2011 e quadruplicar a circulação das moedas alternativas no país. Apesar de acompanhadas pelo MTE, as emissões das moedas sociais ainda não são controladas por nenhum órgão oficial.

Joaquim afirma que metade da população cearense, principalmente dos distritos e cidades pequenas, não tem acesso aos serviços como conta corrente, conta poupança, crédito, e até local para fazer o pagamento das contas. "Por isso, bancos comunitários vão surgindo, pelo desejo e necessidade das comunidades".

O coordenador explica que os interessados procuram o Instituto Palmas para obter as orientações de abertura do empreendimento. O passo seguinte é a ida dos profissionais do Instituto até a cidade para realizar um curso de capacitação para os envolvidos, como trabalhadores, comerciantes e comunidade. Depois, é

formado o Conselho Gestor que tem a função de monitorar e deliberar as políticas do banco, como taxas de juros, aprovação de contas, entre outras.

Para abrir um banco comunitário, segundo Joaquim, é necessário, em média, cerca de R\$50mil, valor que é dividido entre capital de giro, formação e criação da moeda social, além de outras necessidades. Ele informa que só no Ceará cerca de 3.500 famílias já foram beneficiadas com esses bancos. "São famílias pobres, que ganham menos de um salário mínimo", reforça.

Todos os bancos comunitários do estado integram a Rede Cearense de Bancos Comunitários. Essa rede, por sua vez, faz parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que atua para articular todos os Bancos Comunitários do Brasil. Todos os bancos sociais têm obrigação de prestar contas de suas atividades, anualmente, no Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários.

No Ceará, Joaquim destaca a atuação do Banco Paju, localizado em Maracanaú, cuja moeda é o Maracanã; do Banco Ocards, que fica em Ocara, e tem a moeda Tupi, e do Banco Serra Azul, que fica em Ibaretama e tem a moeda Ibaré.

"O banco comunitário estimula a produção da economia solidária e do consumo consciente", explica, se referindo aos valores dessa nova economia baseada na autogestão, solidariedade, comércio justo e preservação.

### **3. BANCO PALMAS - UMA PRÁTICA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA**

O Banco Palmas, criado em Janeiro de 1998, deu início às ações de desenvolvimento local sustentável, com a implementação de um sistema de acesso ao crédito, aliado ao fortalecimento da autogestão comunitária através da capacitação de moradores locais sobre cidadania, relações comunitárias, relações econômicas solidárias, governabilidade participativa, controle social e outros temas. Atualmente, o Banco Palmas desenvolve novas modalidades de intervenção, que visam fortalecer as ações locais e criar mecanismos de superação da pobreza, incluindo o incentivo à produção, prestação de serviços e comercialização. Para tanto, implementa feira de produtores locais, balcão de emprego, trocas solidárias de produtos e serviços, confecção com grife própria, dentre outros. Essa experiência concorreu nos anos de 1999 e 2000 ao prêmio das Melhores Práticas de Dubai, tendo sido classificada entre as primeiras, nas duas oportunidades.

O Banco Palmas participa de várias redes locais e internacionais de sócioeconomia solidária, sendo um dos criadores da Rede Cearense. Integra a coordenação, através da equipe de organização da rede Brasileira de Sócioeconomia, que articula mais de 300 ONG's, instituições governamentais, sindicatos, cooperativas, universidades e empreendedores solidários em todo Brasil. Na América Latina participa dos animadores da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, integrando o pólo de Moeda Social e a Rede Latina Americana de Sócioeconomia Solidária (LASES), que atua em 7 países do continente. A experiência do Banco Palmas já foi apresentada e discutida em alguns municípios do Brasil e da América Latina, dentre os quais se pode mencionar: Porto Alegre, Diadema, Santo André, Curitiba, Salvador, Recife, além de Massapê, Crato, Tauá, Aurora e Maranguape, no Estado do Ceará.

O Banco Palmas constituiu-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo. A gestão do Banco é feita pela própria associação dos moradores do Conjunto Palmeiras e seu quadro de

pessoal é constituído, majoritariamente, por moradores voluntários (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Para os autores, a filosofia central do Banco está voltada para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local. Este sistema prioriza a circulação da renda no próprio bairro, através da comercialização dos produtos na comunidade, oxigenando essa rede de solidariedade local. A ideia é de reforçar o conceito de prossumidor, ou seja, nesta realidade a separação entre oferta e demanda ou produção e consumo não faz sentido, sendo prejudicial à própria dinâmica do sistema. A noção de prossumidor sugere, assim, que os atores sociais desempenham papéis difusos, isto é, ao mesmo tempo produtor e consumidor (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

### **3.1. Área de Atuação do Banco Palmas: Conjunto Palmeiras**

O Conjunto Palmeiras é uma favela<sup>1</sup> com 35 mil habitantes, situada na região sul de Fortaleza-Ce, nordeste do Brasil. Em 1973 chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. O processo de assentamento do Conjunto Palmeiras resultou do remanejamento de populações residentes em áreas de risco, principalmente retiradas da favela Lagamar, situada no centro da cidade, às margens do rio Cocó. Ao todo, foram removidas para o loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), mil e quinhentas famílias faveladas provenientes, além do Lagamar, da Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público.

---

<sup>1</sup> Aglomeração de casebres em certos pontos dos grandes centros urbanos, construídos toscamente e desprovidos de recursos higiênicos; morada da parte mais pobre da população.

O Conjunto Palmeiras guarda muita semelhança com bairros pobres das grandes cidades brasileiras, distinguindo-se destes pelas amplas avenidas e ruas de fácil acesso e circulação. A minoria das vias de circulação é de terra batida, grande parte possuindo asfalto ou pavimentadas com pedra tosca. Depois de deixar de ser favela, continuou com essa denominação pelo fato de ser afastado do centro da cidade.

A característica que mais se destaca nos moradores do bairro é a da participação excepcionalmente ativa em qualquer projeto, plano, construção e ação que lhes afete a vida. Em 1997, foi realizado um encontro de avaliação do Seminário “Habitando o Inabitável” que chegou à conclusão de que o bairro já estava urbanizado, mas a pobreza econômica dos moradores tinha aumentado. O bairro, mesmo havendo conquistado muito, ainda sofria com o desemprego, pouca circulação local de renda e pobreza. O seminário, por fim, deliberou pela criação de um projeto de geração de trabalho para o bairro. Esse projeto, inaugurado em 1998 e que pouco tempo depois haveria de se transformar em uma das instituições mais importantes do bairro, recebeu o nome de Banco Palmas.

### **3.1.1 Gerência do Banco Palmas: ASMOCNP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras**

De acordo com Neto Segundo e Magalhães (2009) a ASMOCNP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras tem, hoje, 28 anos de existência e surgiu para organizar e mobilizar a população do conjunto em busca da melhoria das suas condições de vida mais gerais, articulando três planos de atuação:

- O político, no sentido da mobilização e participação das pessoas em torno de questões públicas;
- O social, ao reforçar a base das relações e convivência entre os moradores;
- O econômico, a partir das várias atividades produtivas que são empreendidas.

Por meio das mobilizações dos moradores e de diversas parcerias, a associação foi aos poucos construindo o bairro. Várias são as ocasiões que resumem a participação política associativista presente nos seus 28 anos.

Pode servir como referência, a luta, por volta de 1985, pela manutenção de um programa de assistência do governo federal que destinava cestas básicas para as famílias de baixa renda cadastradas nos postos de saúde, como uma primeira conscientização.

Um segundo momento demonstra que o poder do associativismo conjugado às lutas sociais ocorrera no ano de 1988 e o problema era o desabastecimento de água. Também neste período, a ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras encampa uma batalha política e obtém a instalação da energia elétrica no bairro - favela.

Além destas conquistas junto aos governos nacionais e sub-nacionais, as parcerias da ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, no final da década de 80, já se estendiam à cooperação internacional.

Por volta de 1990, apoiado pela GTZ, sob a forma de apoio técnico ligado ao governo daquele país, fora construído 1700 metros de canal de drenagem em regime de mutirão e, dois anos depois, junto ao Governo do Estado conseguiu-se a implantação da rede de esgotamento sanitário (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Segundo Melo (2003, p.23), “O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável.” Entretanto, em que pesem os avanços na infraestrutura local, as condições mais gerais de vida continuavam também amplamente influenciadas pela conjuntura política e econômica maior.

Uma pesquisa realizada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, em 1997, constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. Naquela época, 90% da população economicamente ativa tinha renda familiar abaixo de 02 salários mínimos; 80% estava desempregada; e os pequenos

produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e as dificuldades na comercialização de seus produtos. Durante aquele ano, a associação realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes para discutir a condição de pobreza econômica local e suas alternativas de enfrentamento. Mais uma vez, a comunidade se mobilizava na busca de resolução das suas dificuldades (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

É nesta perspectiva que a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras - ASMOCOMP cria o Banco Palmas, em janeiro de 1998, e implanta uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores locais. Embora o termo economia solidária fosse, nessa época, desconhecido de todos, a ideia era:

Um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento de microcrédito e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003, p. 49).

O objetivo do projeto Banco Palmas seria, então, garantir microcréditos para a produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida da pessoa do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta, assim, a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos numa espécie de aval solidário. São as próprias pessoas que funcionam como mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

### **3.2 Rede Solidária de Produção e Consumo Local do Banco Palmas**

Microcrédito é uma variedade de empréstimos cujas características comuns são: serem de pequeno valor; serem direcionados a um público restrito, definido por sua baixa renda ou pelo seu ramo de negócios, que usualmente não têm acesso às formas convencionais de crédito. O microcrédito se encontra

necessariamente num contexto de microfinanças, sendo esta entendida como sendo o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes.

### **3.2.1 Sistema Integrado de Microcréditos**

Segundo Neto Segundo; Magalhães (2003), o banco constitui-se em um sistema financeiro integrado, que atua de forma estratégica nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável em áreas de baixa renda, quais sejam:

- Capital solidária;
- Produção sustentável;
- Consumo ético;
- Comércio justo.

A metodologia Palmas compreende que na ausência de um destes elementos não é possível ser alcançado o desenvolvimento econômico local. Neste sentido o Banco Popular desenvolveu instrumentos para concessão de microcréditos, compatíveis com a realidade da comunidade, tanto para produção, como para o consumo e comercialização.

A filosofia central do Banco está voltada para uma rede de solidariedade de produção e consumo local. O Banco Popular possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores e comerciantes do bairro.

O Banco Palmas estabeleceu na própria comunidade um circuito monetário de produção e consumo, que em longo prazo se auto-financiará, dando sustentação aos seus empreendimentos. Este sistema oxigena a rede de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtores da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico. A



estratégia objetiva criar um círculo econômico local virtuoso (SILVA JUNIOR ; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

Por que coloca (...) a solidariedade como princípios organizador da economia social em lugar da competição (...) as pessoas se ajudam, são solidárias uma com as outras, se unem e, com isto, ficam mais fortes (Singer, 1999, p.25).

Segundo Neto Segundo; Magalhães (2003) são 04 as linhas de crédito do Banco Palmas:

### **3.2.1.1 Microcrédito Para Produção, Comércio ou Serviço**

Microcréditos cedidos para quem não pode acessar as fontes de financiamentos oficiais por causa da burocracia, exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias.

Os créditos concedidos pelo Banco Palmas não exigem documentos, nem garantias cadastrais. São os próprios vizinhos quem oferecem as informações sobre o tomador do crédito, assegurando de que se trata de uma pessoa responsável, com experiência no ramo da atividade pretendida, ou, negando esses valores. São beneficiadas 420 famílias (SILVA JUNIOR ; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

### **3.2.1.2. PalmaCard**

Microcrédito para o consumo. Palmacard é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. Cada cartão de crédito tem o valor inicial de R\$ 20,00 (Vinte Reais), podendo de forma escalonada chegar ao máximo de R\$100 (Cem Reais). A família não paga nenhuma taxa para ter o cartão. São beneficiadas 350 famílias (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

### **3.2.1.3. Microcrédito Para Mulheres**

Por meio de uma linha de crédito específico para atendimento às mulheres, o Banco Palmas tem financiado a produção de mulheres empreendedoras do bairro, principalmente as que se encontram em situação de risco pessoal e social. São beneficiadas 120 famílias (SILVA JUNIOR ; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

### **3.2.1.4. PalmaCasa**

Linha de crédito para pequena reforma de moradia, objetivando a melhoria nas condições de produção. Pode ser uma pia, uma varanda, o piso, um banheiro e outros. As famílias fazem um orçamento no depósito de construção do bairro e recebem autorização do Banco Palmas para receberem o material. O dono do depósito recebe o dinheiro do Banco e o beneficiado tem 6 meses para pagar com juros de 1,5% ao mês. A partir de julho de 1999, os créditos para moradia passaram a ser concedidos por outra instituição, a Prefeitura Municipal de Fortaleza. São atendidas 65 famílias.

## **3.3 Política de Créditos**

### **3.3.1 Os Juros**

O Banco Palmas trabalha com uma política de créditos evolutivos e juros evolutivos, para garantir a distribuição de renda. Quem tem mais, paga mais juros para subsidiar o empréstimo de quem tem menos.

**Tabela 01** - Tabela de Créditos

<b>Crédito</b>	<b>R\$</b>	<b>Juros ao Mês</b>	<b>Prazo para pagamento</b>
1° Crédito	Até 300,00	2%	6 a 12 meses
2° Crédito	Até 500,00	2,5%	6 a 12 meses
3° Crédito	Até 5.000,00	3%	6 a 12 meses

Fonte: Neto Segundo; Magalhães (2003, p.33).

Os juros evolutivos e baixos são elementos básicos e necessários da rede solidária. Os juros não cobrem inteiramente os custos do Banco. Com trabalho voluntário e recursos financeiros adicionais compensa-se o déficit orçamentário.

### **3.3.2 O Acesso às Linhas de Crédito do Banco**

O Palmas trabalha com uma política de crédito pautada no controle social. Quando um morador chega ao Banco para solicitar um serviço é informado das regras de funcionamento da rede de solidariedade. Não se pede nenhum documento ou garantia (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

Um analista de crédito visita a família do solicitante e conversa com os vizinhos. É o depoimento da vizinhança que vai servir de aval para o futuro cliente. O Banco Palmas não cobra fiador, não faz consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito, a cartórios e outras fontes de verificação da ficha dos clientes. A maioria dos moradores do Conjunto Palmeiras está com seus nomes fichados em um desses sistemas.

A partir do momento que o cliente é aceito no Banco ele passa a ser acompanhado por toda a rede de solidariedade. Esse controle social fiscaliza as ações do Banco e dos seus empreendedores, ajudando, inclusive, a inadimplência do Palmas a ficar sempre na casa de 1 a 3% (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

### 3.3.3 Créditos Evolutivos

Os créditos são evolutivos. Quando um cliente acaba de pagar seu primeiro crédito tem direito de efetuar um segundo, com o valor de até R\$ 500, 00 (quinhentos reais) e um terceiro de até R\$ 5.000 (cinco mil reais). Os juros também sobem para 2,5% e 3% ao mês, respectivamente.

### 3.4 Cartão de Crédito Palmacard

Esse cartão, utilizado apenas no Conjunto Palmeiras, estimula as famílias a comprarem em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagar ao Banco popular após trinta dias, em uma data estabelecida pela própria família. O valor do crédito é de 20 reais, podendo chegar até 100 reais. No caso de compras acima de 100 reais, como um guarda roupa, uma mesa com cadeiras, ou outro produto de médio porte fabricado localmente, a família pode receber uma autorização do Banco e parcelar a compra em até três prestações (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

No dia estipulado pelo Banco os comerciantes levam suas faturas até o Palmas e recebem do Banco tudo que venderam para o PalmaCard. Como taxa de administração, o Banco desconta 3% de todas as vendas realizadas (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

Os produtores e comerciantes beneficiados pelo sistema se encontram em assembléia mensal para avaliarem o funcionamento do cartão, apresentar sugestões e contribuírem com sua participação e trabalho voluntário para as ações sociais da associação, como, limpeza e preservação de praças, acompanhamento às escolas e postos de saúde, entre outros.

O cartão de crédito do bairro, além de resolver o problema emergencial de cada família, garantindo o acesso a remédios, gás de cozinha, gêneros

alimentícios e outras necessidades básicas, também eleva a autoestima e a confiança da comunidade em resolver seus problemas. É por meio das economias populares geradas a partir do consumo solidário dos próprios moradores que se consegue o desenvolvimento econômico da comunidade.

Quando o João, pequeno artesão que produz sapatos, vende sua mercadoria, está conseguindo recursos financeiros para poder comprar os doces da Maria, e esta a costureira, que por sua vez corta o cabelo na barbearia do Paulo e assim por diante (DUTRA, SIC).

A consciência de que ao consumir produtos e serviços do bairro estar-se-á ajudando a distribuir a renda, gerando riquezas e melhorando a qualidade de vida na comunidade, permite ao Banco popular criar vários instrumentos de comércio solidário.

Os mais visíveis são as feiras dos produtores do Banco Palmas, que acontecem semanalmente em frente à sede da Associação de Moradores e uma loja solidária que funciona na própria sede do Banco, expondo e vendendo os produtos fabricados no bairro.

Para este círculo poder existir e funcionar adequadamente é necessário que na comunidade sejam produzidas as mercadorias mais necessárias para a população consumidora.

Neste sentido o Banco Palmas apóia a criação de empresas comunitárias que vão se multiplicando através de seus excedentes. O lucro de uma empresa na economia solidária chama-se excedente. É possível ser aberta outra empresa, aumentando a oferta de produtos fabricados localmente.

### **3.5. Mapeamento da Produção e do Consumo Local**

Este é o primeiro passo para criação da rede de economia solidária do Banco Palmas. Trata-se de um levantamento realizado sobre tudo o que a

população está consumindo e produzindo, incluindo os insumos utilizados na produção. São identificados os locais onde os produtores e consumidores estão realizando suas compras, bem como a localização das indústrias, comércios e serviços existentes no bairro.

### **3.5.1 Os Objetivos do Mapeamento**

- Orientar a linha de crédito do Banco para priorizar o financiamento de bens e serviços que atendam a demanda local.
- Evitar a competição entre os integrantes da rede, a partir da oferta excessiva de um mesmo produto. O mapa da produção possibilita a montagem das cadeias produtivas onde cada empreendedor produz em função das necessidades de insumos do outro.
- Reduzir os custos da produção a partir de compras conjuntas de insumos e equipamentos (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Neto Segundo; Magalhães (2003) afirmam que para mapear a produção e o consumo do Conjunto Palmeiras o Banco Palmas adotou os seguintes passos:

- O primeiro momento consiste em capacitar pesquisadores locais para realizarem a pesquisa de campo. É fundamental que todo o processo da pesquisa como: coleta de dados, sistematização e análise, seja compreendida pela comunidade, com apoio de uma assessoria técnica, para que ela se aproprie dos conhecimentos e seja capaz de reaplicá-los quando necessários.
- A capacitação tem uma duração de 40h e está dividida em dois módulos. Primeiro se oferece noções básicas sobre economia solidária e a importância do trabalho em rede. Depois se orienta sobre técnicas de pesquisa e procedimentos e postura adequada de um pesquisador.

- O questionário é elaborado de maneira simples para facilitar a compreensão e o preenchimento. Durante a capacitação os pesquisadores devem fazer vários exercícios práticos para verificar se não existem dúvidas.
- Uma vez iniciado o mapeamento, uma equipe de supervisão diariamente revisa todos os questionários no sentido de identificar e solicitar ao pesquisador a correção ou complementação de algum dado, se necessário.
- O Mapeamento da produção (indústria, comércio e serviços) é realizado de forma censitária. Já o mapeamento do consumo é feito por amostragem em torno de 10% do universo pesquisado.
- Todos os resultados da pesquisa são apresentados para a comunidade em um grande evento que reúne vários segmentos locais como: igrejas, associações, escolas, creches, poder público entre outros.

Será analisado, a seguir, o desenvolvimento sustentável através da economia solidária local.

#### 4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro - definição apresentada pelas Nações Unidas, é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Para ser alcançado, esse desenvolvimento depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente do local em que se vive.

Algumas vezes desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Atividades econômicas podem ser encorajadas sem detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. O desenvolvimento econômico é vital para os países mais pobres, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. O crescimento econômico e populacional das últimas décadas tem sido marcado por disparidades. No entanto, a economia solidária vem possibilitando novas concepções econômicas onde a população local é responsável por manter seu habitat para se desenvolver economicamente.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.



Ao longo das últimas décadas, vários têm sido os acontecimentos que marcaram a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, de acordo com os progressos tecnológicos, assim como do aumento da conscientização das populações para o mesmo.

A criação do Clube de Roma, em 1968, reuniu pessoas em cargos de relativa importância em seus respectivos países e visa promover um crescimento econômico estável e sustentável da humanidade. O Clube de Roma tem entre seus membros principais cientistas, inclusive alguns prêmios Nobel, economistas, políticos, chefes de estado e até mesmo associações internacionais.

O Clube de Roma publicou o relatório "Os limites do crescimento", preparado a seu pedido por uma equipe de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology. Este relatório apresenta os resultados da simulação, em computador, da evolução da população humana com base na exploração dos recursos naturais, com projeções para 2100. Mostra que, devido à persecução do crescimento econômico durante o século XXI, é de prever uma redução drástica da população devido à poluição, perda de terras aráveis e escassez de recursos energéticos.

Em 16 de Junho de 1972 inicia-se a Conferência sobre o Ambiente Humano das Nações Unidas (Estocolmo). É a primeira Cimeira da Terra. Ocorre pela primeira vez a nível mundial preocupação com as questões ambientais globais.

Em 1979 o filósofo Hans Jonas exprime a sua preocupação no livro *Princípio responsabilidade*. Em 1980, A União Internacional para a Conservação da Natureza publicou um relatório intitulado "A Estratégia Global para a conservação", onde surge pela primeira vez o conceito de "desenvolvimento sustentável". O Relatório Brundtland, *Our Common Future*, preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, onde foi pela primeira vez formalizado o conceito de desenvolvimento sustentável.

De 3 a 14 de Junho de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (segunda "Cimeira da Terra"), onde

nasce a Agenda 21 e são aprovadas a Convenção sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio), bem como a Declaração de Princípios sobre Florestas.

Em 1993 acontece o V Programa Ação Ambiente da União Européia: Rumo a um desenvolvimento sustentável, apresentação da nova estratégia da UE em matéria de ambiente e as ações a serem tomadas para alcançar um desenvolvimento sustentável para o período 1992-2000. Em 27 de maio de 1994 acontece a Primeira Conferência sobre Cidades Européias Sustentáveis em Aalborg (Dinamarca), de onde surgiu a Carta de Aalborg. Em 8 de Outubro de 1996 acontece a Segunda Conferência sobre Cidades Européias Sustentáveis. Plano de Ação de Lisboa: da Carta à ação. Em 1997 realiza-se a 3<sup>a</sup> Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, em Quioto, onde se estabelece o Protocolo de Quioto.

Em 8 de Setembro de 2000, após os três dias da Cimeira do Milênio de líderes mundiais na sede das Nações Unidas, a Assembleia Geral aprovou a Declaração do Milênio. Em 2000 acontece a Terceira Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis. De 26 a 4 de Setembro de 2002 - Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johanesburgo, onde reafirmou o desenvolvimento sustentável como o elemento central da agenda internacional e se deu um novo impulso à ação mundial para combater a pobreza, assim como a proteção do ambiente. Em Fevereiro de 2004 - A sétima reunião ministerial da Conferência sobre Diversidade Biológica foi celebrada com a Declaração Kuala Lumpur, o que gerou descontentamento entre os pobres e as nações que não satisfazem plenamente os ricos.

Em 2004 - Conferência Aalborg +10 - Inspiração para o futuro. Apelo a todos os governos locais e regionais da Europa para participar na assinatura do compromisso de Aalborg e fazerem parte da Campanha Européia das Cidades Sustentáveis e Cidades. Em 11 de Janeiro de 2006 - Comunicação da Comissão Européia ao Parlamento Europeu sobre a Estratégia temática sobre o ambiente urbano. É uma das sete estratégias do Sexto Programa de Ação Ambiental para o Ambiente da União Européia, desenvolvido com o objetivo de contribuir para uma

melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada e centrada nas zonas urbanas e para tornar possível um elevado nível de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente em que níveis da poluição não têm efeitos adversos sobre a saúde humana e o ambiente, assim como promover o desenvolvimento urbano sustentável. Em 2007 - Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis.

Em 2007 houve a Cimeira de Bali, com o intuito de criar um sucessor do Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas e mais exigentes no que diz respeito às alterações climáticas. Em Julho de 2009 - Declaração de Gaia, que implanta o Condomínio da Terra no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

- **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos **verdadeiros sujeitos da ação**.
- **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Respaldados pelo Banco Palmas, várias famílias criaram empreendimentos locais que compõem a rede de produtores do bairro. A efetivação desses empreendimentos transformaria a atuação da ASMOCNP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras depois de 28 anos agindo como amplificadora das

lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

A ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras passa a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação dos empreendimentos sócio produtivos de combate às desigualdades econômicas locais. Desde 1998, a ASMOCONP e mais os programas originados dele: 04 programas de desenvolvimento social e econômico local e 05 unidades produtivas solidárias (MELO, 2003).

#### **4.1. Programas de Desenvolvimento Social**

##### **4.1.1 Incubadora Feminina**

No submundo da pobreza, os homens normalmente se evadem de casa e as mulheres sempre estão incumbidas de assumir a família e criar os filhos. Na avalanche de exclusão e sofrimento, as mulheres mais pobres são, portanto, as mais fragilizadas. Um grande número de mulheres que procuram o Banco Palmas para conseguir um crédito encontra-se dentro deste quadro de exclusão, impossibilitando o Banco popular de ter qualquer ação em seu benefício. As mulheres que se encontram nestas condições necessitam, antes do acesso, de um programa capaz de reintegrá-las ao processo produtivo. Este programa é a Incubadora Feminina.

A Incubadora Feminina é um projeto de segurança alimentar, inaugurado no dia 20 de fevereiro de 2001 com o objetivo de incluir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico de forma a garantir renda que assegure o acesso ao alimento. É um espaço equipado com sala, cozinha, refeitório, banheiros e um galpão onde são realizadas oficinas de mulheres, cursos profissionalizantes, ateliê de produção e um

projeto de agricultura urbana que funcionará como um laboratório que posteriormente se estenderá às casas das mulheres beneficiadas (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Cada mulher passa 4 horas por dia na Incubadora, onde aprende uma profissão, recebe atendimento psicológico duas vezes por semana e atendimento médico quinzenal. Recebem, ainda, duas refeições e trabalham na manutenção do próprio prédio. São realizados cursos especiais sobre segurança alimentar, nos quais são trabalhados de forma pedagógica os hábitos alimentares, o valor nutricional dos alimentos, culinárias alternativas e uso medicinal de plantas e alimentos. O grupo escolhe conjuntamente qual o curso profissionalizante que será realizado (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Algumas atividades específicas são realizadas fora da Incubadora, tais como, atendimento médico, controle de peso, visitas a feiras e supermercados, dentre outros.

As mulheres atendidas pela Incubadora Feminina apresentam o seguinte perfil:

- Mães solteiras ou que foram abandonadas por seus companheiros;
- Faixa etária de 18 a 65 anos;
- A maioria só tem o primeiro grau incompleto ou são analfabetas;
- Desempregadas, não têm profissão definida ou vivem de esmolas;
- Não têm residência fixa ou moram de aluguel em pequenos barracos;
- Os serviços de água e luz estão cortados;
- Alimentam-se menos de duas vezes ao dia, estão ou têm algum filho com desnutrição;
- Apresentam alguns problemas de saúde ou têm alguma pessoa com problema de saúde em casa;
- Já receberam algum tipo de tratamento psiquiátrico;
- São dependentes de algum tipo de droga ou possuem familiares usuários de drogas;
- Possuem parentes diretos: marido, filhos, pais em presídios;
- A grande maioria já foi vítima de violência doméstica.

#### **4.1.2 PalmaTech - Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária**

Em abril de 2000, o Banco Palmas criou a escola comunitária de socioeconomia solidária PalmaTech, cujo objetivo central é oferecer capacitação gerencial e profissional, na perspectiva da socioeconomia solidária, desenvolver pedagogias de sensibilização para a cultura da solidariedade e difundir a metodologia e os produtos criados pelo Banco em sua estratégia de combate à pobreza com desenvolvimento local (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Como expresso em seu nome, tem como valor central o controle da sociedade sobre a economia e o mercado como espaço de cooperação, colaboração e satisfação das necessidades humanas. A escola é responsável pela formação de instrutores, técnicos, empreendedores, produtores e consumidores para difusão dos instrumentos alternativos adotados pelo Banco. Como, também, oferece um acervo bibliográfico para líderes populares, técnicos, estudantes, estagiários, trabalhos de monografia e pesquisa em geral no campo da solidariedade.

A missão atribuída à escola é contribuir para uma nova ética na economia, sedimentada na criatividade e satisfação das necessidades humanas, formando pessoas e instituições para as práticas da socioeconomia solidária.

##### **4.1.2.1 Cursos Realizados Pela Palmatech:**

- Curso de Formação de Empreendedores Solidários, trabalhadores, líderes comunitários, alunos universitários, com práticas nas comunidades e técnicos interessados no tema da Socioeconomia Solidária, com o objetivo de formar sócio economistas solidários para animar projetos de desenvolvimento econômico local, tais como implantação de redes de produção e consumo, bancos populares, feiras, clubes de trocas com moeda social, grupos de compras coletivas, mapeamento de cadeias produtivas e outros instrumentos, este curso tem a carga horária de 40h (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

- Curso de Consultores Comunitários para Empreendimentos Solidários tem como objetivo capacitar jovens da comunidade de 15 a 21 anos, que tenham o primeiro grau completo, oferecem consultorias aos pequenos empreendedores do bairro, nas linhas de gestão empresarial, marketing, vendas, compras coletivas e outros instrumentos no campo da economia solidária. Carga horária de 60h (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).
- Clube de Trocas com Moeda Social, focado para donas de casa, líderes comunitários, Produtores e Consumidores em geral e técnicos interessados no tema do socioeconomia solidária. Tendo como objetivo criar clubes de trocas com moeda social, ajudando na melhoria da qualidade de vida das pessoas, aumentando renda e garantindo o consumo da população de mais pobre. Carga horária 20h.
- Seminário ABC da Socioeconomia, voltado para trabalhadores em geral, jovens das escolas, líderes comunitários e donas de casa os sensibilizado para as práticas socioeconômica solidária, estimulando produtores e consumidores a se organizarem em suas comunidades em torno de propostas concretas que visem à implantação de instrumentos de socioeconômicos, como compras coletivas, formação de grupos de produção solidários, consumo ético, entre outros. Carga horária 20h (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).
- Elaboração de pequenos projetos para líderes populares e técnicos de Organizações não Governamentais com o objetivo de capacitar instituições do terceiro setor para elaboração de projetos sociais. Carga horária de 40h.
- Os desafios do movimento popular no século XXI são voltados para líderes comunitários e moradores com sensibilidade para o trabalho associativo. Como fazer refletir sobre o contexto político-social local e global, ajudando a se identificar ferramentas e criar instrumentos que ajudem o movimento popular a enfrentar os desafios da conjuntura política mundial. Carga horária 60h.
- Pesquisadores locais para o desenvolvimento sustentável, voltado para líderes comunitários no intuito de formar moradores nas comunidades periféricas com



capacidade de realizar pesquisas que levem a elaboração de projetos de desenvolvimento local. Carga horária 80h.

#### **4.1.3 Laboratório de Agricultura Urbana**

O laboratório de Agricultura Urbana, orgânica e agro-ecológica, criado ao lado da sede do Banco Palmas, consiste na estratégia de segurança alimentar assumida pelo Banco desde a implantação do projeto Incubadora Feminina (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

O laboratório de Agricultura Urbana consiste em um espaço onde as mulheres em situação de risco pessoal e social aprendem o cultivo de plantas medicinais e hortaliças e peixes em cativeiro. Cada mulher do programa deve desenvolver as ações que aprendeu utilizando os quintais de suas casas. A produção é orgânica, e a qualidade dos produtos monitorada por técnicos competentes. Tudo que é produzido é primeiramente consumido pela família e o excedente comercializados nas feiras do Palmas (RAZETO, 1993).

O componente de Agricultura veio ao encontro da grande preocupação do Palmas em não produzir alimentos localmente. Com a implantação dos projetos nas residências pretende-se beneficiar 1.000 famílias, aumentando em 20% a renda que circula no bairro. A parceria com a UFC - Universidade Federal do Ceará vai garantir toda a capacitação técnica do Projeto. A abordagem pedagógica da segurança alimentar, tanto no aspecto da educação para o consumo e preparo dos alimentos, como na produção e comercialização destes, são temas essenciais do projeto. O NEGIF - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e Família, ligado à UFC, está oferecendo uma estagiária de economia doméstica que vai desenvolver o programa de capacitação em segurança alimentar.

O Laboratório de Agricultura Urbana atualmente consiste apenas em uma linha de crédito de até R\$ 200,00 para as famílias interessadas em projetos de

plantação de hortaliças e criação de galinhas caipiras, hoje são beneficiadas 40 famílias. (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

## **4.2 Unidades Produtivas**

Há, ainda, outros importantes desdobramentos nas áreas de produção, circulação, comercialização, segurança alimentar e capacitação. Cinco unidades produtivas estão em funcionamento (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003):

**4.2.1. PalmaFashion** - Empresa de confecções e roupas de cama, mesa e banho, administrada por 18 mulheres da comunidade.

A estratégia do Banco Palmas, em 1999, foi tentar agregar produtores do mesmo ramo de atividade em grupos setoriais. O primeiro grupo formado foi no ramo de confecção. As costureiras que já haviam recebido empréstimos se uniram e criaram uma grife, a Palmafashion (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

A fase preparatória para criação da grife contou com algumas parcerias e aportes externos abaixo descritos:

- Capacitação tecnológica, cursos de costura, designer, encaixe: SEBRAE, OXFAM.
- Créditos para financiamento de equipamentos: Banco Palmas e SAS - Secretaria de Ação Social do Governo do Estado; Gestão empresarial: IEL - Instituto Evaldo Luck e OXFAM.
- Construção da marca: Banco Palmas e OXFAM.

A grife foi lançada no dia 28 de outubro de 1998, com um desfile em passarela instalada em local privilegiado da cidade, mobilizando importantes

segmentos da classe média, poder público e imprensa (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

As dificuldades apresentadas são espaço físico para produção, a insuficiência de equipamentos e uma estratégia articulada de produção e comercialização. Para superação destas dificuldades, o Banco Palmas está ampliando sua sede, onde está construindo um galpão de produção e buscando outras parcerias que facilitem o processo de comercialização.

#### **4.2.2. PalmArt**

Empresa de artesanato, destacando a produção de artesanatos em tecido, envolve 08 mulheres da comunidade, outro grupo setorial formado por clientes do Banco. Foi através do artesanato que oito artesãs que já haviam recebido um crédito junto ao Banco procuraram o Banco Palmas e solicitaram um curso de aperfeiçoamento. A capacitação foi realizada pelo Banco Palmas, em parceria com o SINE, para 10 mulheres que posteriormente criaram a PalmArt. O local de trabalho das mesmas é a sede da associação dos moradores (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

#### **4.2.3. PalmaLimpe**

Empresa comunitária formada por 05 jovens da comunidade com faixa etária entre 18 e 23 anos. A empresa comunitária produz material de limpeza: detergente, água sanitária, desinfetante, cera líquida e amaciante. Os jovens foram capacitados pela prefeitura municipal e recebem apoio gerencial do Serviço Brasileiro de Empresas - SEBRAE.

#### **4.2.4. PalmaNatus**

Empresa de produtos naturais que tem como participantes 03 jovens da própria comunidade. A empresa produz sabonete e fitoterápicos.

#### **4.2.5. PalmaCouros**

Empresa de gênero familiar que tem como integrantes 05 pessoas da mesma família, marido, mulher e três filhos, que tem uma linha de produção de bolsas e sapatos.

No futuro as cadeias produtivas poderão ser remontadas, de maneira que cada empresa produza os insumos a serem consumidos pela outra. Essa lógica compreende a concepção de que é possível tornar o bairro autossustentável, a partir de uma rede de colaboração econômica entre seus moradores, sem perder de vista a relação local/global, exigente de uma solidariedade universal com todas as comunidades pobres do mundo (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

### **4.3 Balcão de Empregos e Trocas de Serviços**

Este serviço do Banco Palmas teve início em 28 de agosto de 1999, através de uma parceria com o SINE - Serviço Nacional de Empregos, o IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho e o CESE - Centro Ecumênico de Serviços (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Razeto (1993) afirma que o balcão funciona de segunda à sexta-feira, na sede do Banco Palmas, no horário de 07h00min às 17h00min, com os seguintes produtos:

### 4.3.1 Encaminhamento ao Mercado de Trabalho

Por intermédio de uma rede de computadores interligada ao SINE – Sistema Nacional de Empregos, o Banco Palmas tem informações sobre as oportunidades de emprego existentes nas empresas. Sempre que uma vaga no mercado de trabalho é identificada, os trabalhadores do bairro devidamente cadastrados são encaminhados, utilizando-se de uma carta de apresentação. Desde sua criação até abril de 2007 o balcão conseguiu os seguintes resultados:

**Tabela 02** - Encaminhamento ao Mercado de Trabalho

Trabalhadores cadastrados	4.922
Encaminhamentos realizados	2.567
Trabalhadores que conseguiram empregos	949

Fonte: SINE IDT (2007).

### 4.3.2 Troca de Serviços

Os moradores se associam ao Banco Palmas para troca de serviços. Cada qual coloca à disposição suas atividades profissionais como: faxina, corte de cabelo, serviços de eletricitista, pedreiro, entre outros. Através de um contrato social forma-se uma rede que estabelece um pacto de cooperação entre todos os associados, sem qualquer tipo de remuneração.

Desta forma, quando um dos membros do grupo necessita de um pedreiro, o Banco viabiliza a realização do serviço solicitado. Isto posto, do mesmo modo o pedreiro poderá solicitar, por exemplo, os serviços de uma faxineira e assim sucessivamente. Todos da rede podem utilizar os serviços colocados à disposição, sem monetarização. Essa estratégia é dirigida aos desempregados, mas nada impede que outras pessoas que já tenham empregos possam fazer parte da rede.

#### 4.4. Clube de Trocas Com Moeda Social

Esse serviço está voltado para os produtores locais, dando oportunidade para que cada um troque seus produtos entre si, por meio de uma moeda social criada pelo Banco: os Palmares, moeda da própria comunidade. Esta moeda não é indexada a nenhuma outra. O que define o valor dos Palmares é a hora trabalhada e os insumos para fabricação de determinada mercadoria.

No Clube de Trocas cada pessoa que chega ao balcão e apresenta seus produtos, apresenta, também, um preço em palmares. O grupo decide se aceita ou não aquele valor. Uma vez consensuado o preço, o produtor coloca suas mercadorias em cima de uma grande mesa e recebe do Banco Palmas a quantidade de Palmares respectiva à quantidade de produtos ofertados (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Por exemplo, se um produtor traz 10 pares de sapatos e cada par foi aceito por 5 Palmares, o Banco lhe repassará 50 Palmares. E quando todos tiverem trocado seus produtos por Palmares, inicia a feira.

Existem vendedores do próprio Banco que ficam na mesa vendendo os produtos. As pessoas compram normalmente o que lhes interessarem. O preço é o mesmo que foi vendido pelo produtor que trouxe as mercadorias.

Desta forma está completamente equilibrada a oferta com a procura, ou seja, a quantidade de Palmares circulando é exatamente o equivalente de produtos na feira. Quando acaba a feira todos os Palmares retornarão ao Banco.

Mas, se alguém que vendeu seus produtos não quiser comprar algo que tenha na feira, perde a moeda, porque na próxima feira aqueles Palmares não serão aceitos. Isso tem vantagens e desvantagens. A vantagem é que todos podem vender todos seus produtos em todas as feiras, sendo assim ter Palmares e atender suas necessidades.

Se uma pessoa trazer um produto muito ruim que ninguém queira, no início da feira quando o morador for mostrar seu produto e dar um preço, o grupo tem a liberdade de dizer que não aceita aquela mercadoria.

A desvantagem é que em algumas feiras tem moradores que levam produtos que não estavam precisando, e os levam somente para não perder o dinheiro. Mas, nestes casos, podem trazer os mesmos produtos na outra semana e revendê-los.

Essa estratégia objetiva a compra e venda de todos os produtos na feira, pois o que traz riqueza e satisfaz a necessidade é a moeda circulando e não guardada para ser especulada, refinanciada com juros, correções e outras operações financeiras do mercado capitalista. Por isso ninguém pode levar a moeda para casa na esperança de acumular ou poupar palmares. A moeda é um simples instrumento de troca.

]

#### **4.5. O Sistema de Moeda Social Circulante no Conjunto Palmeiras**

Como foi observada no tópico anterior, a escassez de produtos no clube de trocas levou, levemente, ao esvaziamento desse sistema. Mas, em paralelo a isso, no Conjunto Palmeiras, havia centenas de produtores, produtoras, comerciantes, prestadores e prestadoras de serviços que tinham uma dinâmica econômica própria e que estavam alheios ao sistema de trocas solidárias implantado pelo Banco Palmas. O desafio era, portanto, criar um modelo que envolvesse esse grande contingente de outros empreendedores locais nas estratégias solidárias desenvolvidas com a moeda social. Foi essa busca que levou a criar um Sistema de Moeda Circulante Local. (SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

A passagem de um Clube de Trocas para um Sistema de Moeda Local circulante foi um dos saltos qualitativos mais importantes alcançados no sistema de finanças solidárias do Banco Palmas. O bairro, como um todo passou a funcionar como se fosse um grande clube de trocas. Os produtores, as produtoras,

comerciantes entre outros, cada qual no seu local de trabalho – passaram a aceitar a moeda social em seus estabelecimentos. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Esse novo sistema trouxe várias novidades:

- A moeda social passou a ser chamada de PALMAS, moeda circulante local, produzida pela fundação El Prosumidor, cuja sede fica na Argentina, antes era palmares, e como iria circular livremente em toda a comunidade foi confeccionada com vários componentes de segurança contra possíveis falsificações: marca d'água, código de barra, número serial.
- A circulação dos PALMAS passou a ser livre e corrente no comércio local. Acostumou-se a dizer que PALMA era uma Moeda Social Circulante Local, uma vez que ela girava a todo o momento.
- Os PALMAS têm lastro em moeda nacional, o Real (R\$), ou seja, para cada PALMAS emitida existe, no Banco Palmas, um valor correspondente em Reais (R\$).
- Os produtores e produtoras, comerciantes ou qualquer morador do bairro podem adquirir um empréstimo em moeda Palmas, para isso não é cobrado nenhuma taxa de juros.
- A moeda PALMAS se relaciona diretamente com o sistema de crédito do Banco Palmas (em reais (R\$)), permitindo que os tomadores do crédito optem por uma ou outra moeda quando vão quitar seus créditos. Essa medida objetiva ampliar o interesse dos produtores, comerciantes e prestadores de serviços locais pela moeda Palma.



#### **4.6. A Feira Comunitária e a Loja Solidária**

Como instrumento de incentivo à comercialização coletiva dos produtos, o Banco Palmas instalou uma loja solidária em sua própria sede. Os produtores do bairro que tomaram um crédito junto ao Banco podem colocar seus produtos para exposição e venda na loja solidária. Tudo que é comercializado é repassado para os produtores e, também, são feitas encomendas para entrega posterior.

Quinzenalmente aos sábados, das 15h às 22h realiza-se a feira do Banco Palmas, com 18 (dezoito) barracas de produtores locais. Só são comercializados produtos feitos no próprio bairro e aceito o cartão PalmaCard. A feira é espaço também para apresentação dos artistas do bairro, tocadores, emboladores, repentistas e outras representações da cultura local.

É um momento de encontro entre as famílias dos bairros e uma troca de experiência entre produtores. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

#### **4.7. Projeto fomento**

O projeto Fomento consiste na técnica de se clonar a moeda oficial em igual montante de moeda social, fazendo com que os recursos existentes na comunidade sejam multiplicados por dois.

Os objetivos do projeto são:

- Aumentar o circulante monetário local / capital de giro.
- Aumentar a oferta local de microcrédito utilizando a moeda social.
- Interligar esforços para o crescimento econômico local.
- Estimular a produtividade da comunidade, otimizando capacidades existentes.
- Implantar uma forte moeda social local.

- Organizar a comunidade para mobilizar recursos públicos e privados de financiamento para fins sociais, gastos públicos, investimentos privados e outros, que possam vir a serem utilizados como fomento.

Essa é a mais nova estratégia de desenvolvimento local que o Palmas está experimentando, desta vez em parceria com uma organização ecologista holandesa, a Aktie Strohalm, uma das idealizadoras do projeto.

O Projeto Fomento é uma forma inteligente de fazer multiplicar o dinheiro pelo menos por 2 e se a comunidade for bastante organizada e as pessoas confiarem umas nas outras, por 3, 4, e com o tempo até 10.

O Banco Palmas construiu sua Escola de Economia Solidária Palmatech pelo Projeto Fomento, no valor de 50 mil reais. Pela forma tradicional o Banco contratava uma empreiteira, ou comprava o material de construção e pagava trabalhadores para fazer a obra. Ao término, o dinheiro teria servido só para construir o prédio e nada mais. Pelo método fomento o Banco clonou os 50 mil reais para construção da escola.

Produziu exatamente a mesma quantidade em moeda social que se chama Palma. O dinheiro em reais, ao invés de ter sido gasto para fazer a escola, foi convertido em microcréditos para os empreendedores locais, donas de mercearia, farmácia, açougue, artesãos, confeccionista, empresas de material de limpeza, lanchonetes, depósitos de construção, entre outros.

Esses microcréditos terão que ser pagos ao Banco com moeda social em Palma. Os trabalhadores da obra recebem seus pagamentos em Palmas e compram com esta moeda em qualquer ponto comercial do bairro que esteja no sistema. O Material de construção também segue a mesma lógica: os donos de depósitos recebem empréstimos em reais e terão que pagar em Palmas. Assim, todos os materiais são comprados com a moeda.

Ao final da obra, o que antes era apenas 50 mil reais, transformou-se em 100 mil e tudo ficou circulando dentro do próprio bairro. Com a circulação contínua da moeda esses valores vão aumentando.

#### **4.8. Sistemas de Compras Coletivas**

Consiste em reunir várias famílias do bairro e de outras comunidades da Região Metropolitana de Fortaleza para comprarem juntas os produtos da cesta básica e futuramente os insumos da produção, tecidos, couros, entre outros.

As compras são realizadas diretamente aos produtores, evitando os atravessadores, e reduzindo em 20% o valor de cada compra. Por outro lado oportuniza-se a sobrevivência das pequenas empresas populares e dos trabalhadores rurais que quase nunca conseguem concorrer com as grandes empresas e multinacionais. Desta forma, as Compras Coletivas criam um mercado solidário, articulando em rede produtores e consumidores. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

##### **4.8.1 Os Objetivos das Compras Coletivas**

- Reduzir, em média 20% o valor de cada compra, uma vez que os produtos são adquiridos em grande quantidade.
- Oportunizar a comercialização dos pequenos produtores rurais e urbanos, priorizando-se a compra em empreendimentos solidários.
- Gerar renda na própria comunidade, constituindo empresas comunitárias com os excedentes das compras.

Os autores SILVA JUNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES (2005) relatam que para se realizar as compras coletivas são dados os seguintes passos:

- Uma equipe de organização, formada por todos os bairros integrantes do sistema, reúne-se semanalmente para avaliar, preparar as listas de compra e definir estratégias.
- Cada bairro é livre para formar um núcleo e seu representante passa a fazer parte da equipe de organização.
- No dia 15 de cada mês a equipe de organização entrega uma lista com os produtos a serem adquiridos, para os representantes dos núcleos. Na lista está indicada a marca e os preços dos produtos.
- No dia 22 a comissão recebe a lista dos núcleos contendo a quantidade de produtos solicitados por cada família.
- Entre 22 e 30 de cada mês a equipe de organização compra os produtos diretamente dos fornecedores.
- Os produtos são armazenados na sede do Banco Palmas ou na cooperativa agrícola de Maranguape onde são organizadas as cestas de cada família.
- No último dia do mês a equipe de organização entrega os produtos nos núcleos, já separados os quantitativos de cada família.
- Os núcleos utilizam a sede da associação, salão da igreja, ou outro espaço disponível para servir de ponto de apoio.
- Até o dia 05 de cada mês os núcleos recolhem o pagamento das famílias e entregam à comissão de organização.

## **4.9 PALMATUR**

Em fevereiro de 2010 o Banco Palmas lançou mais um empreendimento na rede de economia solidaria: A PALMATUR – turismo comunitário urbano, fruto da décima turma do projeto Incubadora Feminina, que vem sendo desenvolvida desde 2009 pela Instituição Palmas em parceria com o Instituto Wal Mart. A PALMATUR se constituirá inicialmente com 20 mulheres que foram capacitadas para prestar serviço na área do Varejo e do Turismo. No seu processo formativo, contou com a colaboração do PLANSEQ-Microcrédito (Ministério do Trabalho), da Universidade CDL, do SESCOOP e outros assessores. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2010).

Recentemente os frutos desse trabalho começaram a fluir, a PALMATUR por ser um projeto de Turismo Comunitário Urbano - Pousada Comunitária e Serviços de Guia. Coordenado por um grupo de mulheres da comunidade e que tem por objetivo, além de gerar oportunidade de trabalho e renda para as mesmas, criar espaços de visitação e vivência comunitária na periferia, promovendo o desenvolvimento socioeconômico local. Está concorrendo ao Premio Anu 2010, promovido pela Central Única das Favelas - CUFA. O Prêmio Anu vem para valorizar e reconhecer publicamente iniciativas desenvolvidas em favelas e demais espaços em desvantagens sociais, gerando bem comum para a população, autoestima das comunidades, trabalho, renda, qualidade de vida e equilíbrio social.

### **4.10. Avaliação dos Projetos**

O Banco Palmas representa um projeto de desenvolvimento local que a partir da organização comunitária que articula simultaneamente produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade, tendo em vista dinamizar a economia local e fortalecer a relação de vizinhança entre os moradores. Segundo Melo Neto & Magalhães (2003, p. 18), estabelece-se, pois, uma rede de solidariedade que se estende entre os residentes do bairro, buscando “integrar em um mesmo cenário, instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo

na perspectiva de remontar as cadeias produtivas, oportunizando trabalho, renda para os moradores”.

Pode-se dizer que seja um desdobramento da velha filosofia de que a união faz a força: a integração de consumidores e produtores gera um terceiro termo, os prossumidores e assim permite que a renda circule no próprio bairro. E se a renda não escoar para outra parte o crescimento econômico vira realidade e nesse processo todos ganham.

Em um estudo feito por Jeová T. Silva Jr., professor da UFC, pode-se observar que a ideia de formar um sistema no qual as pessoas possam produzir e consumir localmente dentro de uma rede solidária vem funcionando. O Banco Palmas fortalece nos moradores o sentimento de compromisso com o bairro, mostrando que comprar e vender dentro do próprio bairro e empregar os moradores são formas de auxiliar seu crescimento.

As implementações do Banco Palmas para geração de trabalho e renda foram fortemente reivindicadas em vários discursos de muitos participantes que creditam às intervenções do Banco a melhoria na qualidade de vida de muitos moradores, bem como mudanças positivas na vida de muitos jovens da comunidade. Obtiveram-se alguns relatos de pequenos comerciantes e empreendedores que receberam jovens de alguns projetos em seus estabelecimentos e continuam recebendo mais jovens por acreditarem nos resultados dessas intervenções. Bem como, ouviram-se depoimentos sobre jovens que passaram por algum projeto e hoje se tornaram também empreendedores dando continuidade a rede de relações solidárias propostas pelo Banco como a produção sustentável, o consumo local e ético e o comércio justo.

As ações do Banco para geração de trabalho e renda foram mencionadas ainda em relação à importância da Incubadora Feminina. Suas falas mostraram como as intervenções do Banco impactam na qualidade de vida de muitos moradores, sendo estes principalmente mulheres e jovens, que através da profissionalização percebem mudanças positivas em todos os âmbitos de suas vidas.

De acordo com Joaquim de Melo Neto, Diretor Presidente do Instituto Palmas e Coordenador do Banco Palmas, no ano de 2007 o Instituto Palmas conseguiu aumentar seu fundo de crédito de apoio aos bancos comunitários já constituídos junto ao Banco Popular do Brasil, elevando o de R\$ 120.000,00 para R\$ 700.000,00. Já em relação ao Banco Palmas, a ampliação do fundo de crédito possibilitou um incremento na disponibilidade de empréstimos para as famílias do Conjunto Palmeiras, aumentando o número de famílias beneficiadas e disponibilizando crédito em valores maiores.

Ainda em 2007, outro avanço das ações do Banco Palmas sobre o bairro do Conjunto Palmeiras se deu na área cultural com a implementação do BATE PALMAS. O “Bate Palmas” é um projeto de arte e educação que promove atividades durante as festas regionais – como Carnaval e São João – tendo em vista resgatar a cultura da solidariedade e potencializar as ações educativas do Banco Palmas no campo da Economia Solidária.

De acordo com o contexto apresentado, serão colocados, a seguir, o estudo de caso, o caminho metodológico, onde são apresentadas a metodologia do trabalho, a análise e a discussão dos resultados.

## 5. MOEDA PALMA - ESTUDO DE CASO

A moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária, (BLANC, 1998).

### 5.1. Moeda social

Os criadores e a maioria dos participantes dessa experiência a assumem como um exercício de vontade, reflexo de uma busca por recolocar a economia a serviço das finalidades sociais e reintegrando seus valores à esfera sócio-cultural. Portanto, ela deve ser percebida como uma instituição com um caráter assumidamente normativo, da qual participa quem congrega dos mesmos valores. Em cada experiência a combinação de elementos do conjunto total de valores a ser perseguido pode mudar, mas de forma geral dois significados gerais aparecem recorrentemente: 1- como meio de troca alternativo ou complementar, capaz de gerar melhores condições de vida aos aderentes e/ou 2- como uma prática de reinvenção da economia, reconstruindo-a em moldes responsáveis e participativos, de forma integrada com as outras esferas da vida. De qualquer forma ela deve ser interpretada como uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional. (SOARES, CLAUDIA L. B, 2006).

Não é apenas uma questão de criar um sistema que propicie a inclusão social através de uma produção maior de massa monetária, ou mesmo de gestão coletiva e transparente desse novo dinheiro dos despossuídos, até porque empresas de todo porte irão utilizar de moedas sociais. A ideia tem também uma face mais radical, procura resgatar o dinheiro, a instituição monetária, enquanto



instituição social, pretende dar mais benefícios a todos interagindo de forma ampla para melhor socializar ao local.

Por um lado, quando um grupo utiliza moeda social assume uma postura de autonomia (CASTORIADIS, 1982, 2002) sobre a emissão daquilo que funcionará como equivalente de troca, além de praticar a descentralização da emissão, através da promoção de múltiplos pólos emissores em simultâneo, nesse caso não existirá a retaguarda do estado ou de qualquer outra instituição fora do grupo para fazer valer os princípios e compromissos assumidos, só a confiança ou a coerção social para atuar em prol das relações pré-estabelecidas. Por outro lado, não é por que existe um dinheiro intermediando as relações que elas estão mais facilitadas ou pré-resolvidas.

Assim como qualquer outro equivalente de troca a moeda social deve e tem condições de cumprir as funções de:

- Medida de valor/unidade de conta: facilitando o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias e lastro com a moeda nacional.
- Meio de pagamento: permitindo que os intercâmbios se dêem diferidos no tempo, espaço e entre agentes distintos.

É importante ressaltar que a aceitação da moeda social vai até onde a confiança entre os usuários alcança. Ou seja, quando as experiências ganham escala, superam mais facilmente as necessidades materiais dos participantes e gera expectativas, isso da condição suficiente para obter um bom resultado, tanto de aceitação, quanto econômico gerando mais emprego e renda.

### **5.1.1. Moedas Sociais Promovem o Acesso aos Direitos Sociais Segundo a CRFB<sup>2</sup>**

No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem incentivado a criação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, responsáveis pela emissão de moedas sociais locais circulantes, bem como tem lutado pela criação de um marco regulatório para o estabelecimento de uma política de finanças solidárias com o uso de moedas sociais no país nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Do ponto de vista econômico, as moedas sociais são consideradas como um mecanismo de mercado e, portanto, como uma instituição da ordem econômica (art. 170, da CRFB) – capaz de cumprir algumas funções do sistema de bem estar social. Do ponto de vista social, as moedas sociais são consideradas como um meio alternativo de viabilizar o acesso a bens e serviços que seriam inacessíveis sem o seu uso – e, portanto, como uma instituição da ordem social de natureza complementar à moeda oficial, que tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça sociais (art. 193, da CRFB).

Do ponto de vista funcional, as moedas sociais constituem uma nova maneira de promover a integração das pessoas ao mercado de trabalho (art. 203, III, da CRFB). O seu uso, mesmo quando decorrente de políticas públicas de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento local, não se confunde com outros programas de alocação de recursos e de transferência de renda das camadas mais ricas para as camadas mais pobres da população, os quais se situam no âmbito da assistência social que deve ser prestada pelo Estado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (art. 203, da CRFB).

Do ponto de vista jurídico, as moedas sociais promovem o acesso aos direitos sociais (art. 6º, da CRFB) por meio de uma convenção contratual firmada pelos membros de uma determinada comunidade agrupados por critérios regionais

---

<sup>2</sup> Constituição da República Federativa do Brasil

ou setoriais. As moedas sociais são consideradas moedas personalizadas, ou customizadas, porque são instrumentos ou sistemas estruturados juridicamente conforme os propósitos que os participantes dos grupos sociais que as utilizam pretendem alcançar.

Como se submetem à disciplina jurídica do direito dos contratos e do direito das obrigações, as moedas sociais não têm curso forçado, nem poder liberatório assegurado por lei. Ninguém está (ou pode ser) obrigado a aceitar uma moeda social ou a participar de um sistema de moedas sociais. Do mesmo modo que ocorre com qualquer atividade econômica ou social, os sistemas de moedas sociais sujeitam-se a limitações normativas nos casos previstos em lei (art. 5º e art. 170, da CRFB).

A criação de um marco regulatório necessário e adequado para o bom desenvolvimento de políticas públicas de finanças solidárias com a emissão de moedas sociais no Brasil pode ser uma condição essencial para promover a redução das desigualdades sociais e regionais observadas no país, além de contribuir para promover a erradicação da pobreza. (FREIRE, MARUZA, 2007)

Uma economia que abrigue segmentos de trocas solidárias, com articulações adequadas e estratégicas a outros mercados, inclusive internacionais, e a sistemas de inovação tecnológica, poderá ser parte do “pluralismo institucional”, que tem sido defendido por alguns renomados economistas e que se mostra conveniente talvez indispensável a países como o Brasil, Índia, África do Sul e tantos outros.

A moeda social permite mostrar, na prática, como se constroem novas relações sociais a partir de instrumentos monetários administrados pelos próprios usuários, como protagonistas de processos de desenvolvimento local integral e sustentável. Além de eficiente ferramenta financeira, é um instrumento de construção de cidadania, que permite redefinir os conceitos de riqueza, solidariedade e responsabilidade social.

As moedas sociais circulam hoje em 37 comunidades, sendo 28 delas no

Ceará. Em municípios menores, a moeda circula por toda a cidade, caso do Acaraú, em Tamboril. Na capital Fortaleza, a mais forte é o palma, do Conjunto Palmeira. Pelo Banco Palmas, circulam atualmente cerca de 40 mil palmas, aceitas em 250 pontos de comércio cadastrados.

### **5.1.2. A Moeda Social e a Comunidade Local**

“A moeda social é muito importante para a comunidade porque faz com que a riqueza do bairro gire nele. Isso ocorre, porque ela é aceita apenas pelos empreendimentos do bairro cadastrados no Banco Comunitário, permitindo a esses empreendimentos fazer a troca da moeda social por real”, explica Diogo Jamra Tsukumo, coordenador do Núcleo de Economia Solidária (Nesol), da Universidade de São Paulo (USP).

Tsukumo afirma que a moeda social permite uma maior circulação de riquezas na comunidade, aumentando os números de transações econômicas e permitindo o desenvolvimento econômico local. Neste aspecto, saem ganhando tanto o consumidor morador da comunidade, pois tem acesso ao crédito em moeda social, quanto o empreendimento, pois tem mais clientes.

Em todo o Brasil, existem atualmente 51 moedas sociais. Elas não substituem o real, a ideia é que funcionem de modo complementar à moeda nacional, mas desenvolvendo as economias locais. Para isso, é preciso que tenham lastro em real, ou seja, para cada uma das moedas sociais usadas, deve-se ter “guardada” uma moeda em real. Reconhecidas pelo Banco Central, as moedas sociais precisam, para serem criadas, de comunidades com uma associação de moradores bem estruturada.

Segundo o coordenador do Núcleo de Economia Solidária da USP - Universidade de São Paulo, a moeda é um instrumento de troca e é interessante potencializar sua circulação e reduzir a ideia de acumulação. “A moeda social cria e resgata a identidade da comunidade, valorizando a produção local e gerando

desenvolvimento, em todos os sentidos do termo, em determinada comunidade”, avalia Tsukumo.

A moeda social não impede que um cliente do banco que foi beneficiado com um crédito de consumo (em moeda social) gaste esse recurso em qualquer produto que tenha no bairro. Isso quer dizer que não necessariamente o consumidor precisa comprar algum objeto produzido pela comunidade. Ele pode comprar qualquer produto oferecido no mercado ou farmácia do bairro.

Para o coordenador da USP, o que realmente garante o consumo responsável dos produtos é o processo de formação e transformação cultural que ocorre junto com a implementação de um Banco Comunitário e moeda social. Tsukumo acredita que um processo que envolva campanhas de consumo local e apoio a empreendimentos econômicos solidários seja um caminho interessante para a sustentabilidade e o consumo consciente nas comunidades. Aliando esses pontos ao crédito produtivo e à ação do agente de crédito, os empreendimentos podem oferecer alternativas de consumo aos moradores do bairro.

“O sistema tem ainda uma função de identidade, ou seja, faz com que as pessoas consumam no bairro onde moram, usando uma moeda que tem o nome do bairro”, acredita Tsukumo. Para estimular a população a usar a moeda social, os comerciantes apelam para os descontos. Com isso, o dinheiro passa a ficar na própria comunidade. “Quanto mais dinheiro ficar na comunidade, mais ele vai circular internamente e mais riqueza vai gerando. Quanto mais vezes ele passar de mão em mão, mais se estará gerando valor e riqueza.”

Além dos descontos, para fazer crescer o uso dessas moedas são realizados mapeamentos de consumo e produção para avaliar a necessidade dos consumidores e se há produção suficiente na comunidade para atendê-los. A comunidade também se organiza em fóruns para discutir questões como os juros e as diretrizes dos bancos comunitários na concessão do crédito.

Tsumuko acredita que o potencial de crescimento dessas experiências seja tão grande quanto o número de comunidades existentes no Brasil e no mundo.

“Ainda mais agora que o Banco Central, no final do ano passado, criou um grupo de trabalho, por um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, para estudar essas inovações, reconhecendo publicamente a importância e o valor dessas iniciativas para o desenvolvimento das comunidades e do país”, argumenta.

### **5.1.3 O Terceiro Setor e a Moeda Local**

O chamado terceiro setor cresce em importância e uma alternativa cada vez mais considerada é a implementação de circuitos locais de transações com moedas paralelas às convencionais. Segundo Amin et al. (2006), apesar do grande crescimento desse tipo de experiências de desenvolvimento local e de várias tentativas de estudar esses fenômenos, ainda são incipientes os estudos acadêmicos a respeito.

Como se verá com mais desvelo adiante, esses circuitos de moedas paralelas são sistemas econômicos intencionalmente criados para fazer face aos problemas e limitações gerados pelas moedas oficiais, sejam elas nacionais ou globais (Linton; Soutar, 1994).

A questão acerca da premência do desenvolvimento local ressurgiu de modo concomitante à globalização, processo demasiadamente estudado e, entretanto, de facetas ainda desconhecidas. Segundo Swyngedouw (1989), o processo de globalização incorre na reconstrução da localidade, que atinge diversos domínios, dentre eles: a barganha entre trabalhadores e capitalistas, que deixa de ser mediada pelo Estado e passa a incidir na firma ou localmente; a substituição de políticas redistributivas, antes nacionais, por um sistema privado e individual, o que abre espaço para o aumento das desigualdades sociais e espaciais; a mudança de um Estado intervencionista para um Estado simplesmente regulador.

Albagli (1999), por seu turno, contextualiza as diferenças entre duas visões da globalização: a “desterritorialização” *versus* a “reinvenção do local”.

Claramente, se posiciona favoravelmente à segunda percepção, mostrando que o cenário para a análise do local é a globalização, fenômeno de “alongamento das relações entre o local/presente e o distante/ausente”. Em vez de aventar o fim do Estado-nação, a autora fala da transformação do seu papel, que passa a ser o de importante intermediador de interesses de diversos âmbitos (global, nacional, local). Não obstante, o local passa a ser um “espaço privilegiado de resistência” aos poderosos interesses do capital.

De acordo com Lee (1999), em complemento à globalização vem ocorrendo um processo de universalização da moeda. Ele argumenta que o desenvolvimento de moedas universais, resultado da convergência entre diferentes moedas nacionais com a finalidade de expandir o espaço geográfico de trocas, causou a erosão de sistemas de valorização baseados no local e a concomitante imposição de medidas de valor e troca baseadas externamente. A moeda global, segundo esse autor, retira a autonomia econômica do local, ao mesmo tempo em que desvincula as relações de oferta e demanda do lugar. Segundo essa perspectiva, a construção de uma moeda local recupera a capacidade dos agentes de influenciar a acumulação econômica e a reprodução social no espaço em que vivem. Com a convicção de que a moeda é socialmente construída no espaço, Lee (1999) afirma que a moeda é o mais geográfico dos fenômenos econômicos. Ela permite a produção econômica e a reprodução social no tempo e no espaço. É com esse pano de fundo que partimos agora para o aprofundamento da compreensão acerca do fenômeno das moedas locais

#### **5.1.4 A Moeda Social Circulante e o Banco Comunitário**

Apesar de não serem oficiais, as moedas locais não precisam ser encaradas como ilegais. Lieater (2001) recorda que a maioria dos países não possui legislação que impeça a existência de um acordo comunitário para o uso de um meio de troca próprio. O que há é a definição do monopólio legal da moeda corrente sob supervisão dos bancos centrais, o que segundo o autor significa em termos pragmáticos que não se pode forçar ninguém a usar qualquer tipo de meio de

pagamento que não seja o oficial para o pagamento de dívidas, taxas e impostos. Fica claro, pois, que as moedas nacionais e as locais não são excludentes e que a moeda local, exatamente por suas limitações, não representa ameaça à hegemonia das moedas nacionais. As moedas locais existentes são micro experiências de abrangência espacial e econômica limitada. Tendo visto as ideias de alguns teóricos que respaldaram o uso de moedas locais e enfatizada a diferença entre as moedas locais e nacionais, passamos à descrição de suas características principais e das práticas existentes contemporaneamente ao redor do mundo. A moeda social é impressa em papel moeda e contém vários itens de segurança, como marca d'água, código de barra e número serial, entre outros. Além deste tipo de segurança, há um outro tipo: para cada moeda social impressa (em uma gráfica de segurança autorizada pelo Banco Central), há um Real (R\$ 1,00) na conta do banco comunitário. Isto se chama lastro! A moeda social tem um lastro em Reais que garante a troca de moedas sociais por Reais pelos comerciantes e empreendedores locais, objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe descontos concedidos pelos comerciantes e produtores para incentivo ao uso da moeda no município ou bairro, qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro.

#### **5.1.5. Dinamismo da Moeda**

A metodologia do uso da moeda social parte do pressuposto de que nenhuma comunidade, por mais que pareça pobre, é pobre. Se somássemos as rendas de todas as pessoas da comunidade veríamos que há a entrada de um alto valor em reais. A moeda social, por girar apenas na comunidade onde ela é aceita, fortalece o circuito econômico local, quando ela passa da mão da Maria da padaria, para o seu Zé sapateiro, que passa para o barbeiro João. E, o seu João passa a moeda para a Josefa da lanchonete, e assim por diante. Com a moeda social



passando rapidamente da mão de um para a mão de outro, a comunidade vai ficando mais rica, uma vez que as pessoas da comunidade estão adquirindo mais produtos e serviços, portanto, podendo aumentar a qualidade de vida de todos.

Outro estímulo que a moeda social proporciona à comunidade é o olhar para a identidade da comunidade. Muito provavelmente há uma identidade comum em cada comunidade, por mais que elas estejam submersas em contextos como as do Ceará. Famílias que são vizinhas, que possuem em comum a vivência em uma comunidade periférica, que se deparam cotidianamente com os mesmos problemas, seja a falta de atendimento público, de vagas em creches ou de falta de espaços públicos de lazer. A consolidação desta identidade pode contribuir para a organização, a mobilização e criação de estratégias para minimizar ou solucionar os problemas comuns.

## **5.2. A Moeda Palma**

É um dinheiro alternativo, de uso exclusivo no Banco Palmas, que circula somente no Bairro, paralelamente à moeda oficial brasileira. Quem compra com palmas nas lojas do comércio local tem um desconto que varia de 2% a 10%. (CORREA, 2008). A ideia da moeda surgiu da necessidade de fazer circular a riqueza gerada dentro do próprio Bairro. Cada Palma equivale a R\$1,00 e os moradores conseguem a moeda com o próprio trabalho ou fazendo empréstimo no Banco. O empréstimo funciona num sistema de crédito e juros baixos (2% a 4% a.m.), porém evolutivos, de modo que os que dispõem de mais renda pagam mais, como forma de subsidiar o empréstimo dos menos favorecidos.

### **5.2.1. Antecedentes**

Em outubro de 2000, o Banco Palmas iniciou um Clube de Trocas. Chamava-se Palmares, funcionava nos moldes da maioria dos clubes de trocas

existentes hoje no Brasil. Uma vez a cada quinze dias, aproximadamente 30 a 40 produtores e produtoras se reuniam na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) para realizarem a troca de produtos entre si. A maior parte dos participantes trazia para o clube produtos, como: confecções, artesanatos e iguarias (bolo, cocada, salgadinho, e outras). Para realizarem as trocas as produtoras e produtores convertiam tudo o que havia trazido em Palmares - a moeda social.

O preço dos produtos era definido a partir de um acordo entre os participantes do clube. Caso algum participante trouxesse produtos novos ou desejasse alterar o valor de seu produto, o coletivo teria que regulamentar o novo preço. Quando todos haviam feito a conversão, iniciavam-se as atividades de troca. Antes, contudo, de começar a troca de produtos propriamente dita, fazia-se sempre como a primeira ação, uma roda de conversa sobre temas como: o papel e o significado do dinheiro; a importância do clube de troca tanto do ponto de vista político como das relações humanas e da satisfação das necessidades de cada um; o significado de construirmos uma ou outra economia em valores humanos. Em seguida, estava-se liberado para as trocas utilizando os Palmares. Esse processo demorava em média 2 ou 3 horas. Quando terminava cada participante levava para casa os produtos adquiridos e os Palmares eram recolhidos pelo Banco Palmas para serem reutilizados no próximo encontro do clube. Quinze dias depois o mesmo processo era desencadeado.

Este formato de Clube de Troca trouxe várias contribuições importantes para as estratégias de desenvolvimento local estabelecidas pelo Banco Palmas, dentre elas:

- Satisfação das necessidades imediatas das famílias através da aquisição de alguns produtos e serviços a partir de suas trocas;
- Contribuição para formação da consciência crítica dos moradores a partir de várias discussões sobre economia e o significado do dinheiro;
- Fortalecimento dos laços comunitários através da convivência social promovendo assim momentos de troca de carinho e afeto;

- Opção de lazer para as famílias participantes do clube que não tinham alternativas de entretenimento.

Aos poucos o Clube de Troca do Conjunto Palmeiras foi perdendo energia tendo duração de 02 (dois) anos, nesse período foram observados que o sistema apresentava dois problemas centrais:

- Em virtude da grave situação de pobreza dos moradores do bairro, a maioria das famílias vinha aos encontros do clube na expectativa de trocar os seus produtos por alimentos de primeira necessidade (feijão, arroz, farinha, açúcar, óleo, ovos,...). Como ninguém trazia esse tipo de produto para as trocas, os participantes não se sentiam satisfeitos.
- Os produtos disponibilizados para as trocas eram muito poucos e, geralmente, iguais: artesanatos variados e confecções; situação completamente justificável por tratar-se de um clube cujos participantes eram pessoas da favela, geralmente desempregados ou assalariados.

Essa falta de opção fazia com que muitas vezes os participantes trocassem um bem por outro semelhante, o que tornava o clube desinteressante e sem resultados práticos significativos. A cada dia ficava mais claro que o Clube de Trocas, mesmo promovendo algumas estratégias de subsistência, onde o pouco que um tinha podia ser trocado com o pouco do outro, não apontava qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico capaz de fazer com que o poder aquisitivo das famílias fosse se fortalecendo gradativamente ou até mesmo melhorar a qualidade de vida das mesmas.

A explicação para isso era óbvia, estando dentro de um bolsão de pobreza, a simples troca de produtos e serviços entre os próprios pobres jamais seria capaz de gerar e atrair novos recursos necessários para fazer a comunidade crescer e se desenvolver. Era preciso, portanto, avançar de forma estratégica em um sistema de trocas para que estes e estas fossem aos poucos gerando novas riquezas e novos postos de trabalho na comunidade.

A escassez de produtos no Clube de Trocas levou lentamente ao esvaziamento deste sistema, mas como havia centenas de produtoras, produtores, comerciantes, prestadores e prestadoras de serviços que tinham uma dinâmica econômica própria e que estavam alheios ao sistema de trocas solidárias implantado pelo Banco Palmas. O desafio era, portanto, criar um modelo que envolvesse esse grande contingente de outros empreendedores locais nas estratégias solidárias desenvolvidas com a moeda social. Foi essa busca que levou a criarem um Sistema de Moeda Circulante Local. (SILVA JÚNIOR; NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

O bairro, como um todo, passou a funcionar como se fosse um grande clube de trocas, os produtores, as produtoras, os comerciantes, os prestadores e as prestadoras de serviços, cada qual no seu local de trabalho passaram a aceitar a moeda social em seus estabelecimentos. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003). A moeda foi produzida pela fundação El Prosumidor, cuja sede fica na Argentina, contando com o apoio da Strohalm/Instrod. Essa parceria resultou num projeto para construção da Escola de Economia Solidária-Palmatech, na sede da AMOCONP/ Banco Palmas. Os 50 mil para construção da escola foram clonados em Palmas e assim iniciou-se o processo. À época chamou-se essa ação de projeto Método Fomento porque estaria alimentando o fluxo inicial de moedas sociais circulantes no bairro.

#### **5.2.1.1. Projeto Fomento**

O fomento consiste em se “clonar” a moeda oficial em igual montante de moeda social, fazendo com que os recursos existentes na comunidade sejam multiplicados por dois.

### **5.2.1.1.1. Objetivos**

- Aumentar o circulante monetário local/capital de giro;
- Aumentar a oferta local de microcrédito utilizando a moeda social;
- Interligar esforços para o crescimento econômico local;
- Estimular a produtividade da comunidade, otimizando capacidades existentes;
- Implantar uma forte moeda social local;
- Organizar a comunidade para mobilizar recursos públicos e privados (financiamento para fins sociais, gastos públicos, investimentos privados e outros) que possam vir a ser utilizados como fomento.

### **5.2.1.1.2. Como Funciona**

Essa é a mais nova estratégia de desenvolvimento local que o Palma está experimentando, desta vez em parceria com uma organização ecologista holandesa Akitie Strohalm, uma das idealizadoras do projeto.

O projeto fomento é uma forma inteligente de fazer multiplicar o dinheiro pelo menos por 2! E se a comunidade for bastante organizada e as pessoas confiarem uma nas outras, por 3, 4, e com o tempo até 10.

O Banco Palmas construiu sua Escola de Economia Solidária (Palmatech) pelo projeto fomento, no valor de 50 mil reais. Pela forma tradicional o banco contrataria uma empreiteira, ou compraria o material de construção e pagaria trabalhadores para fazer a obra. Ao término, o dinheiro teria servido só para construir o prédio e nada mais.

Pelo método fomento o Banco “clonou” os 50 mil reais para construção da escola. Produziu exatamente a mesma quantidade em moeda social que se chama PALMA. O dinheiro em reais, ao invés de ter sido gasto para fazer a escola, foi

convertido em microcréditos para os empreendedores locais (donas de mercearia, farmácia, açougue, artesãos, confeccionista, empresas de material de limpeza, lanchonetes, depósitos de construção e outros...). Esses microcréditos terão que ser pagos ao banco com moeda social (em Palma). Os trabalhadores da obra recebem seus pagamentos em Palma e compram com essa moeda em qualquer ponto comercial do bairro que esteja no sistema. O material de construção também seguem a mesma lógica: os donos de depósitos recebem empréstimos em reais e terão que pagar em Palmas. Assim, todos os materiais são comprados com Palma.

Ao final da obra, o que antes era apenas 50 mil reais, transformou-se em 100 mil e tudo ficou circulando dentro do próprio bairro. Com a circulação contínua da moeda esses valores vão aumentando.

#### **5.2.1.1.3. Dificuldades**

- Grande demanda por produtos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha e etc) por parte dos trabalhadores da obra, causando um acúmulo de moeda na mão desses comerciantes;
- O hábito desses trabalhadores da obra de comprar em um mesmo comércio favorecendo a concentração de moedas.

A moeda social passou a ser chamada de Palma (antes era Palmares) e como iria circular livremente em toda a comunidade foi confeccionada com vários componentes de segurança contra possíveis falsificações (marca d'água, código de barra, número serial). Acostumou-se dizer que o Palmas era uma Moeda Social Circulante Local, uma vez que ela girava a todo momento.

Qualquer comunidade, cidade, país, precisa se relacionar com outras economias para se desenvolverem. Com a permissão de troca de Palmas por Reais, os empreendedores do Conjunto Palmeiras tem a oportunidade de trazer de fora tecnologias, insumos, equipamentos, e outros serviços fundamentais para alavancarem seus empreendimentos. De acordo com Neto Segundo e Magalhães

(2003), Não é possível implantarmos um processo de desenvolvimento nas periferias sem estabelecermos um estreito vínculo entre o que fazemos (economia solidária) e o grande mercado existente (economia capitalista). O desafio é não perdermos o protagonismo da economia solidária e garantirmos seus princípios e autonomia nesta interação entre as duas economias, a mercantil e a solidária.

Até pouco tempo imaginávamos que bastava criarmos um mercado consumidor local, a partir da consciência do consumo solidário, que seria suficiente para garantirmos a sustentabilidade de nossos empreendimentos produtivos. Entretanto, aprendemos que embora a comunidade realmente seja o mercado preferencial para o qual devemos produzir, é necessário alcançarmos outros mercados de comercialização externos à comunidade. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Desta forma, 03 (três) anos depois de funcionamento da PalmaLimp, empresa de material de limpeza da Rede do Banco Palmas, tivemos convicção de que, por mais que os nossos produtores de material de limpeza vendessem seus produtos no próprio bairro não alcançariam a sustentabilidade econômica. Essa estratégia, portanto, se mostrou insuficiente, fazendo com que eles passassem a comercializar seus produtos em mercadinhos, mercearias, escolas e sindicatos de outras comunidades assegurando assim um nível de escala ao processo de comercialização.

O circulante local pode ser um instrumento dinamizador nesta estratégia, pois impulsiona a criação de corredores comerciais entre as comunidades, promovendo a oferta de produtos e serviços feitos por empresas comunitárias cadastradas no sistema.

No futuro, quando outras comunidades também tiverem implantado sistemas de Circulantes Locais, teremos milhares de consumidores de baixa renda, estimulados a comprarem nessas empresas utilizando suas moedas sociais.

### 5.2.2. Lastro Para o Circulante Local

O grande desafio do sistema de Moeda Circulante Local é como assegurar o lastro (em Reais (R\$)) para fazer aumentar a quantidade de moeda social circulando. Como fazer o lastro aumentar sem, essencialmente, necessitar de novos projetos para aportar recursos (doações da cooperação internacional e outros). Era preciso que a população percebesse que, na prática, é melhor ter o circulante PALMA do que ter a moeda oficial (em Reais (R\$)). Esse quadro levaria a população, espontaneamente, a converter seus Reais (R\$) em Palmas, criando de forma massiva um lastro para o circulante local.

Para ampliar o desejo da população pelos Palmas se fazia necessária duas ações simultâneas:

- 1) Conseguir adesão para o circulante Palmas de setores (empresas) que oferecessem produtos fundamentais para a população de baixa renda, tais como: transporte coletivo, gás de cozinha, remédio, gasolina, pagamentos de água, luz, telefone, entre outros. O desafio era fazer com que o circulante Palma beneficiasse de forma massiva toda a comunidade, sendo útil para aquisição daqueles produtos e serviços mais essenciais para as famílias.
- 2) Mais do que ser aceitos de forma massiva no bairro era preciso que os Palmas fossem desejados mais que os Reais. Para isso era necessário que ele tivesse valor maior que o Real. E a única forma para isso era conseguindo descontos em moeda Palmas.

Hoje, quase tudo no Conjunto Palmeiras é mais barato se comprado com circulante Palma, isso levou a população a procurar a sede do Banco Palmas para trocar seus Reais (R\$) pela moeda social.



### **5.2.2.1. Como Assegurar o Lastro**

(NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005). Existem quatro formas de conseguirmos Reais (R\$) para podermos emitir Palmas:

- 1) Através de doações de pessoas físicas, jurídicas ou da cooperação internacional;
- 2) Através de pagamento de serviços. Todos os profissionais que prestam algum tipo de serviço para Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, recebem 10% de seu pagamento em Palmas;
- 3) As organizações locais, empresas e instituições não governamentais pagam seus funcionários cerca de 5 a 10 % do salário com a moeda local;
- 4) Os moradores lastreiam a moeda por conta própria. Isto é, os moradores se dirigem ao Banco Palmas para trocarem Reais por Palmas.

### **5.2.2.2. Setores Estratégicos Para Aceitação da Moeda Circulante**

A fórmula para negociar os descontos é muito simples. Quanto mais empresas aceitam o circulante Palma, mais moradores do bairro têm interesse de adquirir a moeda. E quanto maior é o número de pessoas que utilizam a moeda social, maior será o número de empreendimentos que oferecem descontos para os que pagam e compram com Palmas. Portanto, quanto mais descontos, mais negócios são realizados, mais empregos são gerados.

Dessa forma, o circulante local Palma vai barateando o custo de vida dos moradores do Conjunto Palmeiras. As famílias têm um aumento de renda diária, pois aumentam seu poder de compra quando adquirem produtos e serviços mais baratos usando a moeda social.

### 5.2.3. Setores Estratégicos Para o Bairro na Aceitação da Moeda

- a) Primeiro foi a negociação com a Associação Comercial do Conjunto Palmeiras que aceitou se unir ao Banco Palmas e fazer uma campanha de convencimento, corpo a corpo, dos comerciantes, produtoras, produtores do bairro. Esta associação garante um desconto de 2% nas compras de gêneros alimentícios, quando pagos com moeda Palma, em todos os estabelecimentos associados;
- b) Outro apoio importante foi a adesão de um distribuidor de gás GLP (gás de cozinha) que além de aceitar a moeda Palma, ofereceu um desconto de 6% nas compras realizadas com a moeda circulante;
- c) Outro ponto importante foi a assinatura de um convênio com o sindicato das VANS (SINDVANS), garantindo um desconto de 9% no preço das passagens quando pagas em Palmas;
- d) O acordo com um posto de combustível, nas imediações do bairro, completou o círculo das parcerias estratégicas. Comerciantes e moradores compram combustível diariamente, o que torna esse produto muito importante para moeda social, desconto de 2%. (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

Mas é preciso termos bem clara essa relação. Os palmas, instrumento das finanças solidárias, nascido no ventre de um banco popular e solidário, não tem por objetivo acumular riquezas em grandes empresa com o consumo dos pobres. Essa relação com as empresas que não estão no campo da economia solidária é uma estratégia. Um meio e não um fim. O objetivo maior é potencializar o comércio e os empreendimentos da economia solidária que estão no bairro.

### 5.3. Moeda Palma e o Banco Comunitário

As dificuldades são enormes, mas o cenário começou a mudar para os bancos comunitários. Desde o início deste ano eles passaram a ser reconhecidos oficialmente pelo Banco Central. Henrique Meirelles, presidente da autoridade monetária, assinou, no dia 4 de janeiro, um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego para o "estudo e acompanhamento" dessas instituições. Esse parece ser o final feliz de uma história mais antiga, em que o relacionamento com o governo nem sempre foi assim amigável. O primeiro capítulo foi nos anos 90, em Fortaleza. Mais especificamente no Conjunto Palmeiras, periferia da capital cearense. Foi lá que João Joaquim de Melo Segundo teve a ideia de montar o primeiro banco comunitário. O objetivo era conceder microcrédito para os pequenos empreendedores da comunidade e evitar que a pobreza acabasse com as poucas iniciativas do bairro.

A ideia deu tão certo que o Banco Palmas cresceu. Cresceu tanto que anos depois Joaquim, como é conhecido, pensou: "As pessoas estão prosperando, mas estão gastando tudo o que recebem fora daqui. E se a gente criasse uma moeda que só circulasse no bairro e incentivasse o consumo na região, para que a riqueza pudesse ficar na comunidade". Assim surgiu o Palma, a primeira moeda social do Brasil. "O bairro é pobre não porque não tem dinheiro, mas porque perde seu dinheiro, sua poupança. A moeda social tem a função de deixar o dinheiro circulando localmente", diz Joaquim. De fato, o volume de compras na comunidade pulou de R\$ 1,5 milhão, em 1998, para cerca de R\$ 6 milhões no ano passado, 4 vezes mais. Não demorou para que a iniciativa chamasse atenção do Banco Central, que detém o monopólio da emissão de moeda e tascou um processo em cima de Joaquim. Foram anos de batalha até que saísse a decisão final: moeda social é uma moeda complementar, assim com o bilhete de ônibus e o vale alimentação. Desde que tenha lastro em real e seja conversível, ela não é ilegal. Na melhor estratégia "se não pode vencer, junte-se a eles", o BC assinou a parceria com o Ministério do Trabalho, o que garantiu a legalidade e manteve a iniciativa de Joaquim. Hoje uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nome técnico das ONG), o Banco Palmas deu origem ao Instituto Palmas, que é responsável pela

abertura da maioria dos bancos comunitários existentes no país, entre eles o Banco União Sampaio. É o instituto também que coordena o repasse do microcrédito produtivo orientado, desde 2005, em uma parceria com o Banco do Brasil.

Airton Paiva, sócio da consultoria Gestão Origami, especialista em sustentabilidade para empresas, afirma que iniciativas como essa estão presentes em diversos países do mundo e não representam risco ao sistema financeiro. "Não há risco sistêmico, porque as moedas têm lastro em reais", diz. Ele avalia ainda que essa abordagem é uma forma bastante interessante de atender às populações ainda não assistidas pelos bancos. "O sistema financeiro não é inacessível porque é caro, mas sim porque não atende às necessidades e não tem produtos adequados para essas faixas de renda", diz Paiva. De fato, esses bancos conseguem atender a demanda local. Atuando como correspondente, os bancos comunitários oferecem até 14 serviços financeiros diferentes, como crédito, pagamento de contas, microseguros entre outros. Oferece ainda outros serviços, como bolsa de empregos e treinamentos para a população. Mas mesmo essas instituições ainda não ganharam totalmente a confiança dos moradores e dividem opiniões.

Na parede do açougue, logo acima dos adesivos da MasterCard e da Visa, pode-se ler: aceita-se Sampaio. Não se trata de uma nova bandeira de cartão de crédito. É apenas o nome da moeda social que circula no bairro Jardim Maria Sampaio, na periferia de São Paulo. "Não precisamos pagar nenhuma taxa e ainda ajudamos a desenvolver a economia da região", orgulha-se Silvestre Rodrigues de Oliveira, dono do estabelecimento e morador do bairro há quase 40 anos.

O açougue do Silvestre, a loja de material de construção Vai-lá, o mercadinho do Cícero, o sacolão da Adelia, a barraca de frutas e doces do Seu José e a lanchonete Salgados 0,50 - onde tudo custa cinquenta centavos, evidentemente, - são alguns dos mais de 20 estabelecimentos que já aceitam a moeda. Com pouco mais de seis meses de vida, o Sampaio, que estampa no verso figuras como o educador Paulo Freire e a líder comunitária local Dandara, é emitido pelo banco comunitário União Sampaio, criado pelos moradores da comunidade com a ajuda de organizações não governamentais. O bairro é pobre e estimativas apontam que um terço da população dessa região, pertencente à subprefeitura de Campo Limpo,

sudoeste de São Paulo, more em favelas. Silvestre tem uma vida um pouco mais confortável. Mudou-se para lá com o pai aos nove anos de idade para trabalhar em uma olaria - onde hoje funciona a escola. Aos 12 começou num açougue e aos 14 se tornou o proprietário. Trabalha sozinho desde a morte do pai. "Para contratar um funcionário teria um custo de mais de R\$1.000,00 (Um Mil) por mês e eu não tiro isso limpo aqui no açougue", diz. Ele é quem mais recebe o Sampaio. Não é muito. Cerca de R\$200,00 (Duzentos Reais) por semana. Mas o estabelecimento é uma espécie de destino final das notas. Os comerciantes recebem o dinheiro em suas lojas e usam para compras na padaria, no mercadinho, na farmácia ou nos outros estabelecimentos do bairro que aceitam a moeda. "O dinheiro fica circulando, mas no fim todos vêm comprar carne aqui comigo. Daí uso o dinheiro para pagar minhas duplicatas no próprio banco", conta Silvestre. Ele consegue pagar suas contas porque o União Sampaio funciona também como um correspondente bancário do Banco do Brasil e é a única agência das imediações - a mais próxima fica no bairro vizinho, Campo Limpo. As similaridades com um banco tradicional, no entanto, terminam aqui. O ciclo da moeda social, por exemplo, começa sempre com um empréstimo para moradores da região, entre 200 e 300 sampaios, feito a juro zero, algo impensável no sistema financeiro tradicional - há uma taxa de administração fixa de 1%. Quando o morador paga a dívida, já em reais, um novo empréstimo é feito, sempre mantendo-se o mesmo lastro, de R\$2.000 (Dois Mil) - como não há depósitos à vista, não existe a figura do multiplicador bancário, que caracteriza os bancos comerciais. A aparência também não lembra um banco comum. Não há portas giratórias, nem segurança armada. Em uma pequena sala de pouco mais de 6 metros quadrados, nos fundos da ONG União Popular de Mulheres, funciona a sede e a única agência do União Sampaio. À direita, uma espécie de guichê, com a maquininha leitora de cartão que faz às vezes do caixa do banco. No comando, Edmílson do Nascimento. "Chego a atender 20 pessoas por dia", diz.

#### **5.4. O Circulante Local e a Relação Com as Empresas**

É importante entender que para garantir o desenvolvimento socioeconômico local, o circulante Palmas precisa se relacionar com as pequenas

empresas formais e informais e com outras empresas de médio e grande porte do bairro.

Com as empresas de médio e grande porte utiliza-se de instrumentos criados pelas mesmas como “fidelização do cliente”, “responsabilidade social” e outros, como forma a atrai-las para a nossa proposta.

Quando o Banco Palmas procura, por exemplo, um distribuidor de gás de cozinha com o intuito de convencê-lo a receber a circulante Palma, um ponto forte de argumentação e fazê-lo entender que ele possui “responsabilidade social” frente aos consumidores que estão diariamente comprando seus produtos no bairro. Depois é importante transmitir também, que aceitando a moeda local – Palma - um grande contingente de moradores vai comprar seus produtos o que levará a um processo de ampliação da base de clientes para a “fidelização”. (MAGALHÃES, 2005).

Essa busca pela “fidelização”, fruto de uma concorrência entre os vários distribuidores de gás de cozinha, é estrategicamente utilizada pelo sistema Palmas. O objetivo é baratear esse produto para os moradores e aumentar a circulação de moeda no bairro. Como o Banco Palmas controla a circulação da circulante Palma e define quem pode aceitá-lo ou não, isso permite que o banco negocie consideráveis descontos no valor dos produtos.

Muitas pessoas perguntam por que então necessitamos das Palmas para obter descontos juntos as empresas? Esses comerciantes não poderiam baixar o preço dos produtos mesmo sendo em reais (R\$)? Isso também não fidelizaria os clientes? Três afirmações respondem a essa indagação:

1) Alguns produtos e serviços são “controlados” pelo poder público e não poderiam ter preços reduzidos. Por exemplo, as VANS são obrigadas a cobrarem o preço unificado nas passagens de transporte coletivo estabelecido pela Prefeitura Municipal. O desconto para as Palmas só é possível porque se trata de uma situação especial diante de um convênio com a Associação de Moradores do

Conjunto Palmeiras, tendo em vista a importância do trabalho social que representa o sistema de circulante local.

II) Se o desconto for em Reais (R\$), desaparece o caráter da “responsabilidade social” das empresas com o Conjunto Palmeiras e vira um desconto comum. Sendo em reais (R\$) qualquer pessoa, de qualquer bairro, pode adquirir o produto o que descaracterizaria o enfoque da relação com a comunidade.

III) O interesse do Banco Palmas é que os ativos financeiros circulem dentro do bairro. Por isso, é importante que os negócios sejam realizados em Palmas. Os reais (R\$) rapidamente saem do bairro e vão oxigenar outros circuitos econômicos.

Portanto, “fidelização do cliente,” “controle da moeda,” “responsabilidade social”, parecem termos contraditórios quando estamos escrevendo sobre circulante local dentro de uma proposta de Economia Solidária. É verdade! Todos esses termos foram criados pelas estratégias da economia capitalista. Mas, infelizmente, ainda não podemos viver sem dialogar com esse modelo econômico. Ele ainda é hegemônico e nos cerca por todos os lados. Já a Economia Solidária está em construção e para poder edificá-la vamos ter que conviver com essa contradição. E nós, protagonistas desse processo temos que ter muito juízo! Permanecer firme na proposta, sermos ousados e até radicalizá-la se for necessário, mas dimensionar os passos e conduzi-los com responsabilidade. (MAGALHÃES, 2005).

Os empreendimentos e os projetos de Economia Solidária (cooperativas, feiras, lojas, cartões de crédito e tantos outros) precisam ser viáveis no dia-a-dia. Precisam, ainda, proporcionar concretamente a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim como, gerar e aumentar a renda dos trabalhadores, garantirem o acesso ao alimento, ao gás de cozinha, ao transporte, possibilitar ao acesso às artes e ao lazer.

Se a Economia Solidária não conseguir aos poucos ir materializando nos bairros e favelas essas conquistas, é certo que vamos perder a batalha para a Economia Capitalista. A economia do “deus mercado” a cada dia, e a passos largos, mais se sofisticada em gerar propostas para os segmentos populares. São oferecidos

produtos, serviços e postos de trabalho de baixa qualidade, que mantêm a situação de pobreza e reforça os privilégios e a riqueza do grande capital.

Neste campo de reflexão precisamos superar o preconceito de considerar tudo o que não está no campo da Economia Solidária como maléfico. Toda generalização é perigosa. Temos que ser estratégicos e saber separar o joio do trigo. Existem empresas e instituições financeiras que embora não pensem nem ajam exatamente como gostaríamos, podem ser nossos aliados para estabelecermos parcerias e, desta combinação, extrair uma atmosfera favorável para oxigenar nossas propostas de economia solidária. (SILVA JÚNIOR, 2004)

Neste sentido temos a certeza de que o sistema de nossa moeda circulante (Palma), que surgiu exatamente pela ineficiência dos reais (R\$), dinheiro oficial, gerar riquezas para todos, precisa dialogar com essa moeda oficial para ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos locais de economia solidária.

## **5.5. A estrutura financeira do circulante local**

O circulante local Palma é indexado aos Reais (R\$) que é a moeda oficial do nosso país. Assim, a moeda local PALMA tem lastro, ou seja, para cada Palma circulando no mercado existe um correspondente em Real (R\$) no Banco Palmas.

### **5.5.1. Como Um Morador Pode Conseguir o Circulante Local**

Existem três formas para qualquer morador do Conjunto Palmeiras conseguir o circulante Palma:

- I) Contratando empréstimos junto ao Banco Palmas. Qualquer morador pode solicitar empréstimos em Palmas.



- II) Prestando serviço para alguém da comunidade que tenha a Circulante Local Palma.
- III) Trocando Reais (R\$) por Palmas, diretamente, na sede do Banco Palmas.

### **5.5.2. Em Que Circunstância Um Produtor ou Comerciante Pode Trocar Palmas Por Reais**

O circulante Palma, como o próprio nome deixa claro, foi criado para circular na comunidade. O desejado é que ele seja utilizado para satisfazer as necessidades dos moradores estimulando o consumo dos produtos e serviços existentes na própria comunidade. Mas, como já comentamos acima, nem tudo que precisamos existe no Conjunto Palmeiras, por exemplo:

1. O proprietário do Posto de Combustível, precisa pagar ao distribuidor.
2. O mercadinho necessita renovar o estoque de alimentos,
3. O produtor de material de limpeza precisa comprar embalagens e insumos. E por aí vai!

Por isso, se um comerciante/produtor – após ter utilizado seus Palmas em tudo que pôde dentro do bairro, e mesmo assim ainda lhe sobram muitos Palmas – necessite de reais, é possível fazer uma troca de Palmas por Reais. Essa troca se dá somente em último caso. Geralmente, o recomendável para quem deseja fazê-la é procurar algum comerciante ou produtor que tenha empréstimos contraídos junto ao Banco Palmas e solicitar a troca das moedas. Isso é possível porque os empréstimos contraídos junto ao Banco Palmas devem ser pagos em Palmas ou em Reais (R\$).

A troca das moedas também pode ser feita na sede do Banco Palmas, desde que a mesma seja realizada por um produtor, produtora ou comerciante associado ao sistema da moeda social e diante da explicação dos motivos da troca.

### **5.5.3. Quais são as Linhas de Créditos em Circulante Palma**

A aprovação dos créditos em circulante Palma segue as mesmas regras de aprovação do Banco Palmas para os créditos em reais. Ou seja: não consulta aos sistemas tradicionais (SPC, Serasa e Cadim), consulta aos vizinhos quanto á capacidade de pagamento e valores éticos de tomador de crédito e análise técnica da proposta.

Quando um tomador de crédito necessita de um empréstimo para a aquisição de algum produto ou serviço existente na própria comunidade, é mais viável o empréstimo em Palmas porque não tem juros. Por outro lado o sistema de moeda social se fortalece com uma quantidade maior de circulante local injetado na comunidade.

### **5.5.4. Quantidade de Giros Dados com o Palma**

Somente é possível verificar os números do circulante local Palmas nas operações feitas na sede do Banco Palmas. Muitos moradores, produtores, produtoras e comerciantes realizam entre si várias operações como: empréstimos, troca de moedas, compra e venda com o circulante Palma sem que essa movimentação espontânea seja desejada, haja visto que a estratégia visa alcançar um número sempre maior de circulação diária da moeda local.

É preciso não se preocupar quanto ao número de Palmas que são convertidos em reais. O importante é ficar de olho na quantidade de Palmas que está entrando em circulação. Essa troca de Palmas por reais é normal em um sistema de circulante local que opera com empresas de pequeno e médio porte. Esse processo não oferece perigo para o êxito do sistema desde que quantidades, iguais ou superiores, de circulante local estejam sendo colocadas em circulação. O fundamental é que essas Palmas que serão trocados, possam antes dar “giros” na comunidade. É a circulação da moeda que gera riquezas.

### 5.5.5. Como Gerar Riqueza com uma Moeda Local

Em um sistema de moeda local circulante quanto mais giro a moeda realizar mais riquezas ela vai trazer para a comunidade. Por exemplo, se um morador pagar o transporte coletivo com moeda social e o proprietário da VAN, de imediato, for ao Banco Palmas fazer a troca desta moeda por Reais (R\$), afirmamos que a moeda social deu apenas um giro. Entretanto, se o proprietário da VAN ao invés de fazer a troca da moeda, utilizá-la para abastecer seu veículo no posto de combustível, afirmamos que esta moeda social deu dois giros. E finalmente, se o proprietário do posto de combustível utilizar a mesma moeda para comprar remédio na farmácia, afirmamos que a moeda deu três giros, assim sucessivamente.

Desta forma a cada giro que a moeda realiza mais riqueza é gerada, pois significa que um produto ou serviço foi comercializado no bairro logo o objetivo do circulante local é dar o maior número de voltas possível antes de ser trocado por Reais (R\$). Contudo, mesmo que o circulante local dê um giro, ele já estará potencializando o comércio local e proporcionando o desenvolvimento para o bairro. É preciso sermos criativos e tentarmos convencer a todas as instituições e empresas que atuam no bairro à realizarem parte do pagamento de salários, bolsas, ajudas de custos, prestação de serviços e outras contribuições em circulante Palmas. Para isso basta que façam a conversão de reais (R\$) por Palmas na sede do Banco Palmas.

Vamos tomar somente como exemplo o projeto PROJOVEM<sup>3</sup> que, segundo dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, capacitará durante um ano um total de 1000 (mil) jovens na região de Jangurussu, onde está inserido o Conjunto Palmeiras. Uma das ações deste projeto é uma bolsa de R\$ 100,00 (cem) reais que será garantida mensalmente para cada jovem participante.

---

<sup>3</sup> O programa de crédito Solidário, lançado em setembro de 2005, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Fortaleza, estabelece 03 possibilidades de crédito para jovens criarem empresas (empregando no mínimo 03 jovens cada): créditos no valor de R\$ 5.000,00, de R\$ 10.000,00 e de R\$ 15.000,00. Se tirarmos uma média chegaremos a R\$ 10.000,00 por empresa.

Se o PROJOVEM pagasse a cada jovem um percentual de 30% do valor de cada bolsa em circulantes Palmas, teríamos 30,00 (trinta) Palmas na mão de cada jovem todo mês. Como são 1000 jovens, isso significa que a cada mês 30.000 (trinta mil) Palmas estariam sendo injetados no comércio do Conjunto Palmeiras. Ao ano totalizaria 360.000 (trezentos e sessenta mil) Palmas.

Mas esses números certamente se multiplicariam, pois a moeda circularia no bairro dando vários “giros”. Mesmo se considerarmos que mensalmente 50% dos recursos fossem trocados por reais na sede do Banco Palmas, os outros 50%, ficariam circulando. Isso geraria um montante de aproximadamente, 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil) Palmas em circulação anualmente. Considerando que 50% do valor das bolsas do primeiro mês, 15.000,00 (quinze mil) Palmas, são convertidos em Reais (R\$). O restante do valor do mês, outros 15.000,00 (quinze mil) Palmas, é acrescido de 30.000,00 (trinta mil) Palmas, que corresponde ao total das bolsas do mês seguinte (mês 2), totalizando 45.000,00 (quarenta e cinco mil) Palmas. Desse total, 50% 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos) Palmas são convertidos em Reais (R\$). Os outros 50% são somados ao valor da bolsa do mês seguinte (mês 3), totalizam 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos) Palmas. Assim sucessivamente.

Esses resultados nos mostra claramente que se cada aluno do PROJOVEM no Jangurussu receber 30% de suas bolsas em Palmas, isso resultaria, ao final do mês 12, em aproximadamente 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil) Palma sem compras realizadas no comércio local durante o primeiro ano.

Considerando que, em média, com R\$10.000,00 (dez mil reais) se cria uma empresa no bairro empregando 3 jovens, poderíamos só com os 30% da bolsa dos jovens criar 66 (sessenta e seis) empresas de jovens na comunidade, empregando 196 jovens no primeiro ano.

Por outro lado, podemos observar que durante o ano foram convertidos de Palmas para Reais o equivalente a quantia de 3003.716,66 (trezentos e três mil setecentos e dezesseis Palmas e sessenta e seis centavos). Como para essa

operação de câmbio é cobrada uma taxa de 1% significa que 3.371,00 (três mil trezentos e setenta e um Palmas) que ficariam para o sistema. Isso seria suficiente para pagar 11 (onze) meses do salário do caixa do Banco Palmas.

A certeza que hoje temos é que o circulante local Palma, conforme proposta de investigação aplicada em anexo, é uma ferramenta bastante eficiente e eficaz para promover o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras com geração de emprego, renda, mobilização social e organização da comunidade (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005).

## 5.6 Proposta de Investigação Aplicada

A pesquisa apresentada está relacionada a um processo no qual envolve métodos científicos, com o objetivo de descobrir respostas para as perguntas propostas, utilizando procedimentos científicos.

Segundo TARTUCE:

“Pesquisar é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução de um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo.”<sup>4</sup>

No entanto, é preciso descobrir as soluções para esses problemas, buscando as respostas com as pessoas certas e nos lugares adequados. E para que isso aconteça é necessário compreender o universo a ser estudado e os diversos aspectos da sociedade.

---

<sup>4</sup> Terezinha Tartuce. *Normas e técnicas para trabalhos acadêmicos*. 2008, p. 41.

### 5.6.1. Método

Para que fossem atingidos os objetivos da pesquisa foram utilizados os métodos qualitativo, tendo como instrumento de técnica da entrevista, e o quantitativo, onde utilizou-se o questionário.

No método qualitativo as interpretações dos fenômenos, as atribuições dos significados são básicas, ou seja, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

TARTUCE, explica que:

“O princípio básico da entrevista é o contato face a face entre o entrevistador e o entrevistado. É o material típico da pesquisa qualitativa. Não é mensurada.”

Já no método quantitativo, considera – se tudo que se pode ser mensurado, quantificável, isto significa traduzir em números as opiniões e informações coletadas para serem analisadas.

TARTUCE, ressalta que:

“Pesquisa de campo de caráter quantitativo é a técnica de coleta de dados de observação direta extensiva. É o resultado da formulação e da aplicação de uma série ordenada de questões. As questões devem ser respondidas pelo informante, por escrito, sem a presença do pesquisador.”

Portanto nesta pesquisa foi entrevistado um gestor do Banco Palmas e cem clientes do mesmo, levando em consideração os propósitos nesse trabalho.

### 5.6.2. Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de uma entrevista, exposta no anexo um, com a coordenadora de projetos do Banco Palmas, a senhora Sandra

Magalhães, onde na resposta para a pergunta um a mesma enfatizou que a Associação de Moradores do bairro Palmeiras, em 1997, tomou a iniciativa de criar um projeto que pudesse gerar trabalho e renda para os moradores, na própria comunidade. Esse projeto foi o Banco Palmas. Banco este que oferece crédito para a produção, crédito para o consumo (em moeda social), correspondente bancário, e um forte controle social sobre as atividades do banco. Algo que conforme a pergunta quatro possibilita aos moradores concorrer dentro do bairro com grandes empresas, principalmente no setor industrial.

Sandra ressaltou que o objetivo da moeda palma é fazer a riqueza circular no próprio bairro. Se um morador tem reais, nada assegura que ele irá gastar esses reais no Conjunto Palmeiras. Mas se ele tem Palma, é certo que sim, pois o Palma só é aceito no bairro. Dessa forma um compra do outro e fica garantido que o dinheiro circule na comunidade, oxigenando o comércio, aumentando as possibilidades de trabalho, emprego e renda na comunidade. Na resposta oito foi destacado que a moeda produz sim riqueza para o bairro, pois a mesma cria uma poupança interna. A moeda não permite que os recursos da comunidade migrem para outros territórios. Essa capacidade de gerar poupança é que gera a riqueza. Nas questões quinze e dezesseis Sandra ao responder constatou-se que houve aumento na quantidade de moedas palmas que inicialmente circulava com 10 mil moedas e hoje em 2011 o banco tem em circulação 40 mil moedas palmas. Proporcionando a população um impacto positivo em vários setores, em destaque no trabalho.

### **5.6.3. Pesquisa Quantitativa**

A entrevista quantitativa, conforme modelo no anexo dois, foi realizada com cem comerciantes do bairro Palmeira cadastrados no Banco Palmas e usuário da moeda circulante Palma.

## 5.7. Análise da Proposta de Investigação Aplicada

A pesquisa de campo foi de grande valia para demonstrar a real situação dos moradores do Conjunto Palmeiras, que se utilizam dos serviços oferecidos pelo Banco Palmas. A entrevista que foi realizada com a Coordenadora do banco e serviu para que se entenda o ponto de vista do banco em relação aos microempreendedores e como o banco ajuda aos moradores do conjunto a sair da miséria e ter o seu próprio sustento.

Inicialmente buscou-se analisar como o Banco Palmas, com a sua moeda, utilizada pelos pequenos empreendedores, consegue gerar emprego, trabalho e renda, mesmo para aqueles que não sabem nem escrever o seu próprio nome.

Diante das respostas dos pesquisados, expostas em gráficos no anexo 3, pode-se observar que todos os micro empreendedores são pessoas humildes que buscam oferecer para a sua famílias e para si, melhores condições de vida, querem ter uma qualidade de vida melhor e que tem um sonho, que o Banco Palmas, ajuda a realizar. Esses comerciantes além de terem uma vida melhor, eles resgatam a sua dignidade, perdida ao longo das dificuldades, talvez isso seja a maior contribuição do Banco Palmas para essas pessoas.

Pode-se também observar que a maioria das pessoas que utilizam a moeda são mulheres, que tem filhos e são divorciadas, são mulheres empreendedoras que buscam melhorias para a sua família. A maioria dos clientes são pessoas jovens que não tiveram oportunidade de estudar.

A pesquisa também revela que, a margem de lucro desses comerciantes não é muito alta, mas significa mais uma qualidade de vida melhor, aos poucos eles vão enxergando um futuro melhor. Pode-se observar que os empreendimentos são simples e que são novos no mercado.



Muitos deles pretendem investir para ampliar seus negócios e como consequência fazer com que gerem mais lucro. A grande maioria tem plena convicção que o Banco Palmas e a moeda circulante foram de fundamental importância para que o sonho fosse realizado e com sucesso.

A entrevista que foi realizada com a coordenadora do banco, revela o quanto o Banco Palmas contribui para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras e de como existe um engajamento total do banco com os moradores.

O Banco Palmas, com a moeda circulante, consegue sim gerar emprego, trabalho e renda para aqueles moradores que buscam uma melhoria em sua vida e para a sua família e que se dedicam aos seus empreendimentos e que lutam para que ele possa dá certo e o banco esta para apoiar esse micro empreendedor de todas as formas possíveis.

E também de que as dificuldades existem, mas que devemos utilizá-las ao nosso favor e que é possível sim desenvolver formas de melhorar a vida de pessoas que não enxergavam um futuro melhor.

Encerra-se a entrevista com a coordenadora do banco, com a mensagem de que se ajudarem uns aos outros o mundo poderia ser muito melhor e teria menos desigualdades sociais, basta usar o pouco que temos para ajudar o outro e esse outro ajudar a outro e assim por diante.

É necessário acreditar nas pessoas e não avaliá-las pelo que puderam ter ou pelo que não puderam ter, muito menos pelas suas condições de vida.

Contudo, essa pesquisa e entrevista foi de grande valia para mostrar o quanto o Banco Palmas, através da moeda palma, é importante para a comunidade do Conjunto Palmeiras e que a cada dia que passa o desenvolvimento sustentável através da economia solidaria do conjunto só tende a crescer e a população só tem a ganhar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um grande obstáculo nos bairros pobres de Fortaleza, em especial no Conjunto Palmeiras, mas se os governos criarem políticas sócio-econômicas para ajudar a população, como o Banco Palmas criou, a pobreza tende a diminuir e essa população recupera a sua dignidade perdida.

Foi exposta na fundamentação teórica deste trabalho, a importância do Banco Palmas, através da moeda social palma, para os moradores do Conjunto Palmeiras, mostrou-se a real necessidade da população do conjunto e de como os moradores aproveitam as oportunidades oferecidas pelo banco comunitário.

Apresentou-se como a história do Conjunto Palmeiras, foi formada, e também a grande influência da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras com a população, para mostrar a todos que se o governo investir em políticas socioeconômicas para as comunidades mais pobres, a pobreza diminuiria bastante.

Verificou-se, de acordo com a pesquisa, a importância da economia solidária e popular e que não é muito difícil minimizar ou até mesmo acabar com a pobreza, só depende dos órgãos competentes e, claro, da população envolvida nesse processo.

Nas aplicações dos questionários com os comerciantes cadastrados no banco pode-se perceber o grande laço que existe entre o comerciante e o banco, de como o banco é respeitado pela população e de como os gestores são admirados por todos.

Já na entrevista com a coordenadora do banco, percebe-se de como esses projetos desenvolvidos pelo banco são importantes para todos do banco, e que o realmente movimenta o banco é saber que ele e seus projetos estão contribuindo e muito para o desenvolvimento da população do Conjunto Palmeiras e para melhorar sua qualidade de vida.

A população enxerga no Banco Palmas uma alternativa para melhorar de vida, basta seguir os seus projetos e trabalhar com honestidade e perseverança.

Essa pesquisa demonstra, com clareza, a importância do Banco Palmas, através da moeda circulante, para a geração de emprego, trabalho e renda, para a população do Conjunto Palmeiras. A população afirma com convicção que o banco só trouxe melhorias para a comunidade e que ajudou a diminuir a violência no bairro, já que mais pessoas estão trabalhando e ganhando o seu próprio dinheiro.

Logo, pode-se concluir que investir em políticas socioeconômicas para comunidades de baixa renda, fornecer microcrédito para microempresários, por meio de uma moeda social, oferecer oportunidades de crescimento para pessoas que vivem na pobreza e que perderam toda a crença em uma vida melhor, gera dignidade, trabalho, emprego e renda, para pessoas que realmente não tinham mais nada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, Eduardo de Lima. Da experiência do Microcrédito à Microfinança. **Revista Diálogo Econômico Local**, n 1, jul. 2003.

CHURCHILL, Craig (org.). Protecting the poor: **A microinsurance compendium**. Geneva: International Labour Office/ Munich Re Foundation, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAIS. **Issues in regulation and supervision of microinsurance**. Basel: International Association of Insurance Supervisors, 2007. 56 p.

ILO. **Identifying good and bad practices in microinsurance: The development and dissemination of practical guidelines to expand the availability of insurance to the poor**. International Labour Office, 2003. 10 p.

INSTITUTO Banco Palmas... **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza, 2006.

LEDGERWOOD, Joanna. **Microfinance handbook: an institutional and financial perspective**. Washington, D.C.: World Bank, 1999.

MATOS, Dario Oliveira de. **Microseguro (Microinsurance, ou “seguro popular”) e o Brasil**. São Paulo: Münchener Rück (Munich Re Group), 2007.

MELO, João Joaquim de. **Banco Palmas: uma prática de socioeconômica solidária**. Ágora XXI /Banco Palmas. Quito, Equador: Programa de Gestão Urbana UN/HABITAT, Maio/2003.

MELO, João Joaquim de; MAGALHAES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2003.

NICHTER, Simeon. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PARENTE, S. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Brasília, CEPAL, Convênio CEPAL/DFID, mar/LC/BRS/R.136. In: II Seminário do Banco Central do Brasil sobre Microfinanças, Fortaleza, nov/2003.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. Col. Questões da Nossa Época, 25. São Paulo: Cortez, 1993.

REDE de Bancos Comunitários. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006a.

SEBRAE. **Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil?**. São Paulo, 2007.

SERPA. Luis Carlos Moreira. **Geração De Trabalho E Renda De Forma Sustentável Atráves Da Economia Solidária: A Experiência Do Banco Palmas**. Dissertação. UFC. 2008.

SILVA JUNIOR, Jeova Torres ; MAGALHÃES, Sandra ; MELO NETO, Joaquim . **O Poder do Circulante Local: A Moeda Social no Conjunto Palmeira**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2005.

SINE/IDT. **Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho**.

Disponível em: <[www.sine.ce.gov.br](http://www.sine.ce.gov.br)>. Acessado em: 15 dez.2007.

SINGER, Paul. **Utopia Militante**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SOARES, Marden Marques, et al. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2007.

TARTUCE, Terezinha J. A. **Normas e técnicas para trabalhos acadêmicos**. Fortaleza: Unice, 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 1, p. 13-28.

WORLD BANK. **Workshop regional sobre acesso da população de baixa renda a seguros**. Rio de Janeiro: Banco Mundial, et al, 2007.

YUNUS, Muhammad. **O Mundo Sem Pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo. Ática, 2008.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo. Ática, 2008.

## ANEXO 1

### PESQUISA QUALITATIVA

#### ENTREVISTA

Instituição: Banco Palmas

Nome: Sandra Magalhães

#### 1. De onde surgiu a ideia de criar o Banco Palmas?

Não teve um criador. Na época eram cinco pessoas que estavam à frente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras. Foram estas pessoas que sistematizaram a criação do banco, o Conjunto Palmeiras era uma grande favela. Durante 25 anos a Associação de Moradores organizou mutirões comunitários e urbanizou o bairro. Construiu um canal de drenagem, redes de esgoto, pavimentou as ruas, construiu praças, creches comunitárias e outros serviços. Quando o bairro foi urbanizado (1997), a população local não teve como pagar as taxas (água, esgotamento sanitário, energia elétrica, IPTU, e outras) e então começou a vender suas casas e ocupar outras favelas. Para tentar reverter essa situação, a Associação de Moradores tomou a iniciativa de criar um projeto que pudesse gerar trabalho e renda para os moradores, na própria comunidade. Esse projeto foi o Banco Palmas.

#### 2. Qual a inovação do modelo do Banco Palmas?

É a combinação de 04 produtos operando de forma integrada e simultânea no bairro: I) crédito para a produção, II) crédito para o consumo (em moeda social), III) correspondente bancário, IV) e um forte controle social sobre as atividades do banco.

#### 3. O Banco Central permite o funcionamento da moeda social?

No início houve muita incompreensão. Chegamos a ser processados pelo Banco Central. Hoje o BC já se coloca como parceiro dos bancos comunitários e apoia as moedas sociais. Em 18 de novembro de 2009 foi assinado um termo de parceria

entreve o BC e o Ministério do Trabalho (SENAES) para criar um marco regulatório para o seguimento dos bancos comunitários e das moedas sociais.

#### **4. Os grupos produtivos apoiados pelo Banco Palmas conseguem concorrer com as grandes empresas?**

Na produção (indústria) é onde os pequenos empreendedores enfrentam a maior concorrência com as grandes empresas. No setor de comércio e de serviços essa concorrência é bem menor. Os produtos industrializados das grandes corporações chegam a preços muito baratos na periferia (sabonete, perfume, roupas, calçados, material de limpeza, alimentos e daí por diante). Não se encontra em bairro pobre nenhum salão de beleza de uma empresa “granfina”, nem uma loja de grife famosa. No entanto, os produtos das grandes indústrias estão na prateleira dos mercadinhos e dos pequenos comércio da periferia. É no setor da produção que os empreendimentos de economia solidária - principalmente os urbanos – mais têm dificuldades de alcançar sua sustentabilidade.

#### **5. Como funciona a moeda social Palma?**

A moeda é indexada ao real (1palma vale 1real) e lastreada na moeda nacional. Ou seja, a quantidade de Palmas que temos circulando corresponde a uma quantidade de reais que temos “guardado”. 240 empreendimentos (produção, comércio e serviços) do bairro aceitam a moeda e dão descontos de 5% a 10% para quem compra com a moeda local. Os empreendimentos cadastrados podem fazer o câmbio (a troca de palmas por reais), na sede do Banco Palmas, caso necessitem de moeda nacional para reabastecer seus estoques.

#### **6. Qual é o objetivo maior da moeda palma?**

Fazer a riqueza circular no próprio bairro. Se um morador tem reais, nada assegura que ele irá gastar esses reais no Conjunto Palmeiras. Mas se ele tem Palma, é certo que sim, pois o Palma só é aceito no bairro. Dessa forma um compra do outro e fica garantido que o dinheiro circule na comunidade, oxigenando o comércio, aumentando as possibilidades de trabalho, emprego e renda na comunidade.

## **7. Como um morador tem acesso à moeda Palmas?**

De três formas: I) fazendo um empréstimo em Palma (sem juros); II) recebendo salários e outros pagamentos em palmas; III) trocando reais por palmas direto no Banco Palmas.

## **8. Por que a moeda palma produz riqueza?**

Porque ela cria uma poupança interna. Ela não permite que os recursos (o dinheiro) da comunidade migrem para outros territórios. Essa capacidade de gerar poupança (de deixar o dinheiro circulando na comunidade) é que gera a riqueza.

## **9. Se o comerciante dá descontos, o que ele ganha aceitando a moeda Palma?**

Ele “fideliza” o cliente. Quanto mais comerciantes no bairro aceitam a moeda Palma, mais pessoas se interessam pela moeda. Quando o comerciante oferece um desconto para quem compra com palmas, os moradores procuram a sede do Banco Palmas para trocar Reais por Palmas. Quanto mais palmas em circulação, mais compras acontecem no Conjunto Palmeira. Ou seja, a moeda palma aumenta o volume de compras no comércio do bairro.

## **10. Quando um comerciante faz o câmbio de Palmas por Reais, paga alguma taxa?**

Não. O câmbio entre as moedas (Palmas x reais x palmas) é isento de qualquer tipo de taxa.

## **11. Depois da criação da Moeda Palma, o cartão de crédito Palmacard continua funcionando?**

Continua. Mas, estamos aos poucos estimulando os moradores a trocarem o cartão Palmacard pela moeda social. Os dois instrumentos estimulam o consumo local, com a vantagem da moeda social circular com muito mais velocidade que o cartão. Quando alguém faz uma compra com o Palmacard, assina uma fatura que fica 1 mês parada na gaveta do comerciante, até que ela receba o valor correspondente



no Banco Palmas. Quando alguém compra com a moeda palma, o comerciante pode, na mesma hora, repassar a mesma moeda pra outro morador.

### **12. Por que o Banco Palmas permite a troca de palmas (moeda solidária) por Reais (moeda capitalista)?**

O câmbio entre as moedas permite que aconteça mais circulação de palmas. Muitos comerciantes precisam repor os seus estoques e compram insumos que só estão à venda “fora do bairro”. Se não for permitido à troca de palmas por reais estes empreendimentos não aceitariam a moeda do bairro. Quanto mais palmas circulam, mais aumenta a renda da comunidade. Quanto mais renda, mais empresas são abertas no bairro e menos dependência do mercado “lá de fora”. Ou seja, a relação entre as duas moedas fortalece a Rede de Economia Solidária do Bairro.

### **13. Os comerciantes não têm receio de aceitar a moeda social?**

No começo foi bastante difícil porque todo mundo estava acostumado a trabalhar só com a moeda oficial (reais). Os comerciantes tinham medo de ter prejuízos. Receavam que a ideia não fosse pra frente e que todo mundo deixasse, “do dia para noite”, de aceitar a moeda social e eles ficassem no prejuízo. A estratégia foi começar com poucos comerciantes e depois ir aumentando gradativamente o número de adesões.

### **14. O que pode ser feito para aumentar a circulação da Moeda Palma no Conjunto Palmeiras?**

Dentre tantas, podemos destacar três ações: I) uma intensa campanha educativa, que ajude na formação da consciência crítica dos moradores, fazendo-os entender a importância da moeda social para o desenvolvimento do bairro; II) cursos intensivos nas escolas e nas associações do bairro sobre educação financeira, colaborando para a população entender seus ganhos ao utilizar a moeda social, tendo em conta também os descontos que os comerciantes oferecem para quem compra com a moeda do bairro; III) por último, convencer a Prefeitura Municipal que ela pode contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico do bairro; por

exemplo, pagamento do funcionalismo, bolsas pagas para jovens, pagamento a prestadores de serviços terceirizados e outros.

**15. Com quanto em Moeda Palma iniciou-se o projeto da moeda social no Conjunto Palmeira.**

10mil circulando

**16. Quanto há em Moeda Palma circulando hoje no bairro?**

40mil

**17. Analisando o impacto positivo que a moeda apresenta para o bairro, que setor é mais beneficiado?**

Trabalho ( X )

Saúde ( )

Segurança ( )

Educação ( )

**ANEXO 2****Modelo – Pré-Teste****QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO**

**1 Sexo:** M ( ) F ( )

**2 Grau de escolaridade:**

- ( ) fundamental
- ( ) médio
- ( ) superior
- ( ) pós-graduação
- ( ) alfabetizado
- ( ) sem instrução

**3 Idade**

- ( ) Até 21 anos
- ( ) Entre 21 a 30 anos
- ( ) Entre 31 a 40 anos
- ( ) Acima de 40 anos

**4. Conhece a moeda palma?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**5. Utiliza a moeda na sua atividade comercial?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**6. Por que resolveu usar a moeda na sua empresa?**

- ( ) Aumento de rendimento da empresa.
- ( ) Melhoria do bairro.
- ( ) Influência de amigos.

**7. Houve melhoria no rendimento da empresa com aceitação da moeda:**

- Sim  
 Não

**8. Quanto em moeda palma você utiliza hoje na sua empresa por semana?**

- De P\$ 10,00 a P\$ 50,00  
 De P\$ 50,00 a P\$ 100,00  
 De P\$ 100,00 a P\$ 200,00  
 Mais de P\$ 200,00

**9 Qual o tipo do seu negócio?**

- Comércio  
 Serviço  
 Indústria

**10 Há quanto tempo você tem esta atividade?**

- 6 meses  
 1 a 5 anos  
 5 a 10 anos  
 mais de 10 anos

**11 A empresa é sua única atividade remunerada?**

- Sim  
 Não

**12 Quantas pessoas trabalham em seu negocio?**

- 1 a 3  
 3 a 5  
 5 a 10

**13 Esses funcionários recebem seu salário em palma?**

- Sim  
 Não

**14 Quanto por cento:**

- 10%
- 20%
- 30%

**15 Sua empresa exerce atividades no setor formal ou informal. (Assina carteira dos funcionários)?**

- Formal
- Informal

**16 Sua empresa possui CNPJ?**

- Sim
- Não

**17 Local do negócio:**

- em casa
- ponto comercial
- outros

**18 Quais são as principais dificuldades na condução da empresa?**

- capital
- crédito
- problema financeiros
- mal pagadores
- falta de clientes
- concorrência
- instalações
- ponto inadequado
- falta de mão de obra qualificada
- outro

**19. Quando você pensa em um banco ou financeira, que nome lhe vem à cabeça em primeiro lugar?**

Banco Palmas

Outros

**20. Na sua opinião a moeda Palma trouxe melhoria para sua vida?**

Sim

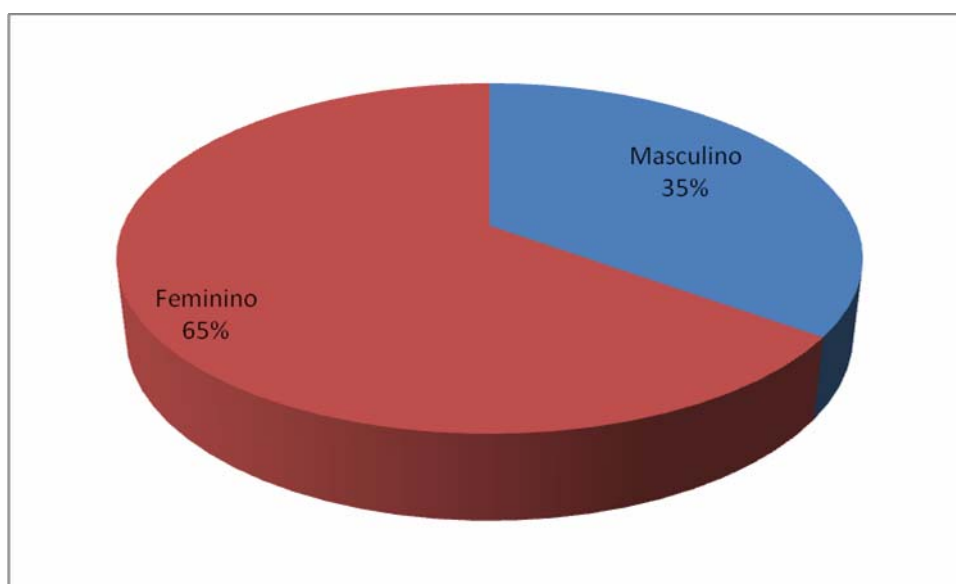
Não

### ANEXO 3

Os dados coletados referem-se às entrevistas realizadas junto a cem comerciantes residentes no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza. Os fatores determinantes para a análise dos sujeitos foi que o mesmo fosse cadastrado no Banco Palmas. A seguir serão descritas as análises dos dados referentes a: perfil dos entrevistados, análise da moeda, informações da empresa e os resultados obtido com o uso da moeda social.

Os resultados obtidos estão descritos nos Gráficos a seguir.

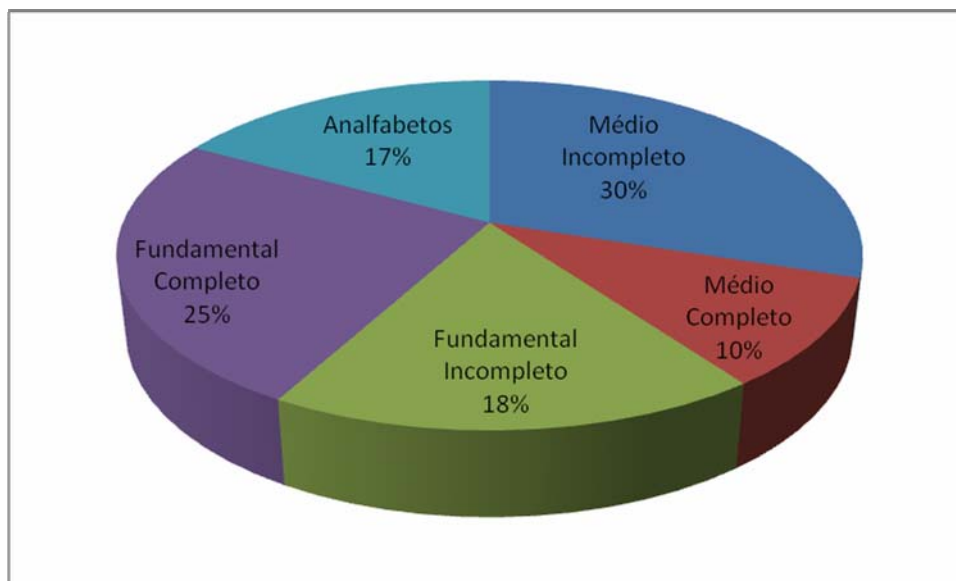
- **Perfil do Entrevistado**



**Gráfico 01- SEXO**

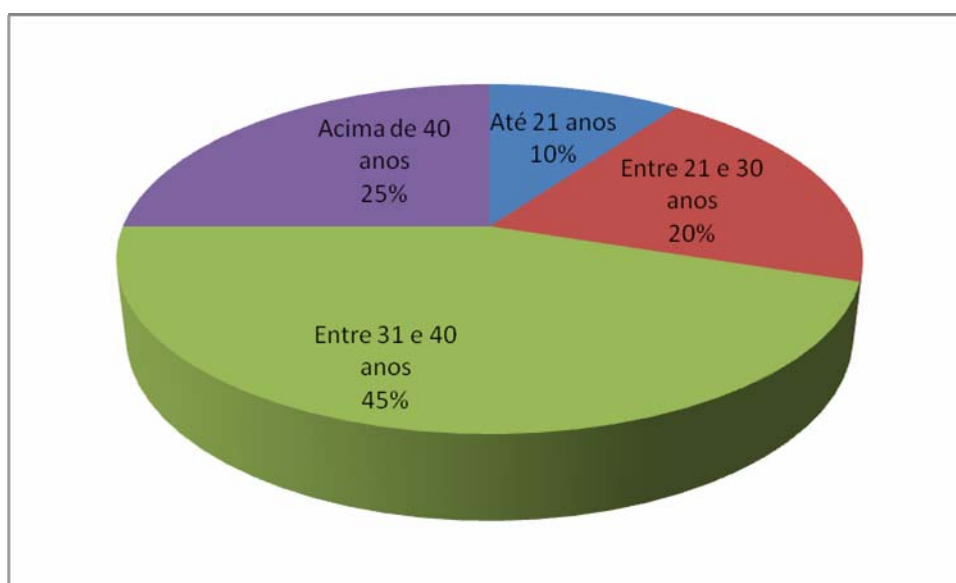
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Constata-se que existe uma superioridade feminina no universo onde foi realizada a pesquisa. Conforme os dados coletados a partir da aplicação do questionário, 65% dos entrevistados são mulheres, e 35% são homens. Dessa forma a amostra se constitui essencialmente feminina.



**Gráfico 2: ESCOLARIDADE**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Nesse gráfico, verifica-se que a maioria dos clientes, 30% deles, tem o ensino médio incompleto, isso demonstra a falta de acesso à educação, 25% dos questionados conseguiram terminar o ensino fundamental, 18% dos mesmos não conseguiram concluir o ensino fundamental, 17% são analfabetos um valor muito alto, mesmo sendo em um bairro, 10% dos respondentes concluíram o ensino médio. Nenhum dos entrevistados tem ensino superior incompleto ou mesmo completo.

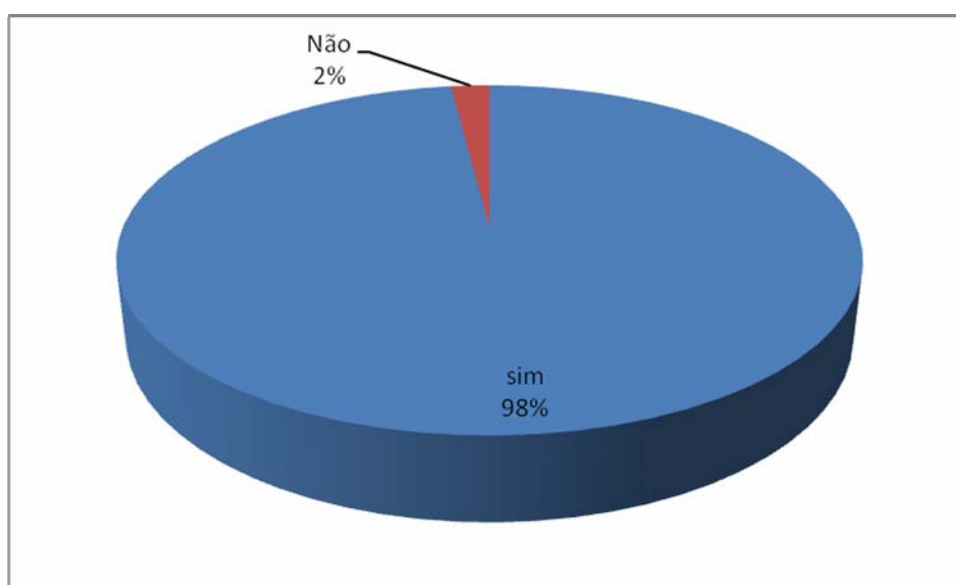


**Gráfico 03 - FAIXA ETÁRIA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.



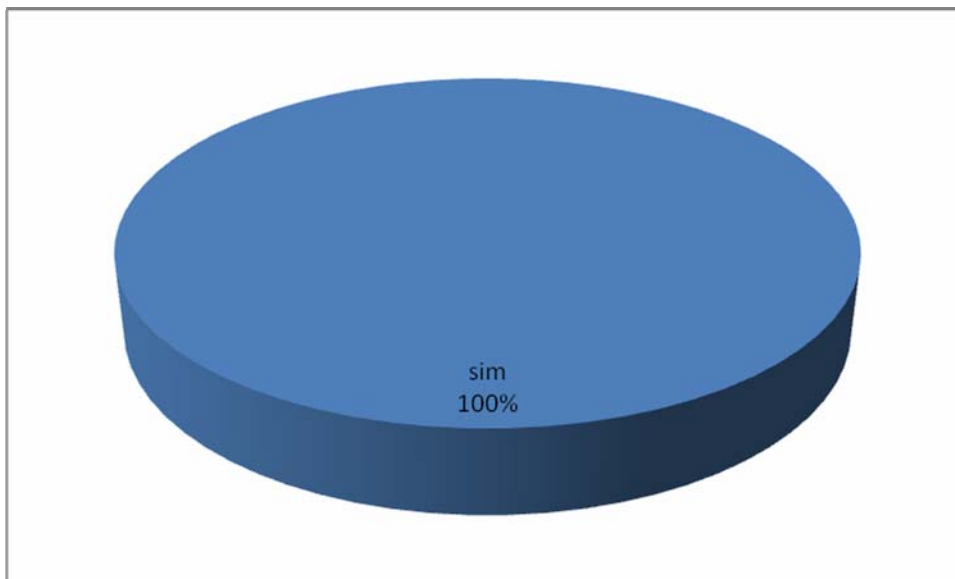
O gráfico revela que 50% dos participantes estão na faixa etária entre 31 de 40 anos, ou seja, são jovens que já têm projetos definidos, seguindo de 30% de participantes com idade acima de 40 anos, que já tem família formada e filhos, 20% dos participantes estão na faixa etária entre 21 e 30 anos e somente 10% tem até 21 anos, mas mesmo sendo uma pequena porcentagem mostra o interesse dos jovens em ter sua independência financeira.

- **Análise da Moeda Palma**



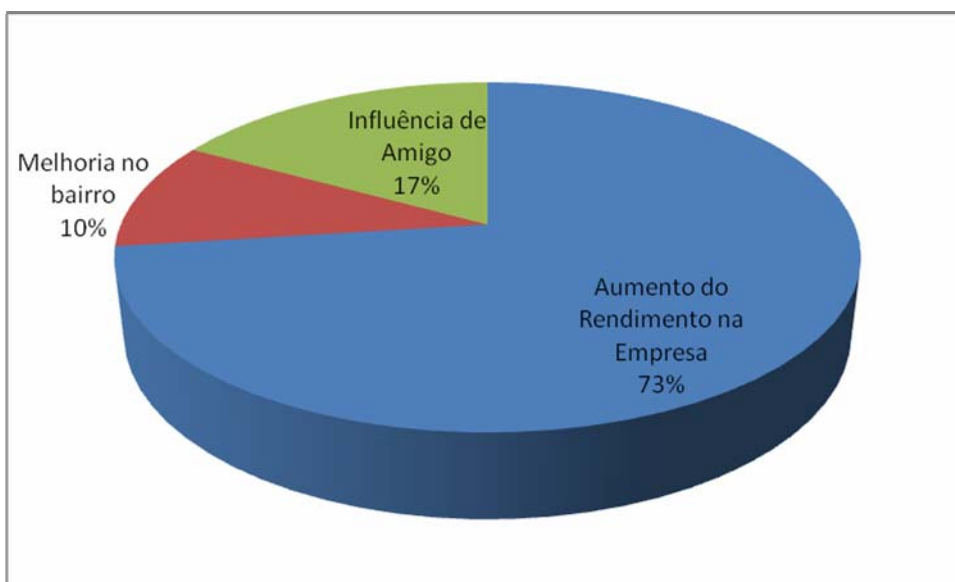
**Gráfico 04 - CONHECE A MOEDA PALMA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

No gráfico podemos observar que somente 2% dos entrevistados não conhecem a moeda pelo menos até antes da entrevista, aceitam a moeda por modismo dos seus amigos, tendo 98% consciência da importância da moeda para comunidade.



**Gráfico 05 - USO DA MOEDA PALMA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

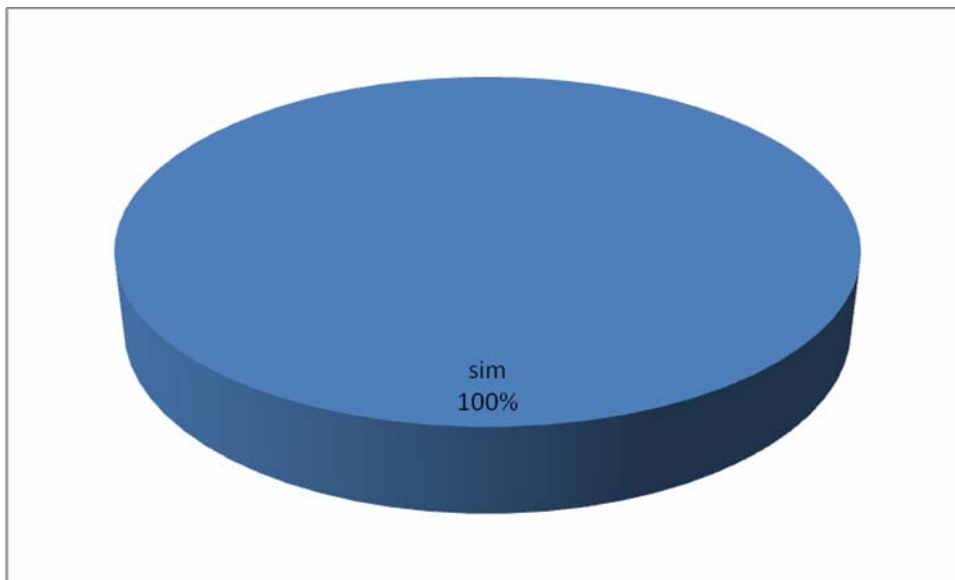
O gráfico destaca que 100% dos entrevistados utilizam a moeda em suas atividades comerciais, até mesmo para ampliar o horizonte de vendas.



**Gráfico 06 - MOTIVOS PARA O USO DA MOEDA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

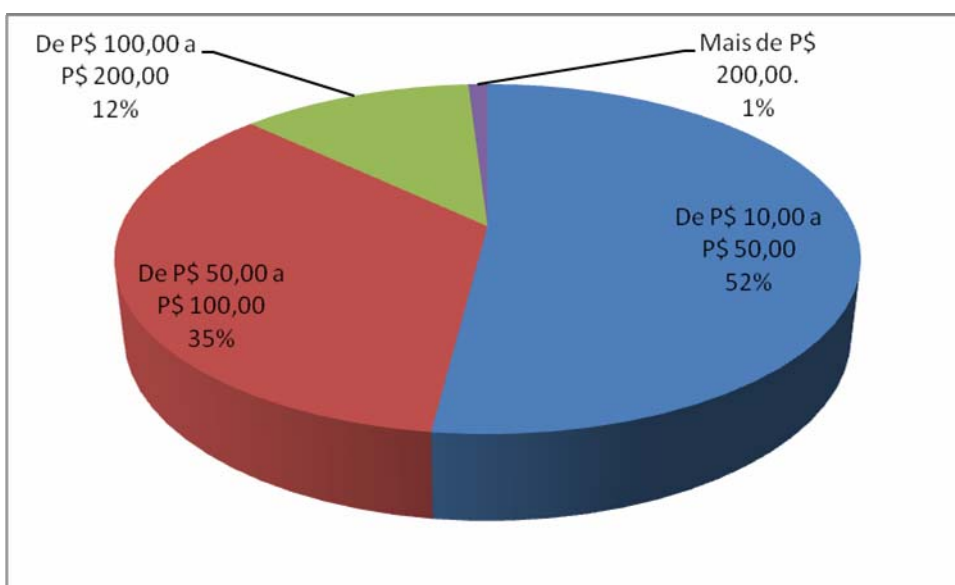
Verifica-se, no gráfico acima, que as razões que levam os entrevistados a usarem a moeda em seu estabelecimento comercial são: 73% aumento do rendimento na empresa, 10% alegou melhoria no bairro e 17% influência de amigos,

o que nos leva a perceber que há uma visão empreendedora dos entrevistados no bairro, refletindo o incentivo do Banco Palmas.



**Gráfico 07 - CONSEQUÊNCIAS DO USO DA MOEDA PALMA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

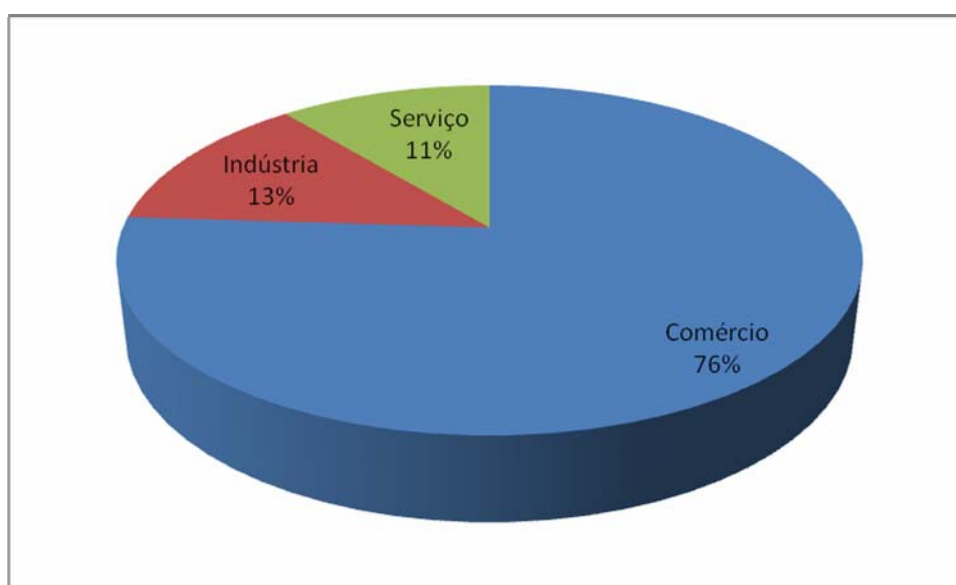
Constata-se, a partir do gráfico, que 100% dos entrevistados optaram por responder que a empresa melhorou seus rendimentos com aceitação da moeda, por ser circulante do bairro, gera riquezas e obriga aos clientes a comprarem a quem aceita a moeda.



**Gráfico 08 - QUANTIDADE DE MOEDA PALMA UTILIZADA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Segundo as respostas apresentadas no gráfico, quando questionados sobre o recebimento da moeda Palma em seu estabelecimento comercial, 52% dos entrevistados responderam que recebem por semana cerca de P\$ 10,00 a P\$ 50,00; 35% recebem entre P\$ 50,00 a P\$ 100,00, tendo 12% P\$ 100,00 a P\$ 200,00 e 1% recebem mais de P\$ 200,00.

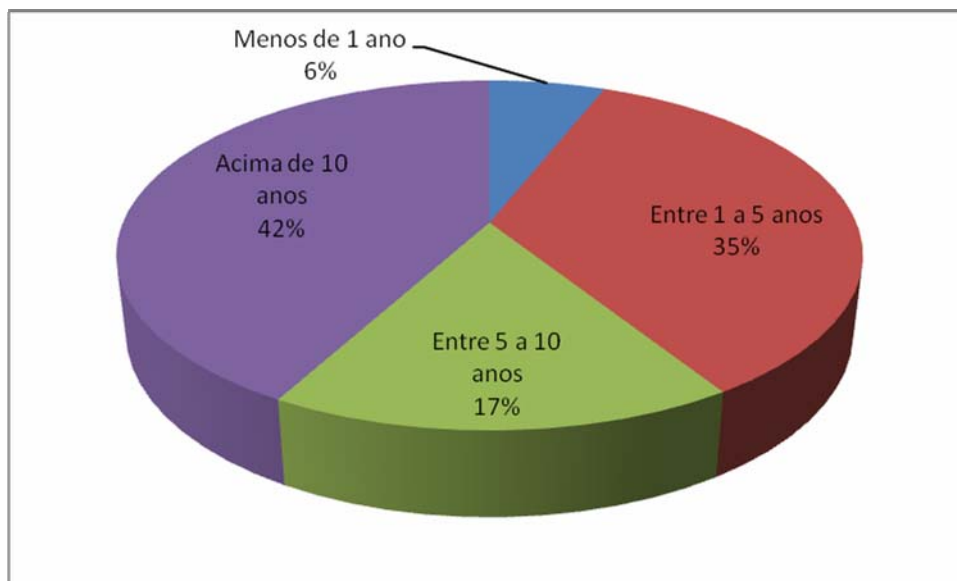
- **Informações da Empresa**



**Gráfico 09 - TIPO DE NEGÓCIO**

**Fonte:** A pesquisa de campo.

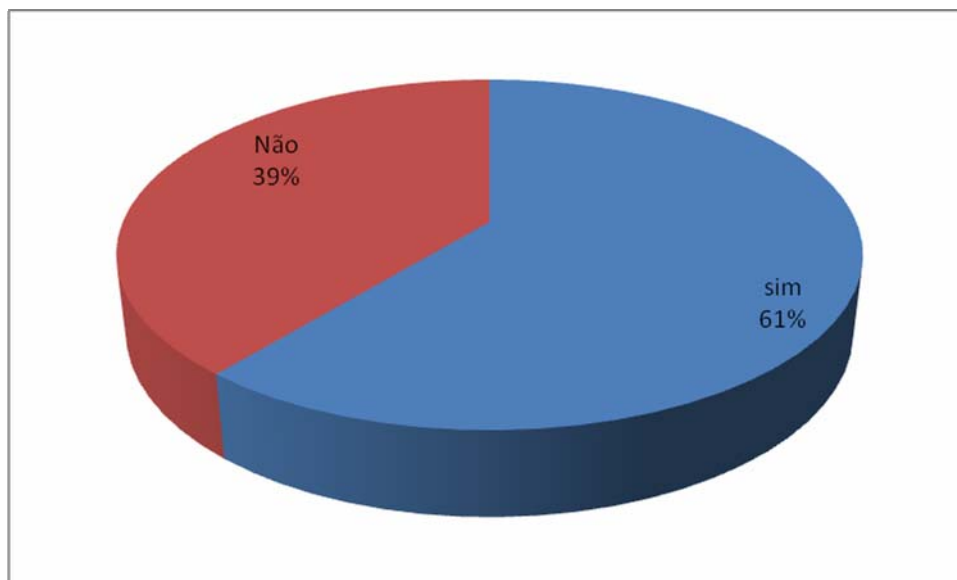
A partir do gráfico, observa-se que 76% dos entrevistados exercem atividades ligadas à área comercial, 11% serviços e 13% atividades na indústria.



**Gráfico 10:** TEMPO DE ATIVIDADE COMERCIAL

**Fonte:** A pesquisa de campo.

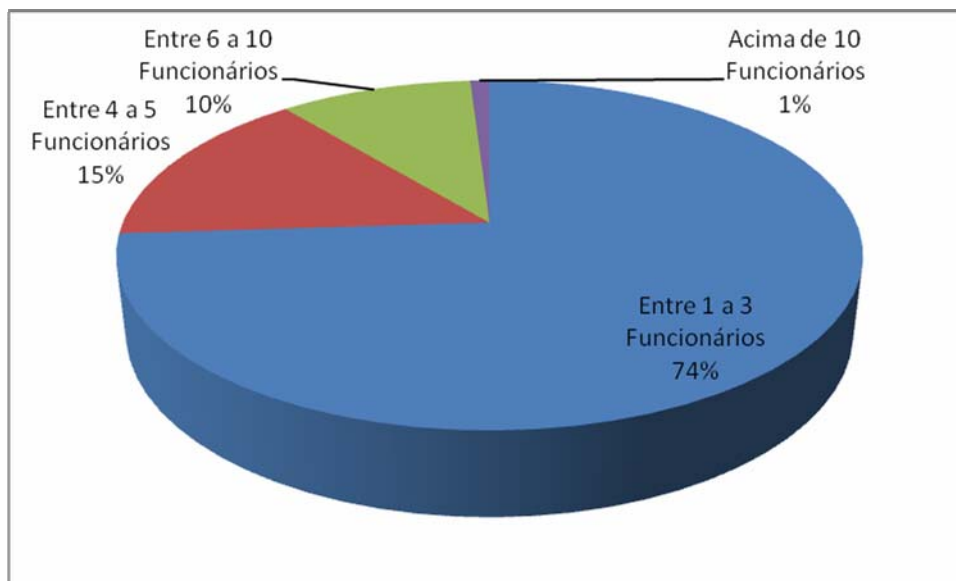
De acordo com o gráfico, 17% dos entrevistados declararam que a empresa tem entre 5 e 10 anos; outros 42% tem mais de 10 anos; outros 35% têm entre 1 e 5 anos e outros 6% têm entre 6 meses.



**Gráfico 11:** ATIVIDADES REMUNERADAS

**Fonte:** A pesquisa de campo.

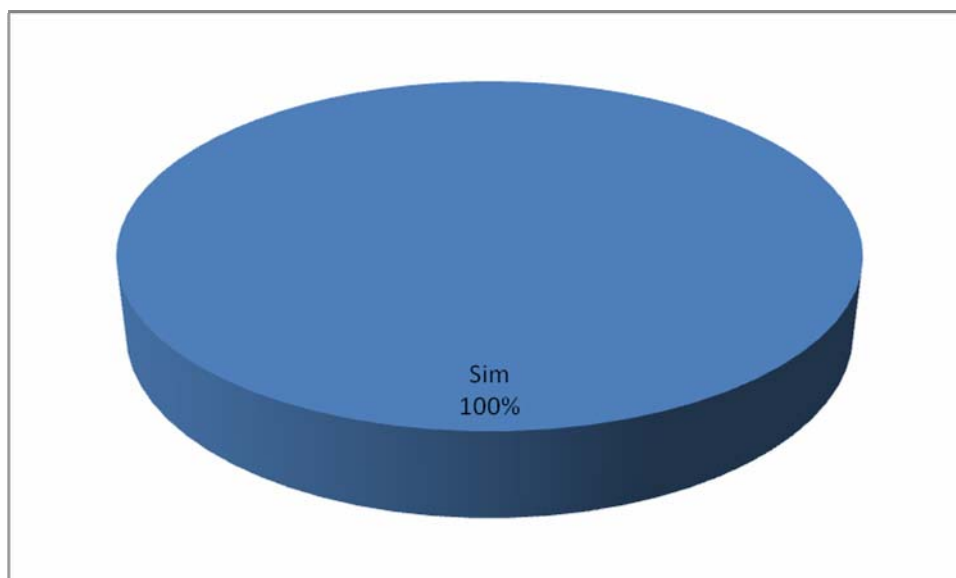
De acordo com os entrevistados, observa-se que 61% não exercem outra atividade remunerada que não seja seu comércio e 39% possuem outra atividade para aumentar seu faturamento.



**Gráfico 12 - QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS**

**Fonte:** A pesquisa de campo.

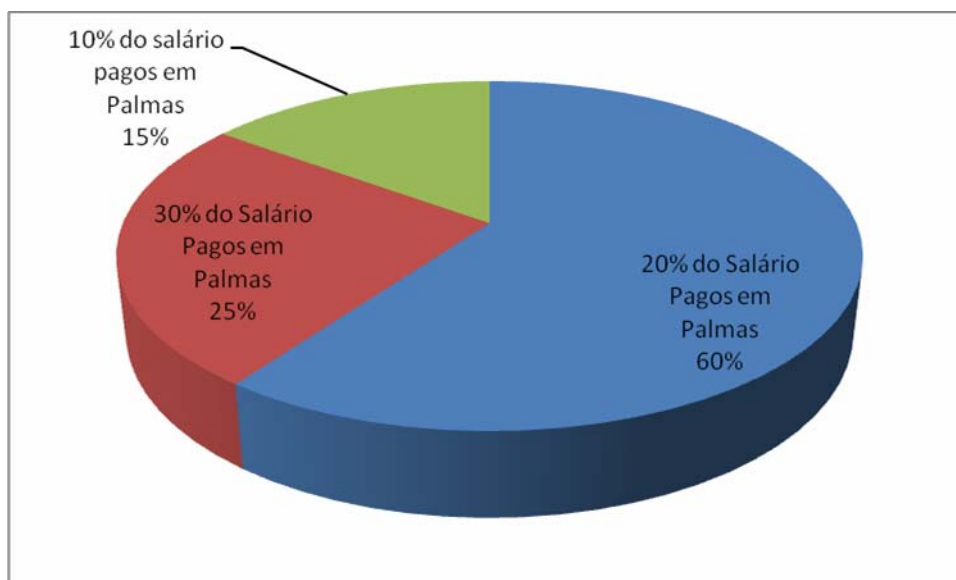
Segundo o gráfico, 75% dos entrevistados declararam que suas empresas funcionam com 1 a 3 funcionários, 15% funcionam com 4 a 5 funcionários e 10% empregam cerca de 6 a 10 funcionários.



**Gráfico 13 - SALÁRIO EM PALMAS**

**Fonte:** A pesquisa de campo.

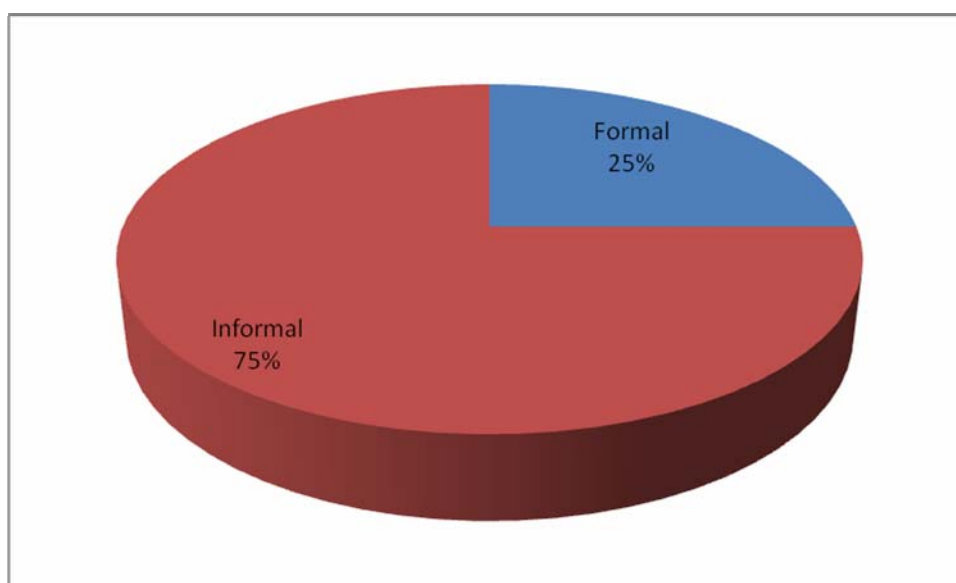
Como conhecem e trabalham com a moeda, 100% dos entrevistados pagam salários de seus funcionários com a moeda circulante do bairro, consta no gráfico 13.



**Gráfico 14-** PORCENTAGEM DE PALMAS

Fonte: A pesquisa de campo.

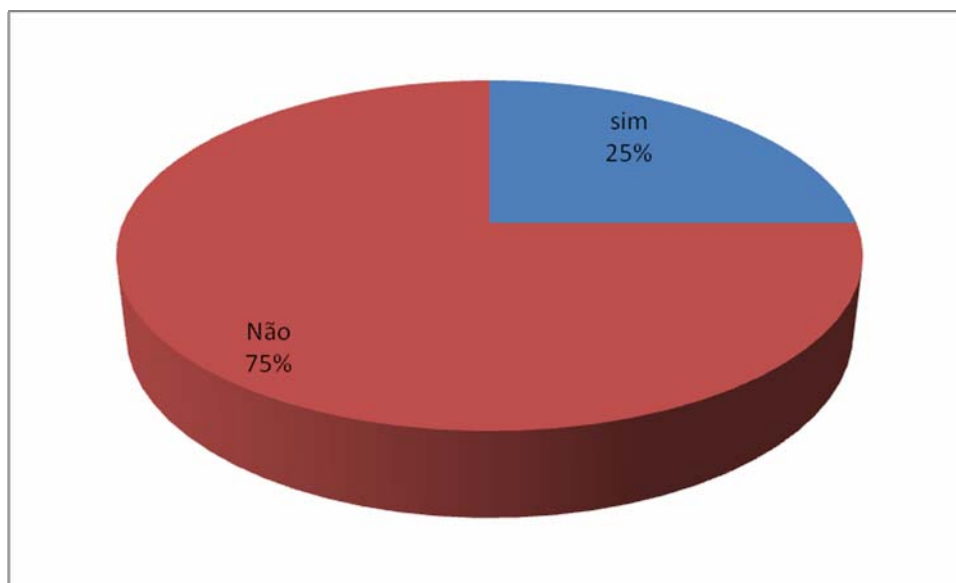
De acordo com o gráfico, 60% dos entrevistados declararam que pagam 20% do salário do funcionário em Palmas, 25% pagam cerca de 30% do salário em Palmas e 10% desses entrevistados pagam 15% do salário em Palmas, já que a moeda pode ser trocada ou comprar no bairro artigos de 1ª necessidade.



**Gráfico 15-** ATIVIDADES NO SETOR FORMAL OU INFORMAL

Fonte: A pesquisa de campo.

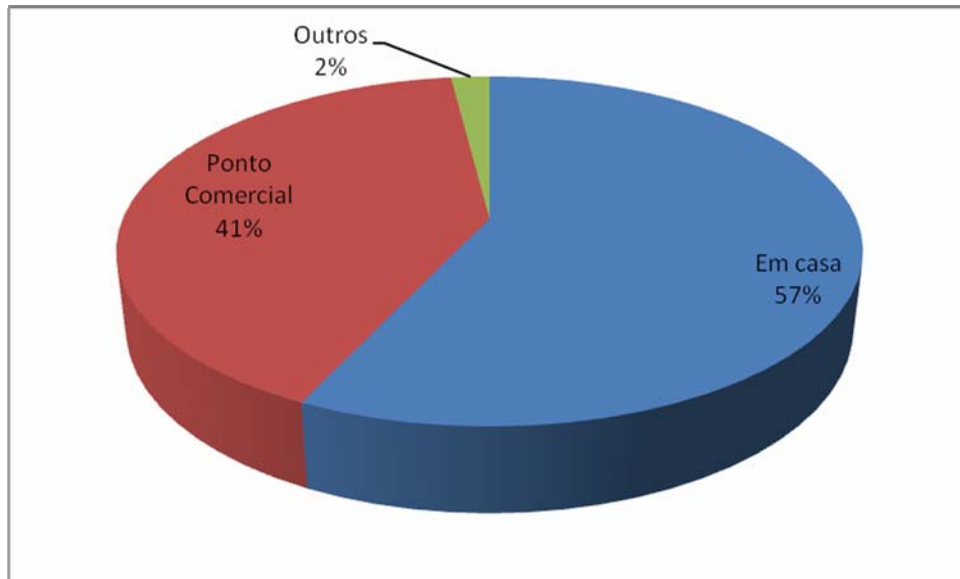
De acordo com a questão, verifica-se que 75% dos entrevistados declararam que não assinam carteira dos funcionários, exercem atividade no setor informal, sem qualquer direito trabalhista, como férias, décimo terceiro, licença maternidade, entre outros. Só 25% assinam carteira de trabalho, em atividade no setor formal que reflete um perfil profissional que exige um pouco mais de qualificação.



**Gráfico 16 - USO DE CNPJ**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

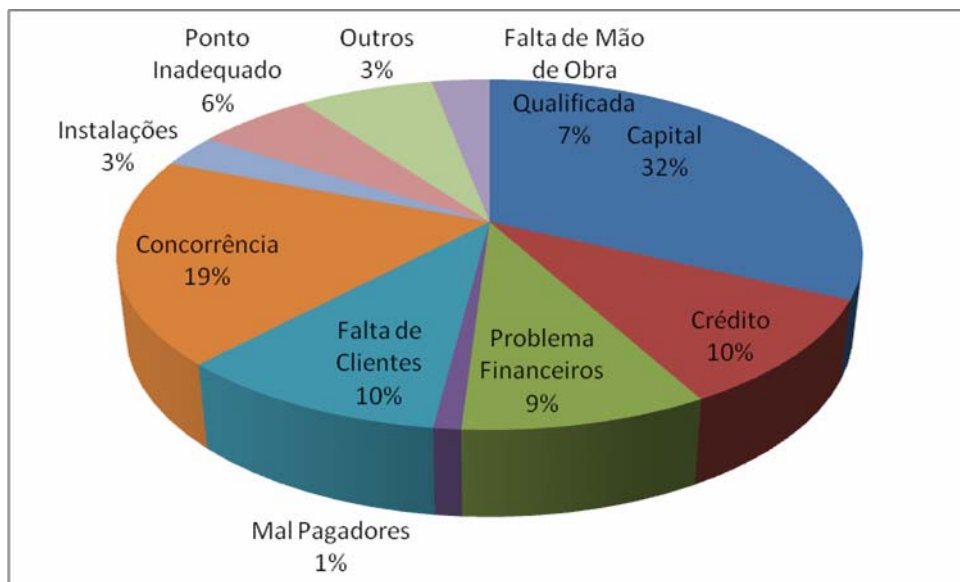
Quando questionados sobre a existência de CNPJ, 75% declaram não ter CNPJ; outros 25% disseram que sim. Isso confirma que a maioria das empresas trabalha de maneira informal o que justificou bem a questão.





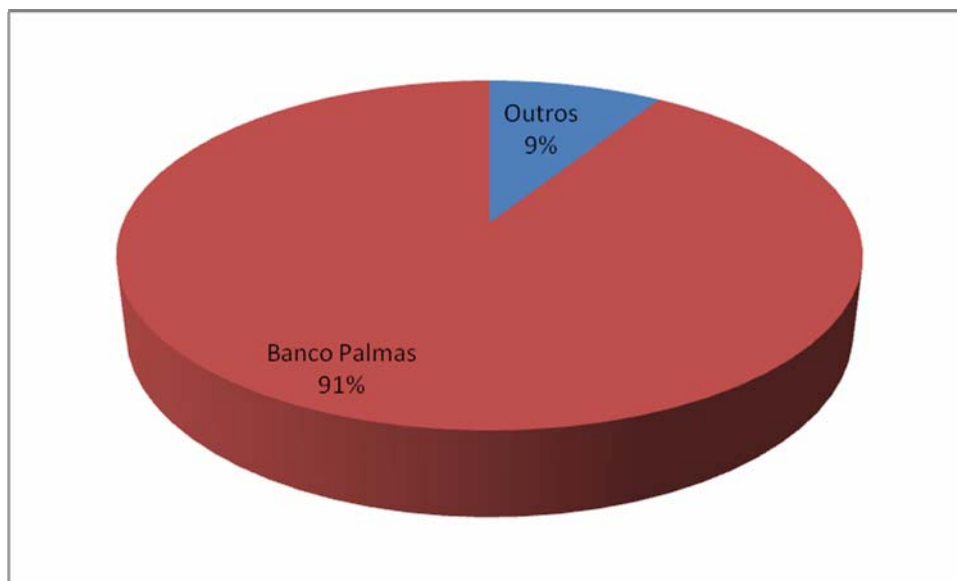
**Gráfico 17 - LOCALIZAÇÃO DO NEGÓCIO**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Segundo a questão, 57% dos entrevistados declararam que a empresa funciona dentro de casa; 41% funcionam em um ponto comercial; 2% afirmaram outro lugar.



**Gráfico 18 - PRINCIPAIS DIFICULDADES**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

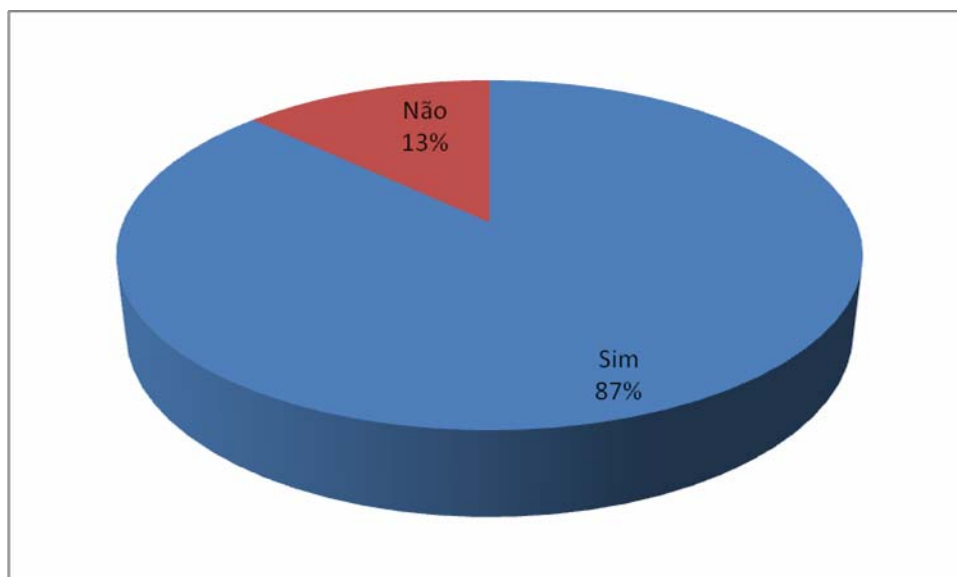
Outro dado importante é a dificuldade enfrentada pelos empreendedores. Como uma das maiores dificuldades no setor, o capital de giro, compreendeu 32% das respostas; outras 19% citam a concorrência; 10% crédito e falta de clientes; 9% problemas financeiros. As demais dificuldades encontram-se no gráfico.



**Gráfico 19 - BANCO OU FINANCEIRA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Quando questionados sobre o Banco ou Financeira que lhe vem à cabeça, 91% informaram ser o Banco Palmas. Isto mostra a importância e a confiabilidade que a comunidade tem para com o Banco Palmas.

- **Resultado Obtido**



**Gráfico 20- MELHORIA DE VIDA COM O USO DA MOEDA**  
**Fonte:** A pesquisa de campo.

Pelo desenvolvimento do bairro em várias áreas e melhoria de vida, que é visível na comunidade temos um dos instrumentos dessa situação à moeda Palmas, com 87% de aceitação e 13% rejeição onde pode observar no gráfico acima.